



REVISTA DA AHIMTB

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL





PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Autor: Henrique Bernardelli (1857-1936) nasceu no Chile. Em 1870, matricula-se na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), estudando com pintores de destacada importância, como Victor Meirelles. Em 1878, naturaliza-se brasileiro para poder concorrer ao Prêmio de Viagem à Europa, concedido pelo Império.

De volta ao Rio de Janeiro, o artista participa de inúmeras exposições: em 1889, da Exposição Universal de Paris, ganhando a medalha de bronze com a tela “Os Bandeirantes”; e em 1893 participa da Exposição Universal de Chicago, onde se destaca com obras como “Messalina” e “Proclamação da República”.

Em 1891, torna-se professor de pintura na recém-inaugurada Escola Nacional de Belas Artes. Leciona nessa Escola até 1906, passando então a dar aulas particulares em seu atelier, recebendo encomendas particulares. Sua atuação como decorador merece destaque, tendo realizado trabalhos no Teatro Municipal, na Biblioteca Nacional e no Museu Nacional de Belas Artes.

O óleo sobre tela datado de 1892, do pintor Henrique Bernardelli, representa a Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca. A tela foi feita no ateliê do pintor Bernardelli, no RJ, com a presença de Deodoro na oficina.

A pintura foi encomendada pelo governo provisório da recém-criada República do Brasil com a finalidade de registrar o fato histórico, com os militares à frente do movimento republicano, mas também uma demonstração de política externa de que a mudança de regime foi pacífica e teve a participação de civis. Retrata o Marechal Deodoro da Fonseca sobre um cavalo baio, erguendo seu quepe, na Praça da Aclamação (atual Praça da República), Campo de Santana, no centro do Rio de Janeiro/RJ.

O quadro que pertenceu ao Museu Histórico Nacional, está atualmente na pinacoteca do Museu Acadêmico “Biblioteca Marechal José Pessôa”, na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende/RJ e faz parte do roteiro de visitas daquele estabelecimento de ensino.

Informações técnicas:

Autor: Henrique Bernardelli, gênero: pintura histórica, técnica: tinta a óleo sob tela, dimensões: 280 centímetros de altura e 185 centímetros de largura, data: 1892.

Fonte: Pintura histórica localizada na Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, na pinacoteca do Museu Acadêmico “Biblioteca Marechal José Pessôa”, em Resende - RJ, Brasil.





REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL

vol. 1, n. 2, 2021

Resende, RJ
2021

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Editor

Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Marechal Mário Travassos AHIMTB

Localização: Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN

Conjunto Principal II – Biblioteca Cel. Panizzutti

Endereço: Rodovia Presidente Dutra Km 306

Resende – RJ

Carlos Roberto Peres – Cel. Eng. Ref. – Presidente da AHIMTB

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da AHIMTB.

Anvalgleber Souza Linhares – Cel. Inf. Ref. – Vice-Presidente da AHIMTB

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)

Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG)

Especialização em Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).. Professor de Direito da AMAN e UBM.

Antonio Carlos Simon Esteves – Cel. Inf. Ref. – Secretário da AHIMTB

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras

Graduação em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS

Especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco

Especialização em Educação pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército

MBA pela Fundação Getúlio Vargas

MBA pela ISCTE – Lisboa/PT

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Mestrado em Comunicação Social e Educação pela UFRJ.

Alexandre Neves Lemos Esteves. Cel. Inf. – Relações Públicas da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Graduado em História pela UNIRIO e pós-graduado em Política e Estratégia.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2018.

Durland Puppim de Faria. Cel. Int. 1º Tesoureiro da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Graduado em Direito e História, pós-graduado em Ciências Políticas e História Militar e mestrando em História Cultural.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2009.

João da Costa Paiva Filho – Cel. Inf. Ref. – Coordenador da AHIMTB

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRJ.

Julio Cesar Fidelis Soares. Professor Universitário. Conselheiro Fiscal da AHIMTB.

Mestre em História Social.

Pesquisador membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Resendense de História. Integrante do Instituto de Estudos Valeparaibanos e do Grupo de Preservação da História da FEB – Capitão Cobra – Resende - RJ (Reencenação Histórica).

Marcos Cotrim de Barcellos. Professor Universitário. Membro da AHIMTB.

Graduação em Filosofia pelo Centro Unisal de São Paulo.

Mestrado em Filosofia pela UFRJ.

Doutorado em História Social pela UFRJ.

Professor de Filosofia e História da Educação, Filosofia e História do Direito, na Associação Educacional Dom Bosco.

Professor de História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Filosofia da Natureza no Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Projeto Gráfico e diagramação da Revista

Maria Aparecida Ladeira da Cunha

Desenvolvedor

Kélcio José Gomes

1ª Edição

vol. 1, n. 2, 2021

Periodicidade

Semestral

Site: www.revistamilitarterrestre.com.br

Contato: contato@revistamilitarterrestre.com.br



EDITORIAL

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL | ANO 02 | NÚMERO 02

Antonio Carlos Simon Esteves¹

Apresentamos aos ilustres leitores, neste exemplar, em seus passos iniciais o número 2 da Revista da AHIMTB, em sua trajetória histórica literária que pedimos a Deus seja longa. Agradecemos as correspondências encaminhadas ao Conselho Editorial, contato@revistamilitarterrestre.com.br relativas ao conteúdo apresentado por nossos articulistas na edição inicial, bem como comentários acerca da editoração da publicação em seu conjunto. Obrigado.

A divulgação do conhecimento histórico é a nossa finalidade e esta interação impulsiona a sua caminhada. Com o objetivo de atingir um público cada vez maior solicitamos aos prezados amantes da escrita a colaboração em citar e difundir a Revista da AHIMTB, em suas redes sociais e científicas, sempre que julgar conveniente. Desde já agradecemos a sadia colaboração.

A Oração da AHIMTB é o nosso farol, as reuniões ordinárias mensais da AHIMTB sempre são iniciadas com sua leitura, da mesma forma sua elevada mensagem serve como missão desta revista, parâmetro aos articulistas, sendo estes acadêmicos ou outros estudiosos da história, também muito bem-vindos ao nosso convívio e deleite da pluralidade de seu pensamento, consubstanciado na escrita.

¹ Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1977, Turma Tiradentes. Em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS, pós-graduação e especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército. MBA pela Fundação Getulio Vargas e ISCTE – Lisboa/PT; mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mestrando em Comunicação Social e Educação pela UFRJ. Professor concursado do Magistério do Exército nas disciplinas de Introdução à Economia e Introdução à Administração na AMAN. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Vice-Presidente da Associação Educacional Dom Bosco – Resende/RJ.

Oração da AHIMTB

“Pedimos a Deus que nos dê sabedoria para descobirmos as melhores lições e a verdade histórica, nas pesquisas e reflexões da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Coragem moral, vontade cultural, força, garra e determinação patriótica; para fazer com que a verdade histórica e as melhores lições, triunfem sobre as falsidades, deturpações, a indiferença e a ignorância.

Tudo para a maior glória e o desenvolvimento das forças terrestres do Brasil, no exercício o mais competente possível de suas missões constitucionais. Que assim seja”.

Em 2022 estaremos comemorando o bicentenário de nossa independência, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil, através de resolução de seus acadêmicos, em reunião ordinária, decidiu proceder a um chamamento cívico e conclamar, mais uma vez, os estudiosos a debruçarem sob a nossa história, estudar, pesquisar, publicar e comemorar os nossos 200 anos de emancipação política administrativa como nação.

As duas edições vindouras do ano 3, de números 04 e 05 serão dedicadas ao tema. E sendo assim, todos nós unidos, poderemos contribuir com o desenvolvimento do sentimento de identidade e pertencimento pátrio; entendendo o “Brava Gente Brasileira longe vá temor servil; ou ficar a Pátria Livre, ou morrer pelo Brasil”.

A presente edição é composta por seis artigos, sendo metade de Confrades da AHIMTB e a outra parte, de brilhantes pesquisadores, que enriquecem nossa publicação, com seus trabalhos. A Academia de História Militar Terrestre do Brasil agradece a todos os ilustres articulistas a confiança depositada.

Artigo 01 - A DISCIPLINA MILITAR PRESTANTE - RAÍZES PORTUGUESAS DA DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA - Fernando Velôzo Gomes Pedrosa.

O primeiro artigo contribui mais uma vez, para entendermos nossas origens, nossa identidade, nosso pertencimento; o Coronel Velôzo nos contempla com uma aprofundada e extensa pesquisa nos regulamentos de época e citando Luís de Camões um dos maiores poetas da língua e literatura lusófona, discorre sobre “A Disciplina Militar Prestante - Raízes portuguesas da doutrina militar brasileira”.

Passeia pela história, desde a Idade Moderna, período específico da História do Ocidente que se inicia no final da Idade Média até os limites cronológicos e linha temporal deste período, estendendo-se até o final das Revoluções no século XVIII, culminando em 1822 com a Independência do Brasil e a ruptura com o Exército Português.

No Brasil império, com D. Pedro I e D. Pedro II, nossas tradições foram mantidas, a infantaria, cavalaria e a artilharia, fruto da formação e doutrina existente na época, de origem anglo portuguesa, tiveram continuação.

Concito aos leitores a leitura atenta do artigo e suas reflexões; de forma a con-

solidarmos a compreensão dos termos, do conjunto e principalmente da dificuldade da organização e manutenção dos exércitos, seja o nacional (desde colônia, reino unido, império) ou português, em função da dimensão estratégica das nações, face o cenário internacional e suas ameaças, nesta quadra da humanidade.

E principalmente seu legado, para a nascente Brasil república, em 15 de novembro de 1889, simbolicamente retratada na capa desta edição, no belíssimo quadro de Henrique Bernadelli.

Artigo 02 - A ATUAÇÃO DA ENGENHARIA MILITAR BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL - Lucas Silva Ferreira e Carlos Roberto Peres.

Somos presenteados com o estudo do Cel Peres e Ferreira quanto ao emprego da Engenharia Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

De uma forma oposta a I GM, a guerra das trincheiras, o artigo caracteriza a moderna Engenharia como a arma de apoio ao combate que visa dar suporte às operações conduzidas pela Força Terrestre, por meio de atividades de mobilidade, contra mobilidade e proteção, além de apoio geral de engenharia.

Aborda a evolução ao longo da história brasileira e as influências de doutrina e material sofridas pelo exército. Sua leitura atenta nos possibilita mergulhar no árduo trabalho diuturno do soldado de engenharia, nas montanhas da Itália, sob fogo e nas mais árduas missões, ombreando com os melhores combatentes do mundo.

O texto retrata a missão e o emprego em operação de guerra, II GM, do militar de engenharia, lado a lado com o de infantaria, artilharia e cavalaria, nas frentes de combate e na retaguarda, desenvolvendo atividades próprias de sua formação e de combatente quando foram necessárias conforme relatos e elogios.

Mantendo a secular tradição de ser pioneira nos serviços de engenharia em nosso país, nossos pracinhas expedicionários, escreveram mais uma brilhante página na história: construindo e abrindo caminhos tanto na guerra como na paz.

Artigo 03 - HISTÓRIA MILITAR: PERSPECTIVAS SOBRE A FORMA DE SE ESCREVER A HISTÓRIA - Fabio da Silva Pereira

É com grande satisfação que apresentamos o artigo de FABIO DA SILVA PEREIRA, é um trabalho científico/acadêmico, uma pesquisa descritiva, e, no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, constitui-se em uma análise bibliográfica e documental. que tem como objetivo apresentar perspectivas historiográficas para a teoria castrense, analisando as vertentes muitas vezes conflitantes de como é escrita a história desde o século XIX até a contemporaneidade.

Em seu resumo explica que propicia aos jovens pesquisadores a oportunidade de inovar e encontrar novas informações para aprofundar o conhecimento histórico das lides castrenses: líderes, instituições, mentalidade e valores.

É um texto denso, aprofunda o estudo e a explanação das correntes de como pesquisar a história e sua componente militar. Ressalta os pensadores mundiais da contemporaneidade e destaca a crescente participação do campus universitário brasileiro na criação de Grupos de Trabalho e outras formas de envolvimento e estudo

da temática; hoje felizmente presente com diversos aprofundamentos nas ciências e designações: história, sociologia, antropologia, defesa, estratégia, ciência e tecnologia etc.

Conclui concitando os historiadores militares não mais se restringirem a alta política, aos líderes e aos fatos. As contribuições da História com outras disciplinas científicas transportam o pesquisador às relações que fazem parte da vida cotidiana, de forma contextualizada com o tempo a ser estudado e a região.

Assim sendo, o desafio aos pesquisadores é a percepção das contribuições para a realização de um trabalho científico de acordo com a geração ao qual pertence, respeitando a historicidade do período que se propõe a pesquisar, estabelecendo a conexão passado-presente, apontando as transformações sobre a temática militar através dos tempos.

Artigo 04 - OS PRINCIPAIS FATOS HISTÓRICOS QUE CONTRIBUÍRAM COM A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS - Anvalgleber Souza Linhares

A historiografia mundial, ao longo dos séculos da humanidade está repleta de relatos de conflitos, particularmente de tropas terrestres.

A Guerra refere-se, na sua acepção mais habitual, à luta armada ou ao conflito bélico entre duas ou mais nações ou bandos. Implica o rompimento de um estado de paz e dá origem a um confronto com todo o tipo de armas e que costuma provocar um elevado número de mortes.

Este artigo do Cel Linhares, em particular aborda o século XIX e XX e suas raízes no passado do mundo ocidental, permitiu seguir, sob a ótica da História os principais fatos que contribuíram com o desenvolvimento e marcos delimitadores da evolução dos direitos humanos. Culminando no pós-guerra com a criação de um organismo com a finalidade de “manter a paz e a segurança internacional”, através da ONU.

Cita Adrian Gilbert (2015, p. 242), em sintético juízo de valor referente à Segunda Guerra Mundial, aduz que foi “[...] o mais violento e devastador [...] da história humana”, “que começou como uma disputa essencialmente regional, em 1939”, “converteu-se em uma guerra global” e “culminou no lançamento da bomba atômica sobre o Japão, seis anos depois.

Os conflitos armados entre países, embora tenha diminuído sua quantidade, todavia não desaparecerão da face da Terra, levando a que, hoje e no futuro, em razão do poder de destruição do armamento moderno, a um elevado número de mortes de não combatentes.

O artigo de Linhares em sua conclusão nos traz a reflexão “que a história mais recente da humanidade já caminhou consideravelmente, na conquista do respeito pelo ser humano, em particular após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o conviver das nações, nesse contexto, vem sendo pródigo em discussões que envolvem uma preocupação universal crescente com o homem e seus direitos, destacadamente, no pós-Segunda Guerra Mundial, em razão das repercussões decorrentes das atrocidades nela presentes e, singularmente, cometidas pelo Nacional Socialismo alemão”.

Artigo 05 - A PARTICIPAÇÃO DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR DE MULHERES EMPREGADAS COMO MULTIPLICADORAS DO PODER COMBATE DA GUERRA ASSIMÉTRICA - Luiz Claudio Cardoso de Castro.

Neste artigo, de leitura agradável, “A participação de uma equipe interdisciplinar de mulheres empregadas como multiplicadoras do poder de combate na guerra assimétrica” o Capitão Castro aborda um tema muito importante, relevante e presente no mundo contemporâneo: O empoderamento feminino, o ato da conquista do poder de participação social às mulheres, garantindo que possam estar cientes sobre a luta pelos seus direitos em todas as esferas da sociedade.

Ao mesmo tempo é um assunto que cria indagações e citações da participação do sexo feminino ao longo da história militar do Brasil, seja na arte da guerra terrestre, como Maria Quitéria, Anita Garibaldi; ou renomadas na saúde e em outras áreas ou como devotadas brasileiras que formaram seus filhos para o sacrifício da pátria como Rosa da Fonseca.

É um assunto ainda pouco pesquisado e com relatos isolados. Castro apresenta de forma organizada uma evolução cronológica que permite aos interessados no assunto uma base para o aprofundamento e detalhamento do tema em várias áreas.

Concluí que o emprego destas equipes femininas interdisciplinares, requer uma doutrina específica de acordo com o processo de ensino, de emprego e modernização da força para o enfrentamento de guerras assimétricas, operações de paz da ONU, operações de defesa da pátria e garantia da lei da ordem.

É uma realidade presente em todas as academias das forças armadas, no Brasil e no exterior; precisamos compreender e acompanhar a realidade, pois a história da pátria está sendo escrita, com tintas de glória e louvor.

Artigo 06 - RESENDE E A ESCOLA MILITAR - Alexandre Neves Lemos Esteves.

O artigo do Cel Neves acrescenta um novo olhar acerca da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), berço de formação dos oficiais do Exército Brasileiro, que iniciou suas atividades na cidade de Resende, no ano de 1944 sob a designação de Escola Militar de Resende.

Sempre é salutar estar pesquisando e relatando os fatos e efemérides da história deste modelar estabelecimento de ensino, principalmente para servir de exemplo aos Cadetes de Caxias e para a sociedade.

A bibliografia existente sob o tema é Graças a Deus extensa, em um país sem memória; o texto contribui no seu contexto com uma visão local, pois consegue através de uma preciosa pesquisa inserir o momento histórico e as expectativas da instalação da Escola Militar, na cidade de Resende/RJ, trazendo ao presente momento e ao futuro, informações publicadas pela imprensa da época.

Neves contou com fontes primárias seguras, pois a cidade de Resende, quando da construção da AMAN possuía alguns jornais centenários: A Lyra, Tymburibá, A Opinião e O Municipal. Bem como, quando do bicentenário da Princesinha do Vale, em 1944, da edição do Almanaque dos 200 anos, comemorativo da criação do povo-

ado, por obra do bandeirante Simão da Cunha Gago; com farto material da Escola Militar de Resende.

Outro fato auspicioso é o resgate, o aparecimento e a criação nas últimas décadas de variadas publicações (livros, dissertações e teses universitárias, revistas, filmes, fotos, pinturas, museus) de diversos autores que tem produzido farto material de registro histórico, sobre aspectos da vida e obra de personalidades, do conjunto social e material, relacionados a temática militar.

A formação do militar terrestre do Brasil, há mais de 77 anos é forjada no sopé das Agulhas Negras; Neves conclui: “O empreendimento da transferência da sede da formação dos Oficiais do Realengo para a cidade de Resende foi bem sucedido. Atualmente, o tempo de sede em Resende é o maior entre todos os locais que o estabelecimento de ensino ocupou. Isso revela a escolha bem feita pelo Coronel José Pessoa, com visão de futuro e pensamento estratégico”.

Conclusão

Mais uma vez este conjunto de artigos que entregamos aos leitores da Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, é o exemplo da efervescência cultural de estudiosos, preocupados com a pesquisa e difusão de temas relacionados com a história militar terrestre, procurando contribuir com mais e melhores informações de acordo com a Oração da AHIMTB e junto àqueles que temos o privilégio de alcançar, felizmente em número crescente; por meio das diversas e democráticas mídias.

“Tudo para a maior glória e o desenvolvimento das forças terrestres do Brasil, no exercício o mais competente possível de suas missões constitucionais”.

Boa leitura!

Antonio Carlos Simon Esteves



SUMÁRIO

A Disciplina Militar Prestante: Raízes portuguesas da doutrina militar brasileira	12
Fernando Velôzo Gomes Pedrosa	
A atuação da Engenharia Militar Brasileira na Segunda Guerra Mundial	40
Lucas Silva Ferreira Carlos Roberto Peres	
História Militar: Perspectivas sobre a forma de se escrever a história	54
Fabio da Silva Pereira	
Os principais fatos históricos que contribuíram com a evolução dos Direitos Humanos	79
Anvalgleber Souza Linhares	
A participação de uma equipe interdisciplinar de mulheres empregadas como multiplicadoras do poder combate da guerra assimétrica	105
Luiz Claudio Cardoso de Castro	
Resende e a Escola Militar	121
Alexandre Neves Lemos Esteves	



A Disciplina Militar Prestante

Raízes portuguesas da doutrina militar brasileira

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa¹

A disciplina militar prestante
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando.
(Luís de Camões, Os Lusíadas, Canto X, estrofe 153)

Resumo

Este artigo examina o desenvolvimento da organização militar portuguesa e dos manuais militares correspondentes, desde o início da Idade Moderna até a Independência do Brasil, com o objetivo de compreender as raízes portuguesas da doutrina militar brasileira. Para tanto, examina as sucessivas reformas militares às quais o Exército Português foi submetido neste período, começando pelas Reformas Sebásticas e o início da organização militar portuguesa, passando pela reforma de inspiração francesa promovida pelo Conde de Schömberg (1660-1665), com a criação de um exército permanente em Portugal, pela grande reforma promovida por D. João V, com a publicação das “Novas Ordenanças” de 1707 e 1708, pelas reformas do general germano-britânico Conde de Lippe (1762-1768), que adotou os primeiros regulamentos militares no Exército Português, e chegando às reformas promovidas pelo general britânico Lorde Beresford (1810-1820), que moldou a doutrina militar portuguesa vigente à época da Independência do Brasil.

Palavras-chave: Exército Português; Regulamentos militares; Manuais militares; Organização militar.

¹ Coronel R1. Licenciado em Ciências Militares e Aspirante-a-Oficial de Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras (1978). Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Leciona História Militar na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, RJ.

Abstract

This paper examines the development of the Portuguese military organization and the corresponding military manuals, from the beginning of the Modern Age to the Independence of Brazil, in order to understand the Portuguese roots of Brazilian military doctrine. To this end, it examines the successive military reforms the Portuguese Army underwent during this period, starting with the Sebaastic Reforms and the beginning of the Portuguese military organization; passing through the French-inspired reform promoted by the Count of Schömburg (1660-1665), with the creation of a permanent army in Portugal; then the great reform promoted by D. João V, with the publication of the “New Ordinances” of 1707 and 1708; then the reforms of the German-British general Count of Lippe (1762-1768), who adopted the first military regulations in the Portuguese Army; and reaching the reforms promoted by the British general Lord Beresford (1810-1820), that shaped the Portuguese military doctrine that was in force at the time of the Independence of Brazil.

Key-words: Portuguese Army; Military regulations; Military textbooks; Military organization.

Quando as forças militares brasileiras separaram-se das portuguesas em 1822, durante o processo que desembocou na Independência do Brasil, o nascente Exército Brasileiro foi constituído segundo o modelo no qual estava inserido e habituado. A nova instituição foi constituída pelas tropas brasileiras do Exército Português e, como tal, seguia o modelo militar português.

O propósito deste artigo é examinar o desenvolvimento da organização militar portuguesa e dos manuais militares correspondentes, desde o início da Idade Moderna até a Independência do Brasil, com o objetivo de compreender as raízes portuguesas da doutrina militar brasileira. Para tanto, examina as sucessivas reformas militares às quais o Exército Português foi submetido neste período e a adoção e evolução de doutrinas formais, expressas em manuais e regulamentos militares portugueses.

1. As Reformas Sebásticas e o início da organização militar portuguesa

No início da Idade Moderna, as forças militares portuguesas eram uma mescla de hostes senhoriais de feição medieval e tropas profissionais reunidas e mantidas pela Coroa. Entretanto, com a exceção de pequenas forças dedicadas à guarda real, as tropas profissionais não eram permanentes, sendo recrutadas para o início de uma campanha e debandadas ao seu encerramento². Em 1570, no bojo das reformas mili-

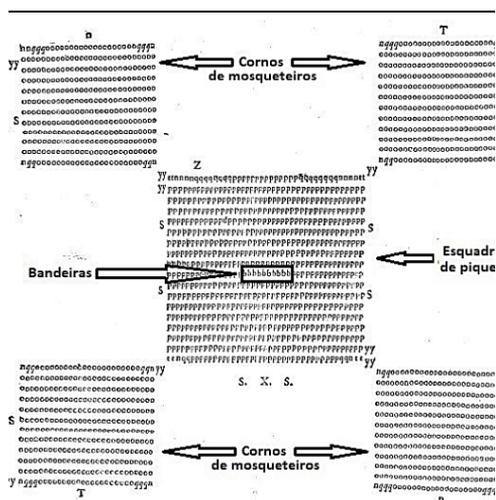
2 FEIO, Gonçalo Couceiro. A Guerra no Renascimento: O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império – De D. Manoel I a Felipe II. 1ª Ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2018.

tares promovidas pelo Rei D. Sebastião, foi introduzido o sistema das companhias de ordenanças. Segundo o “Regimento das Companhias”, de dezembro de 1570, o reino foi dividido, para fins militares, em capitânias, cada uma comandada por um capitão-mor. Em cada capitania, a população masculina de 18 a 60 anos seria organizada em “companhias de ordenanças” das cidades, vilas e aldeias. Seguindo um modelo de inspiração espanhola, estas companhias deveriam ser formadas por 250 homens, divididos em 10 esquadras de 25 soldados, cada uma sob o comando de um cabo de esquadra. O comando da companhia seria exercido por um capitão, secundado por um alferes, um sargento, um meirinho e um escrivão³. Deve-se destacar que as companhias de ordenanças eram tropas de milícia e não forças regulares. Seu papel era mais permitir à Coroa o controle político sobre o reino do que efetivamente sua preparação militar⁴.

A época da formação dos exército permanentes na Europa coincide, em grande medida, com o período da União Ibérica (1580-1640), quando a Coroa de Portugal foi unida à da Espanha, sob a Casa de Habsburgo. Esta situação conduziu a que o modelo militar espanhol e suas denominações de unidades fossem adotados pelas tropas portuguesas na Europa e no império português, incluindo o Brasil. A infantaria portuguesa foi organizada em terços, comandados por mestres-de-campo.

Para o combate, o terço formava um esquadrão de piqueiros, com suas guardiões e cornos de arcabuzeiros e mosqueteiros (figura 1)⁵.

Figura 1. Terço de 3.000 homens formado em batalha



Fonte: Vasconcelos, 1612, p. 150-151 (legendas explicativas minhas)

3 Ver PORTUGAL. Regimento dos Capitaens Mores; e Mais Capitaens, e Officiaes das Companhias da Gente de Cavallo, & de pè, & da ordem, que terão em se exercitarem. (10 de dezembro de 1570). Coimbra: Officina de Joseph Ferreyra, impressor da universidade, 1695 (1570).

4 FEIO, op. cit., p. 97.

5 VASCONCELOS, Luis Mendes de. Arte Militar, dividida em tres partes. Termo D'Alenquer: Vicente Alvarez, 1612.

A Guerra da Restauração da Independência de Portugal (1640-1668) obrigou a Coroa portuguesa a criar forças de terra capazes de enfrentar o poder militar espanhol. Na década de 1640, a reorganização militar do reino seguiu o modelo espanhol, a partir das experiências de oficiais portugueses que haviam lutado pela Espanha nas guerras de Flandres. As forças portuguesas foram organizadas com tropas de três categorias: um exército de linha, terços auxiliares e companhias de ordenanças.

O exército de linha era composto por terços de infantaria e companhias de cavalaria. Os terços de infantaria tinham 2.000 homens em 10 companhias de 200 oficiais e soldados. Cada terço era comandado por um mestre-de-campo, auxiliado por uma espécie de estado-maior, composto por um sargento-mor, dois ajudantes de sargento-mor e outros oficiais administrativos. Cada companhia de infantaria era comandada por um capitão, secundado por um alferes, um sargento e cabos de esquadra⁶. As companhias de cavalaria eram compostas por 100 cavaleiros, comandados por um capitão, que ficava encarregado de seu recrutamento e da remonta⁷. Em suas funções, o capitão de cavalos era secundado por um alferes e um sargento. Por suas origens aristocráticas, a cavalaria era recrutada entre a nobreza. A condição de nobreza dos capitães de cavalos lhes permitia grande autonomia na administração de suas companhias e causava resistência em qualquer tentativa de reuni-las sob um comando de nível regimental⁸. Como em outros países europeus no mesmo período, a artilharia portuguesa foi colocada sob o comando de um tenente-general de artilharia, embora ainda não estivesse organizada militarmente. Os artilheiros serviam por contrato e não constituíam um corpo militar. Em 1661, o Conde de Schömberg relatou que muitos artilheiros eram estrangeiros contratados⁹. O transporte das bocas de fogo era arrematado por civis e feito em carretas tracionadas por bois ou muares¹⁰.

Os terços auxiliares eram forças organizadas em cada uma das 25 comarcas do reino, e podiam ser chamadas à defesa das fronteiras em reforço ao exército de linha. Eram organizados com 600 homens em dez companhias de 60. As companhias de ordenanças deveriam ser organizadas em cada vila, cidade ou concelho¹¹, tendo um efetivo teórico de 240 homens, e eram as reservas de recrutamento das tropas de linha e auxiliares.

2. O surgimento de um exército permanente em Portugal

Em 1660, a Coroa portuguesa contratou o Conde de Schömberg para organi-

6 SELVAGEM, Carlos. Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. 2ª reimpressão. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994. p. 385-386.

7 Suprimento de animais para as tropas montadas.

8 O ESTADO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS EM 1661, segundo o Conde de Schomberg. Guerra da Restauração: Blog de História Militar dedicado à Guerra da Restauração ou da Aclamação, 1641-1668. Posted on: 12 de Dezembro de 2009.

9 O ESTADO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS EM 1661, 2009.

10 SELVAGEM, p. 385-387.

11 Em Portugal, o “concelho” é a divisão administrativa correspondente ao município.

zar o Exército Português. Friedrich Hermann von Schönberg nasceu na Alemanha, mas fez uma longa carreira militar a serviço de diversos Estados europeus, sendo considerado por seu biógrafo *o mais hábil soldado do seu tempo*¹². Ascendeu ao generalato na França em 1655 e testemunhou as reformas militares promovidas pelo Marquês de Louvois. Com aquiescência do Rei Luís XIV, passou ao serviço da Coroa de Portugal, levando consigo cerca de seiscentos oficiais franceses de artilharia, cavalaria e engenharia, para ajudá-lo na modernização do exército lusitano. Schömber esteve a serviço de Portugal até o fim da Guerra da Restauração em 1668, e deu início à introdução do modelo militar francês em Portugal. Durante esta guerra surgiu finalmente um exército permanente em Portugal.¹³

A primeira grande reforma do novo exército permanente português seria promovida por D. João V (r. 1706-1750), com publicação das “Novas Ordenanças” de 1707 e 1708¹⁴. Estas reformas foram fortemente inspiradas do modelo militar francês, que se havia tornado paradigmático na Europa desde meados do século XVII¹⁵. O primeiro sinal desta postura foram a supressão da designação de terços para as unidades de infantaria e a adoção do termo regimento, como na maioria dos países europeus. Neste mesmo sentido, as companhias de cavalaria foram reunidas em regimentos, e a artilharia foi reorganizada como corpo militar, criando-se regimentos de artilharia. A reforma também buscou ajustar a organização e os postos militares do Exército Português à organização dos demais exércitos europeus aliados na Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714). Neste processo, foi criado o posto de tenente-coronel, como segundo no comando dos regimentos.

Em termos organizacionais, o Exército Português passava a contar com 34 regimentos de infantaria¹⁶. Cada regimento seria constituído por 12 companhias, sendo uma de granadeiros e 11 de linha. O regimento seria comandado por um coronel – em substituição ao mestre-de-campo. O estado-maior do regimento seria composto por um tenente-coronel, um sargento-mor, um ajudante, um cirurgião e um capelão. Cada companhia seria comandada por um capitão, secundado por um tenente e um alferes e teria o efetivo de 50 praças, incluídos dois sargentos e quatro

12 GLOZIER, Matthew. Marshal Schomberg, 1615-1690 – The ablest soldier of his Age. Brighton, UK: Sussex Academic Press, 2008.

13 ALVES, José Lopes. Guerra da Restauração da Independência de Portugal (1640-1668) – Intervenção do Marechal Schomberg. Revista Militar N.º 2530 – Nov 2012. Ver também SELVAGEM, op. cit., p. 433-434.

14 PORTUGAL. Regimento, pelo qual Sua Magestade deu nova fôrma á sua Cavallaria, e Infantaria, augmentando os soldos das mesmas. In Systema ou Colecção dos Regimentos Reaes. Tomo Quinto. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1799 (1707). p. 357-361; e PORTUGAL. Regimento para o Exercito quando estiver em campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e Lugares deste Reino, e do de Castilla. In Systema ou Colecção dos Regimentos Reaes. Tomo Quinto. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1799 (1708). p. 366-398.

15 SELVAGEM, Carlos. Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. 2ª reimpressão. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994. p. 464. Ver também LYNN, John A. The Evolution of Army Style in the Modern West, 800-2000. The International History Review, Burnaby, BC, Canada, Vol. 18, No. 3 (Aug., 1996), p. 505-545.

16 SELVAGEM, op. cit., p. 465. Em 1715, terminada a Guerra da Sucessão Espanhola, parte do exército foi licenciada, ficando reduzido a 20 regimentos de infantaria e 10 de cavalaria.

cabos de esquadra, o que dava ao regimento completo o efetivo de apenas 600 praças¹⁷. O coronel comandante do regimento e o tenente-coronel exerciam o comando de companhias, cumulativamente com suas funções no comando da unidade. Esta era uma característica comum a muitos exércitos da época e um resquício da importância e prestígio atribuídos ao comando de uma companhia na Idade Média e início da Idade Moderna. Também era uma forma de engrossar os vencimentos do coronel e do tenente-coronel, que recebiam os soldos devidos aos seus postos somados ao de capitão de suas companhias.

Traços da organização militar medieval também continuavam existiam nos métodos de recrutamento. Cada companhia tinha sua bandeira. Os capitães das companhias seguiam sendo os responsáveis pelo recrutamento do pessoal de suas subunidades e eram remunerados com *cinco praças de gratificação, para terem as suas Companhias completas*¹⁸. As “praças de gratificação” significavam o número de soldos de soldados, que era pago a cada comandante de companhia – inclusive o coronel e o tenente-coronel – como remuneração pela manutenção de suas subunidades completas. Caso o efetivo da companhia estivesse abaixo do número regulamentar, o comandante da companhia perdia uma “praça de gratificação” por cada falta, até o limite de 45 homens nas companhias de infantaria, ou de 35, nas de cavalaria, quando o capitão deixaria de receber esta vantagem.

Percebe-se a grande redução de efetivos do regimento de infantaria estabelecido pelo Regimento de 1707. Segundo o modelo adotado durante a Guerra da Restauração (1641-1668), um terço de infantaria do exército regular português deveria ter o efetivo de 2.000 homens, divididos em companhias de 200 homens¹⁹. O Regimento de 1708, por outro lado, admitia que um regimento poderia ter efetivo suficiente para formar dois batalhões, sendo um comandado pelo coronel e outro pelo tenente-coronel²⁰. Mais tarde, em 1735, adotou-se formalmente o batalhão como unidade tática dos regimentos de infantaria. Os batalhões teriam 600 homens e seriam organizado com 10 companhias de 60 soldados. Cada regimento de infantaria teria dois batalhões, sendo um deles comandado pelo tenente-coronel e outro pelo sargento-mor²¹.

Na organização dos regimentos de infantaria de 1707, percebe-se que as companhias deixavam de ser compostas com parte dos soldados armados com piques e parte com armas de fogo, como fora a regra geral nos exércitos europeus até o século XVII. Isto era o resultado do abandono do pique e da adoção generalizada dos fuzis de pederneira com baioneta por volta do final daquele século²².

A Cavalaria passou a ser organizada em regimentos de “cavalaria ligeira” e de “dragões”, todos compostos, indistintamente, com 12 companhias de 40 cavaleiros, incluindo os oficiais, o que totalizava um efetivo de 640 cavaleiros em um regimento completo. O texto do Regimento de 1707 não deixa claras as diferenças entre os

17 PORTUGAL, 1799 (1707), p. 357-378.

18 PORTUGAL, 1799, p. 358-359.

19 SELVAGEM, op. cit., p. 386.

20 PORTUGAL. 1799 (1708). p. 370.

21 SELVAGEM, op. cit., p. 465.

22 MARTÍNEZ DE MERLO, 2017. p. 182

regimentos de cavalaria ligeira e os de dragões²³. Sabe-se, entretanto, que o termo “dragões” surgiu no século XVII para designar soldados montados, armados com mosquetes e sabres, e que combatiam a pé. No mesmo período, em consequência das novas formações emassadas e bem treinadas de infantaria, a cavalaria passou a desempenhar funções quase exclusivamente de cavalaria ligeira, ou seja, missões de reconhecimento, tomada de contato com a infantaria inimiga e realização de incursões dentro das linhas inimigas²⁴.

O comando dos regimentos de cavalaria e dos de dragões estaria a cargo de um coronel, tendo como oficiais de seu estado-maior um tenente-coronel, um sargento-mor, um ajudante, um cirurgião e um capelão. As companhias de cavalaria seriam comandadas por um capitão, secundado por um tenente, um alferes, um furriel e três cabos de esquadra. Mas, da mesma forma como acontecia nos regimentos de infantaria, o coronel comandante e o tenente-coronel exerciam o comando de companhias, cumulativamente com suas funções no comando da unidade. No caso de emprego em combate, os regimentos de cavalaria e de dragões seriam organizados em quatro esquadrões de 120 homens, cada um deles reunindo três companhias²⁵. Estas reformas caracterizaram a perda do caráter de nobreza da cavalaria. A partir delas, a tropa montada deixava de ser constituída por fidalgos que traziam seus cavalos e armas, sem custos para a Coroa. A partir de agora, seria constituída por soldados pagos pelo Estado e que recebiam cavalos, armas e “pão de munição”²⁶.

Cada dois regimentos de infantaria ou de cavalaria formavam uma brigada dessas armas, comandada por um “brigadeiro”, coadjuvado por um sargento-mor de batalha. O posto de brigadeiro substituíu o de tenente de mestre-de-campo-general²⁷.

3. O Conde de Lippe e a formalização de uma doutrina militar portuguesa

Na segunda metade do século XVIII, o Exército Português passou por nova reformas, introduzidas pelo Conde de Lippe, que fora contratado para comandar as tropas portuguesas. Friedrich de Schaumburg-Lippe nasceu na Inglaterra de uma família alemã e prestou serviços militares a diversos países europeus, sendo nomeado general por Frederico I da Prússia durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Quando Portugal viu-se ameaçado pelas forças francesas em 1761, o Conde de Oeiras²⁸ contratou-o, por indicação do governo britânico, para comandar as tropas portuguesas que operariam em aliança com forças britânicas na Península Ibérica. Em julho de 1762, Lippe assumiu o comando do Exército Português e o encargo de

23 PORTUGAL, 1799 (1707), p. 359.

24 PARKER, Geoffrey. *Dragoons*; MURRAY, Williamson. *Cavalry*. In COWLEY, Robert; PARKER, Geoffrey (Ed.). *The Reader's Companion to Military History*. New York: Houghton Mifflin, Co., 2001.

25 PORTUGAL, 1799 (1708), p. 371.

26 PORTUGAL, 1799 (1707), p. 359.

27 SELVAGEM, op. cit., p. 464.

28 Mais tarde Marquês de Pombal.

reorganizá-lo e prepará-lo para a guerra²⁹.

As unidades básicas de infantaria e cavalaria do Exército Português reorganizado pelo Conde de Lippe, eram os regimentos. Os regimentos de infantaria deveriam ter um efetivo regulamentar de 806 oficiais e soldados, e seriam organizados em sete companhias de pouco mais de 100 homens e um pequeno estado-maior – coronel comandante, tenente-coronel, major (observa-se aqui a mudança do nome de “sargento-mor” para “major”), ajudante, quartel-mestre³⁰, auditor, um cirurgião com seis auxiliares e capelão. Como no modelo anterior, o coronel, o tenente-coronel e agora também o major acumulavam o comando de companhias. O regulamento dos regimentos de infantaria redigido pelo Conde de Lippe designava o batalhão como a formação tática do regimento, mas não previa a subdivisão do regimento em mais que um batalhão. Ou seja, o batalhão era o regimento formado para o combate³¹. Os regimentos de cavalaria, por sua vez, teriam um estado-maior e oito companhias, cada uma com cerca de 40 homens, ficando o regimento com um efetivo previsto de 329 oficiais e soldados. Para o combate, os regimentos de cavalaria seriam organizados em quatro esquadrões, cada um deles formado pela reunião de duas companhias³².

As reformas do Conde de Lippe incluíram a publicação dos primeiros regulamentos militares do Exército Português, estabelecendo, pela primeira vez, aquilo que hoje seria chamado uma doutrina militar formal. Antes disso, os textos militares portugueses eram regimentos e ordenanças reais que regulavam a organização das unidades, o recrutamento e pagamento dos oficiais e soldados e aspectos administrativos da vida dos corpos militares, mas não regulavam suas formações e seu emprego em combate. A produção doutrinária do Conde de Lippe incluiria, dentre outros, os regulamentos para os regimentos de infantaria³³ e cavalaria³⁴, regulamentos para o emprego tático das unidades das três armas³⁵, instruções para regular o serviço diário

29 CRUZ, Carlos Luís M. C. da. Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-Lippe. Fortaleza.org. Fortificações. Mundo. Publicação on-line. Atualizada em 26/11/2013.

30 O quartel-mestre era o oficial encarregado da administração, abastecimento e aquartelamento da unidade.

31 SCHAUMBURG-LIPPE, 1794 (1763).

32 SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Regulamento Para o Exercício, e Disciplina dos Regimentos de Cavallaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima. (25 de agosto de 1764). Lisboa: Regia Officina Typografica, 1789.

33 SCHAUMBURG-LIPPE, 1794 (1763).

34 SCHAUMBURG-LIPPE, 1789 (1764).

35 SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Novo Methodo Para Dispor Hum Corpo de Infantaria, de sorte que possa combater com a Cavalaria em Campanha raza. [s.l.]: Secretaria de Estado, 1767a; SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Direçoens Que Ham de Servir Para os Senhores Coroneis, Tenentes Coroneis, e Majores dos Regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima executarem com precisão os grandes movimentos das Tropas. [s.l.]: Secretaria de Estado, 1767b. Na época, também foram publicados o Alvará sobre a organização dos Regimentos de Artilheria e o Plano que S. Majestade manda seguir, e observar no Estabelecimento, Estudos, e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artelheria, ambos de 15 de julho de 1763. In SILVA, António Delgado da. Collecção da Legislação Portuguesa. Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1858.

das unidades militares³⁶, instruções aos inspetores das unidades³⁷ e até um tipo de programa de leitura profissional destinado aos oficiais³⁸. Lippe também estabeleceu o primeiro regulamento de uniformes do Exército Português³⁹.

Os regulamentos do Conde de Lippe para os regimentos de infantaria e de cavalaria (figuras 2 e 3) eram muito mais amplos do que simples manuais de combate das unidades dessas armas. Tratavam da instrução individual e coletiva da tropa, do manejo das armas, das diversas formações cerimoniais e de combate e das evoluções para a tomada e as mudanças dessas formações. Também abordavam aspectos normativos sobre a vida administrativa e disciplinar das unidades, sobre a sua rotina em tempo de paz, os serviços de guarda e a segurança dos quartéis. Traziam, finalmente os famosos “artigos de guerra” do Conde de Lippe, aprovados pelo Rei com força de lei, que serviam como regulamento disciplinar e código penal para o Exército Português. Os castigos prescritos nos artigos de guerra eram draconianos. Abundavam os “arcabuzamentos”, enforcamentos, golpes de espada de prancha e “carrinhos perpétuos”⁴⁰.

36 SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Instruções Geraes Realativas a Varias Partes essenciaes do Serviço Diario para o Exercito de S. Magestade Fidelissima. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1762.

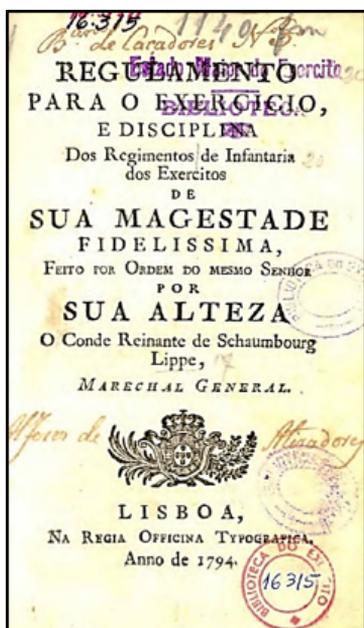
37 SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Ordenança, que Determina as Obrigações dos Inspectores das Tropas de Sua Magestade Fidelissima. [s.l]: Secretaria de Estado, 1767c.

38 SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Memoria Sobre os Exercicios de Meditação Militar para se remeter aos senhores generaes, e governadores de Provincias, a fim de se distribuir aos senhores Chéffes dos Regimentos dos Exercitos de S. Magestade. Lisboa: Offic. de João Antonio da Silva, 1791 (1773).

39 FREIRE, Miguel. Um Olhar Actual sobre a “Transformação” do Conde de Lippe. Nação & Defesa. Outono-Inverno 2005. N.º 112 - 3.ª Série. p. 254.

40 Uso de grilhões nos pés.

Figura 2. Folha de rosto do regulamento do Conde de Lippe para os regimentos de infantaria (Edição de 1794).



Fonte: Schaumburg-Lippe, 1794.

Figura 3. Folha de rosto do regulamento do Conde de Lippe para os regimentos de cavalaria (Edição de 1789).



Fonte: Schaumburg-Lippe, 1789.

4. A Guerra Peninsular e a Reforma Beresford

A invasão napoleônica de 1807 e a ocupação de Portugal por tropas francesas desencadearam a participação portuguesa na Guerra Peninsular contra a França (1807-1814). A invasão francesa encontrou o Exército Português mal preparado, desorganizado e incapaz de resistir às forças napoleônicas e de seus aliados espanhóis. Diante das circunstâncias, a Corte portuguesa viu-se obrigada a emigrar para o Brasil e declarar guerra à França em aliança com a Grã-Bretanha. As forças anglo-portuguesas foram colocadas sob comando do general Arthur Wellesley (mais tarde duque de Wellington). Para reorganizar e comandar o Exército Português, o Príncipe D. João contratou o general britânico William Carr Beresford. Entretanto, a reorganização do Exército foi promovida pelo Ministro da Guerra, Estrangeiros e Marinha, D. Miguel Pereira Forjaz, a partir das reformas publicadas em 1806, mas que nunca haviam sido implantadas⁴¹. A principal missão de Beresford seria ajustar a tática e a organização do Exército Português ao modelo militar britânico, a fim de permitir

41 PIRES, Nuno Lemos. Das reformas militares de 1806 aos modelos da organização de 1834. In *Do Absolutismo ao Liberalismo: Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. III. 3ª Seção: Revoluções, Expansionismo, Impérios. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2009. p. 242.

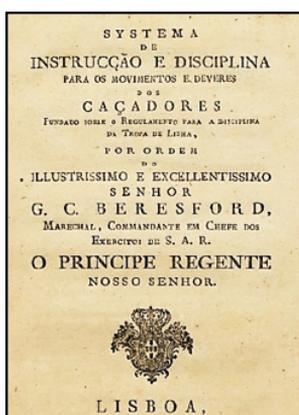
que operassem em conjunto⁴². Para atingir tal propósito, Beresford fez publicar três regulamentos de clara inspiração britânica. O de infantaria de linha (figura 4)⁴³ era uma tradução direta do regulamento da infantaria britânica⁴⁴. O de caçadores era um complemento ao de infantaria de linha, voltado para as ações de infantaria ligeira e o combate em ordem dispersa (figura 5)⁴⁵. Para a cavalaria, foram publicadas umas instruções provisórias também baseadas em regulamentos britânicos (figura 6)⁴⁶.

Figura 4. Folha de rosto do regulamento Beresford para a infantaria (Edição de 1810).



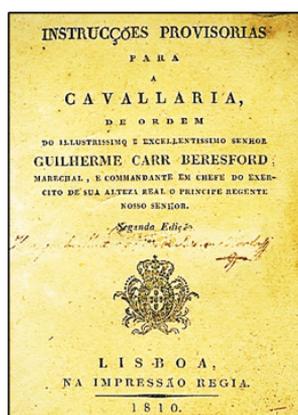
Fonte: Portugal, 1810 (a)

Figura 5. Folha de rosto do regulamento Beresford para caçadores (Edição 1810)



Fonte: Portugal, 1810 (b)

Figura 6. Folha de rosto das instruções provisórias de Beresford para a cavalaria (Edição de 1810).



Fonte: Portugal, 1810 (c)

De acordo com as reformas promovidas por Forjaz, a infantaria portuguesa foi reorganizada com unidades em dois níveis: regimentos e batalhões. Os regimentos de infantaria seriam comandados por um coronel, secundado por um Estado Maior, e organizados com dois batalhões, cada um com cinco companhias de 152 homens, sendo uma de granadeiros e quatro de fuzileiros, num efetivo total de 1.556 homens. Os batalhões de caçadores seriam unidades autônomas, comandadas por um tenente-coronel com seu estado-maior e organizados com cinco companhias de 123 homens, sendo quatro de caçadores e uma de atiradores de elite, num total de 628 praças. Os regimentos de cavalaria seriam comandados por um coronel com seu es-

42 AMARAL, Manuel. William Beresford. In O Exército Português em Finais do Antigo Regime. Publicação on-line.

43 PORTUGAL. Instruções Para o Exercício dos Regimentos de Infantaria. 2ª Ed. [Lisboa]: Imprensa Regia, 1810a.

44 REINO UNIDO. Rules and Regulations for the Manual and Platoon Exercises, Formations, Field Exercises, and Movements of His Majesty's Forces. [London]: War Office, 1807.

45 PORTUGAL. Systema de Instrução, e Disciplina para os Movimentos e Deveres dos Caçadores, Fundado sobre o Regulamento para a Disciplina da Tropa de Linha. Lisboa: Imprensa Regia, 1810(c).

46 PORTUGAL. Instruções Provisórias para a Cavallaria. 2ª Ed. Lisboa: Imprensa Regia, 1810b.

tado-maior e teriam 597 oficiais e soldados, organizados em oito companhias de 72 homens, que seriam reunidas duas a duas para formar quatro esquadrões⁴⁷. A artilharia foi reorganizada com os quatro regimentos existentes antes da invasão francesa e que haviam sido debandados pelo general Junot⁴⁸ em dezembro de 1807. No final de 1808, os regimentos de artilharia portugueses alcançavam o total de 3.918 homens, o que dava um efetivo médio de 980 homens para cada regimento⁴⁹. Como era a prática britânica da época, a artilharia portuguesa organizava-se em “brigadas de artilharia” com efetivos fornecidos pelos diversos regimentos da arma. Cada brigada era organizada com efetivos que giravam em torno dos 300 homens, que guarneciam e operavam uma bateria de cerca de 12 canhões⁵⁰. Como no Exército Britânico, os regimentos de artilharia tinham o papel puramente administrativo de recrutar e treinar os artilheiros e fornecer os efetivos que formariam as “brigadas de artilharia”.

Após a vitória na Guerra Peninsular, Beresford promoveu uma nova reorganização do Exército em 1816, consolidando o modelo adotado durante o conflito. A reforma Beresford foi duramente criticada devido ao volume de forças a serem mantidas em atividade no Exército em tempo de paz⁵¹, mas é relevante para o presente trabalho, tendo em vista que estabeleceu a estrutura das unidades do Exército Português por ocasião da Independência do Brasil, e serviu de modelo doutrinário no nascente Exército Imperial Brasileiro nos seus anos iniciais.

Segundo o “Regulamento para a organização do Exército de Portugal⁵²”, publicado em 1816, o Exército Português seria composto por 24 regimentos de infantaria, 12 batalhões de caçadores, 12 regimentos de cavalaria, quatro regimentos de artilharia, um batalhão de artífices engenheiros e quatro companhias de artilheiros condutores. Os regimentos das três armas seriam comandados por coronéis, enquanto os batalhões de caçadores, estando em um escalão mais baixo que os regimentos, seriam comandados por tenentes-coronéis. Os comandantes das unidades seriam secundados por um estado-maior e um “pequeno estado-maior”. O estado-maior seria composto apenas pelos oficiais superiores, enquanto o “pequeno estado-maior” incluiria os demais oficiais e praças que prestavam serviços diretamente ao comando

47 PIRES, 2009. p. 243. Ver também MCNAB, Chris (Ed.). *Armies of the Napoleonic Wars: An Illustrated History*. (This work draws from a large number of Osprey's Napoleonic books). Oxford, UK: Osprey, 2009. p. 354. Em relação aos efetivos dos regimentos de infantaria e de cavalaria, cito aqueles que foram estabelecidos por Beresford no seu regulamento de infantaria e em suas instruções provisórias para a cavalaria (PORTUGAL, 1810(a), p. 98-99; e PORTUGAL, 1810(c), p. 122-123).

48 O general Jean-Andoche Junot foi o comandante do Corpo de Observação da Gironda que invadiu e ocupou Portugal no final de 1807. Foi então nomeado governador-geral de Portugal por Napoleão.

49 Segundo a organização estabelecida no final do século XVIII, cada regimento de artilharia era organizado com 10 companhias (BORGES, João Vieira. *Portugal Militar no Início do Século XIX*. In SOUSA, Maria Leonor Machado de (coord.) *A guerra peninsular: perspectivas multidisciplinares*. Vol. 1. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar: Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 2008. p. 49).

50 MCNAB, op. cit., p. 367.

51 FRANZINI, Marino Miguel. *Reflexões sobre o Actual Regulamento do Exército de Portugal*, publicado em 1816; ou analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à Nação. Lisboa: Imprensa Regia, 1820.

52 PORTUGAL. *Regulamento para a organização do Exército de Portugal*. In BRASIL. *Collecção das Leis do Brazil de 1816*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (1816). p. 9-38.

da unidade e não pertenciam a nenhuma das companhias. Os regimentos de infantaria seriam organizados com 10 companhias de 142 homens, com o efetivo previsto de 1.552 oficiais e soldados, podendo formar dois batalhões de cinco companhias. Os batalhões de caçadores teriam 693 oficiais e soldados, organizados em seis companhias de 112 homens. Os regimentos de cavalaria seriam organizados com oito companhias de 72 homens, em um efetivo total de 595 oficiais e soldados. Os regimentos de artilharia teriam 892 oficiais e soldados, organizados em 10 companhias de 88 homens. O batalhão de artífices engenheiros teria 681 oficiais e soldados e seria comandado por um major. Cada uma das quatro companhias de artilheiros condutores seria organizada com um oficial, quatro sargentos, quatro especialistas – alveitares⁵³, cornetas e ferradores – e 60 soldados, e seria dotada com 100 cavalos e mulas para montaria e transporte.

Em termos de grandes formações comandadas por oficiais gerais, o Exército Português seria organizado em seis divisões de infantaria e seis brigadas de cavalaria. Cada divisão de infantaria seria composta por duas brigadas e estas, por dois regimentos de infantaria e um batalhão de caçadores. As brigadas de cavalaria seriam constituídas por dois regimentos da arma. Não havia a previsão de organização de divisões de cavalaria desde tempo de paz, mas estas poderiam ser organizadas em casos de necessidade. Cada divisão de infantaria teria dois oficiais de estado-maior: um assistente do Ajudante-General e um assistente do Quartel-Mestre-General. As brigadas de infantaria e de cavalaria também teriam dois oficiais de estado-maior: um “major de brigada⁵⁴” e um assistente ou deputado do Quartel-Mestre-General.

No seu nível mais elevado, o Exército Português não contava com um estado-maior geral, mas com dois órgãos encarregados das suas atividades administrativas essenciais. Seguiu o modelo de estado-maior britânico contemporâneo, que fora concebido pelo general Arthur Wellesley durante a Guerra Peninsular. Era um tipo de estado-maior bipartido, que era composto por um Departamento do Ajudante-General e um Departamento do Quartel-Mestre-General. No modelo britânico, diferentemente dos modelos prussiano e francês contemporâneos, não havia a figura do Chefe de Estado-Maior⁵⁵. De acordo com as General Orders, emitidas por Wellington em 1815, o Departamento do Ajudante-General tinha a seu cargo todos os detalhes do serviço, relatórios, correspondência e disciplina. Os oficiais deste departamento também auxiliavam na preparação das ordens e comunicações. O Departamento do Quartel-Mestre-General, por sua vez, encarregava-se de assuntos como embarque, desembarque, equipamentos, aquartelamentos, abrigos para a tropa, acampamentos, direção das marchas e a ocupação das posições das diferentes divisões e outras tro-

53 Alveitar era o indivíduo que, sem ser veterinário, tratava de animais, colocava e trocava ferraduras, fazia curativos, sangrias, castrações etc.

54 O “major de brigada” era figura emblemática da influência britânica no Exército Português sob o comando de Beresford. Seu papel era o de chefe do estado-maior da brigada. No Exército Português de 1816, o major de brigada era um representante do estado-maior do Ajudante-General colocado à disposição das brigadas.

55 HITTLE, J. D. *The Military Staff: Its History and development*. Harrisburg, PA: The Stackpole Company, 1961.

pas⁵⁶. Os Departamentos do Ajudante-General e do Quartel-Mestre-General forneciam representantes (deputados, numa tradução direta do termo inglês deputy) e assistentes que mobiliavam os estados-maiores das divisões e brigadas. Este sistema colocava um representante dos dois grandes órgãos da administração central do Exército em cada grande unidade, facilitando o controle administrativo centralizado. Este modelo britânico de estados-maiores foi o adotado pelo Lorde Beresford na reorganização do Exército Português de 1816 (quadro 1).

Quadro 1. Composição dos estados-maiores dos grandes comandos do Exército Português segundo a reorganização de 1816.

<p>Com o General-em-Chefe:</p> <p>1) Estado-Maior do Ajudante-General:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 Ajudante-General. • 04 Deputados. • 06 Assistentes com o Ajudante-General. • 06 Assistentes com as Divisões. • 02 Deputados assistentes. • 18 Majores de Brigada. <p>2) Estado-Maior do Quartel-Mestre-General:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 Quartel-Mestre-General • 04 Deputados. • 12 Assistentes. • 12 Deputados assistentes. 	<p>Em cada Divisão de Infantaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 Assistente do Ajudante-General • 01 Assistente do Quartel-Mestre-General
	<p>Em cada Brigada de Infantaria ou Cavalaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 Major de Brigada • 01 Assistente ou Deputado do Quartel-Mestre-General

Fonte: quadro organizado pelo autor, a partir de Brasil, 1816, p. 11-12.

No âmbito das unidades de tropa, sua subdivisão em subunidades ainda era pouco precisa. Nas unidades de todas as armas, a subunidade administrativa era a companhia. Mas a subunidade tática nem sempre correspondia à companhia. Na infantaria, a subunidade tática do batalhão era o pelotão. Para compor o batalhão de combate, cada companhia fornecia um pelotão. Como diversos homens eram sacados dos efetivos das companhias para realizar atividades administrativas, resulta que o pelotão era menor do que a companhia. Também podia haver grande diferença de efetivos entre as companhias. Neste caso, cabia ao ajudante fazer o ajuste dos efetivos dos pelotões, passando soldados das companhias de maior efetivo para aquelas com a força reduzida. Na cavalaria, a subunidade tática era o esquadrão, que reunia duas companhias. Ou seja a subunidade tática era o dobro da administrativa. Na artilharia tampouco havia correspondência entre a companhia e a subunidade tática, que era a bateria. A eliminação desta duplicidade conceitual no nível das subunidades só viria a ocorrer ao final do século XIX.

56 GURWOOD, John (Org.). The General Orders of Field Marshal The Duke of Wellington, K.G., &c. &c. &c. in Portugal, Spain and France from 1809 to 1814; and The Low Countries and France, 1815. London: William Clowes, 1832. p. XV-XVI.

6. A doutrina militar portuguesa à época da Independência do Brasil

• Doutrina de emprego da Infantaria

Os manuais de infantaria em uso no Exército Português por ocasião da Independência do Brasil eram o Regulamento, e Instruções para a Disciplina e Exercício dos Corpos de Infantaria⁵⁷, destinado à infantaria de linha, e o Systema de Instrução, e Disciplina para os Movimentos e Deveres dos Caçadores⁵⁸, o primeiro publicado em 1820, por ordem do Marechal Beresford, então com o título Marquês de Campo Maior, e o segundo publicado por Beresford em 1810, com uma segunda edição em 1811 (figuras 7 e 8).

• Infantaria de linha

O Regulamento, e Instruções para a Disciplina e Exercício dos Corpos de Infantaria era uma nova edição do regulamento de infantaria publicado por Beresford em 1810, durante a Guerra Peninsular, apenas com o título modificado e pequenas mudanças de redação. Essa nova edição do Regulamento Beresford fora aprovada por decreto de D. João VI de 7 de agosto de 1820, e mandada colocar em execução pelos corpos de infantaria do exércitos de Portugal e do Brasil. Permaneceu em uso no Exército Imperial Brasileiro até 1850⁵⁹.

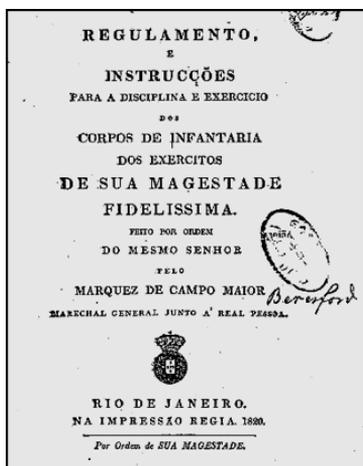
O regulamento Beresford de infantaria de 1820 estava organizado em três partes: I - Instrução das Recrutas (no feminino, de acordo com o Português falado à época); II - Do Pelotão ou Companhia; e III - Do Regimento ou Batalhão. A Parte I tinha 40 seções, a Parte II, 29 seções e a Parte III, apenas quatro. Esta estrutura já demonstrava que o foco do manual era muito mais a instrução individual dos soldados do que o emprego do regimento em combate. O índice também deixava em evidência a confusão existente na época entre os termos companhia e pelotão, e entre regimento e batalhão.

57 BRASIL. Regulamento, e Instruções para a Disciplina e Exercício dos Corpos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1820.

58 PORTUGAL. Systema de Instrução, e Disciplina para os Movimentos e Deveres dos Caçadores. Lisboa: Imprensa Regia, 1811.

59 BRASIL. Decreto de 7 de agosto de 1820. Approva as novas Ordenanças para a formatura, instrução e disciplina dos Corpos de infantaria. In BRASIL. Collecção das Leis do Brazil de 1820. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 73-74.

Figura 7. Folha de rosto do Regulamento Beresford para a infantaria, edição de 1820.



Fonte: Acervo digital de Google Livros.

Figura 8. Folha de rosto do Regulamento Beresford para caçadores, edição de 1811.



Fonte: Biblioteca Digital do Exército Português.

A Parte I, tratando da instrução dos recrutas, tinha 22 seções sobre a instrução do soldado desarmado a pé firme e em marcha. Seguiam-se seis seções sobre os movimentos de armas, de forma individual e em conjunto; duas seções sobre exercícios de fogo individual e em conjunto; e dez sessões sobre formações e movimentos no nível da esquadra (composta por 18 a 24 homens formados em três fileiras, ou “a três de fundo”, como então se dizia). A primeira parte também incluía uma breve seção, não numerada, sobre a infantaria ligeira. De acordo com esta seção, os batalhões de infantaria ligeira formavam em duas fileiras (“a dois de fundo”) e atiravam ajoelhados. Mas a seção resumia-se a instruções sobre como escorvar, carregar e disparar a espingarda na posição de joelhos.

A Parte II era a escola do pelotão ou companhia. Seu foco era o treinamento dos recrutas para operar em conjunto, em um pelotão de 10 a 20 filas, ou seja, de 30 a 60 homens⁶⁰. As 25 seções iniciais desta parte eram destinada ao ensino dos inúmeros movimentos e formações que deviam ser aprendidos e praticados pelos novos soldados, até que eles pudessem compor uma companhia. Apenas as quatro seções finais eram destinadas aos exercícios da companhia sob o comando de seus oficiais.

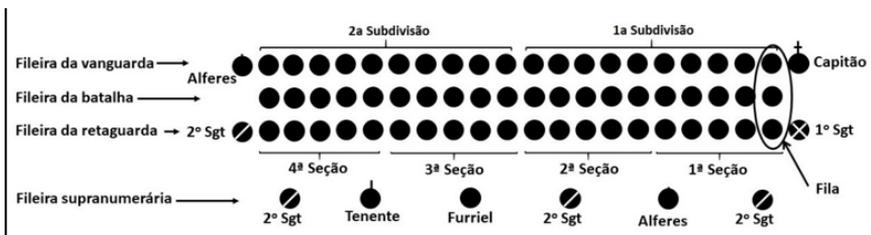
⁶⁰ A fila era composta pelos homens postados um atrás do outro num dispositivo de ordem unida. Na infantaria de linha, que formava em linha de três fileiras, a fila era composta por três homens; nos caçadores, que formavam em linha de duas fileiras, a fila era constituída por dois homens.

Mas mesmo estas seções não tratavam do emprego da companhia em combate, mas de exercícios de ordem unida e evoluções em um campo de 100 passos quadrados.

O título da Parte III é confuso, pois coloca o Regimento como sendo a mesma coisa que o Batalhão. Pode-se supor que esta confusão seja resultado da cultura militar que subjaz em um manual que foi diretamente traduzido de um original britânico, pois, como já constatou um historiador inglês, a terminologia militar britânica é assombrada por palavras que têm significados múltiplos e imprecisos⁶¹.

Embora seja destinada ao estudo do batalhão ou regimento, a Parte III começa pela formação da companhia. Logo no início, informa que a companhia era o mesmo que um pelotão, e deveria formar “a três de fundo”, ou seja, em linha de três fileiras. A primeira seria chamada fileira da vanguarda, a do meio, fileira da batalha, e a última, fileira da retaguarda. A companhia era dividida em duas subdivisões – às vezes chamadas esquadras. As subdivisões, por sua vez eram dividida em duas seções, cada uma com no mínimo cinco filas (figura 9). Em combate, a fileira da vanguarda fazia fogo na posição de joelhos. As duas seguintes atiravam de pé, com a da retaguarda atirando sobre os ombros dos homens da fileira da batalha.

Figura 9. A companhia ou pelotão formada em ordem unida, em linha de três fileiras



Fonte: Desenho do autor, a partir da descrição do regulamento Beresford de infantaria, edição de 1820.

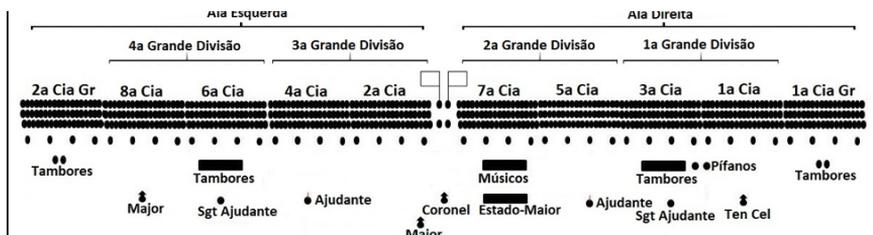
A organização do Regimento descrita no manual era a prevista na reorganização do Exército Português de 1816, sendo formado por 10 companhias, das quais duas eram de granadeiros e oito, de fuzileiros. Segundo o decreto de 1816, o regimento deveria formar dois batalhões de cinco companhias cada um, mas o manual era reticente quanto à subdivisão do regimento em batalhões. Como foi visto acima, usava indistintamente as palavras batalhão e regimento como sinônimas. As oito companhias de fuzileiros formavam oito pelotões, que podiam ser organizadas em quatro “grandes divisões”, cada uma composta por dois pelotões. O regimento também podia ser subdivididos em duas “alas”, cada uma compostas por cinco companhias – ou por quatro companhias, se as de granadeiros estivessem sendo empregadas em missões fora do regimento.

A formação básica do regimento para o combate era em linha de companhias, tendo nos flancos as duas companhias de granadeiros. A ala direita era formada pe-

61 FRENCH, David. *Military Identities: The Regimental System, the British Army & the British People*, c. 1870-2000. New York: Oxford University Press, 2005. p. 7.

las companhias ímpares, e a esquerda, pelas pares. A ideia de que o regimento era composto por dois batalhões era apenas simbólica e só ficava evidenciada pelo fato de que a unidade tinha dois porta-bandeiras, um para cada batalhão (figura 10). Na prática, segundo a doutrina de Beresford, o regimento dividia-se em duas alas, não dois batalhões.

Figura 10. Formação do regimento de infantaria em ordem unida, em linha de companhias.



Fonte: Desenho do autor, a partir da descrição do regulamento Beresford de infantaria, edição de 1820.

• Caçadores

O **Systema de Instrução, e Disciplina para os Movimentos e Deveres dos Caçadores** era um complemento ao Regulamento dos corpos de infantaria de linha. O manual teve três edições em Portugal – 1810, 1811 e 1823 e estava organizado em três partes. A primeira parte, referente às formações e movimentos em ordem unida, tratava dos movimentos “de costado” (ou por filas), do método de fazer fogo avançando ou retirando em uma rua ou desfiladeiro⁶², das mudanças de posição em passo “dobrado ligeiro⁶³”, e da formação de quadrados de batalhão para enfrentar a cavalaria.

A segunda parte tratava da essência da função dos caçadores, que era o combate em ordem estendida (ou dispersa). Ensinava técnicas necessárias aos caçadores – como carregar as espingardas e atirar nas posições de joelhos, sentado e deitado e fazer fogo a pé firme por filas singelas ou dobradas⁶⁴ (ver figura 10). Também ensinava a aplicação destas técnicas ao combate em ordem dispersa e nas missões de segurança.

As linhas de atiradores (figura 11) eram usadas para proteger as forças principais em campos ou posições fixas, formando guardas avançadas, de retaguarda ou de flanco. Também eram empregadas para cobrir o avanço das forças numa ação ofensiva ou proteger o corpo principal em uma defensiva, buscando localizar e desorganizar o inimigo. Uma linha de atiradores podia ser estendida em filas singelas ou filas dobradas. O intervalo normal entre as filas – singelas ou dobradas – era de

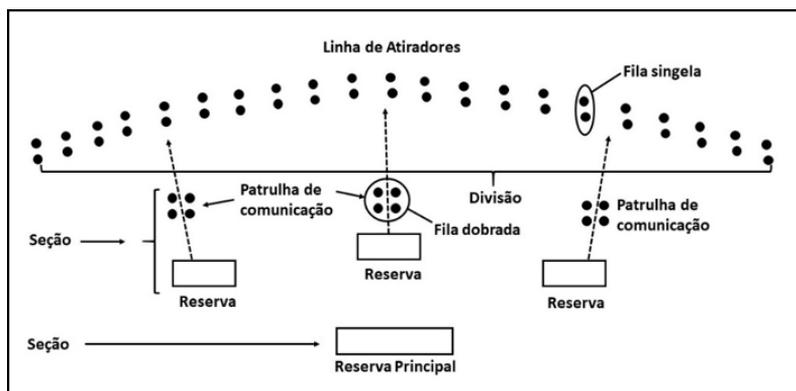
62 Local de passagem estreita.

63 O passo dobrado ligeiro era um passo acelerado de 150 passos por minuto. Era o dobro do passo grave, que era de 75 passos por minuto.

64 A fila singela era composta pelos homens da mesma fila. Na infantaria de linha, era composta por três homens; nos caçadores, por dois homens. A fila dobrada era a junção de duas filas. Era usada nas linhas de atiradores, formação típica dos caçadores. Por isto era composta por quatro homens.

seis passos, mas esta distância não era impositiva. O manual recomendava deixar as distâncias a juízo dos soldados. Esta era uma grande novidade. Se os manuais de infantaria de linha deixavam pouca margem de julgamento tático aos oficiais subalternos e sargentos, o combate descentralizado de caçadores exigia que mesmo os soldados fossem capazes de tomar decisões táticas que dissessem respeito à sua segurança e à sua função.

Figura 11. Companhia de caçadores disposta em linha de atiradores por filas singelas.



Fonte: Desenho do autor, com base no manual Beresford para caçadores de 1810⁶⁵.

A terceira parte do manual Beresford para caçadores tratava dos toques de corneta e de sua aplicação às primeira e segunda partes. Esta também era uma novidade e decorria da natureza do combate dos caçadores. O emprego de unidades de infantaria ligeira, operando de forma descentralizada e com maior flexibilidade, tornou mais importante o uso de sinais sonoros de grande alcance, a fim de que as ordens dos comandantes das unidades pudessem alcançar distâncias maiores que a voz humana e os tambores usados na infantaria de linha, superando o ruído dos disparos das armas e o ambiente confuso do combate⁶⁶.

• Doutrina de emprego da Cavalaria

O Regulamento Para a Disciplina e Exercício dos Regimentos de Cavallaria do Exercito, foi publicado em 1816, no bojo das reformas de militares de Beresford após a Guerra Peninsular. Da mesma forma que seu correspondente para a arma de infantaria, era conhecido como o Regulamento Beresford de cavalaria, e permaneceu em uso no nascente Exército Imperial Brasileiro. A figura 12 mostra a folha de rosto da sua edição de 1825.

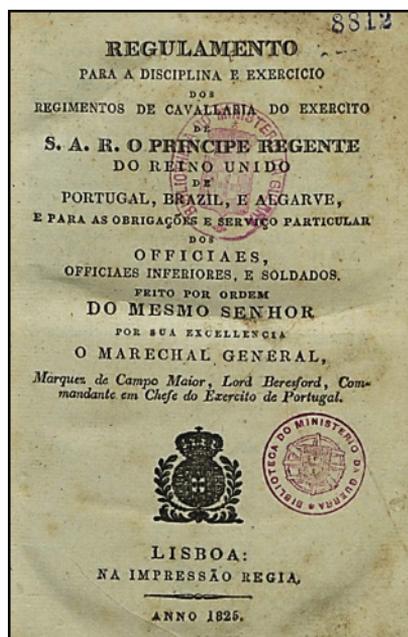
Diferentemente do regulamento de infantaria, o Regulamento Beresford de

65 PORTUGAL, 1810b. Est. 3ª, No. 5, Fig. 1ª.

66 SOUSA, Pedro Marquês de. A Influência Britânica nos toques da ordenança militar portuguesa. Revista Militar, N.º 2524 - Maio de 2012, p. 509 - 525.

cavalaria não se restringia à instrução e aos exercícios da tropa. O manual estava organizado em três partes. A primeira, tratava da vida administrativa dos regimentos de cavalaria, incluindo os deveres dos integrantes da unidade – desde o comandante até os soldados – e o funcionamento das suas diversas repartições em tempo de paz. A segunda parte tratava da disciplina, ensino e exercícios da cavalaria, e era uma tradução ou adaptação de manuais militares ingleses. Era composta, majoritariamente, por regras estritas para as formações, manobras e evoluções da tropa, não levando em conta a ação do inimigo nem as restrições do terreno. A terceira parte tratava da instrução para os recrutas – instruções de equitação ministradas no picadeiro⁶⁷, e manejo das armas usadas na cavalaria – clavina, pistola e espada.

Figura 12. Folha de rosto da edição de 1825 do Regulamento Beresford de cavalaria de 1816



Fonte: Biblioteca Digital do Exército Português

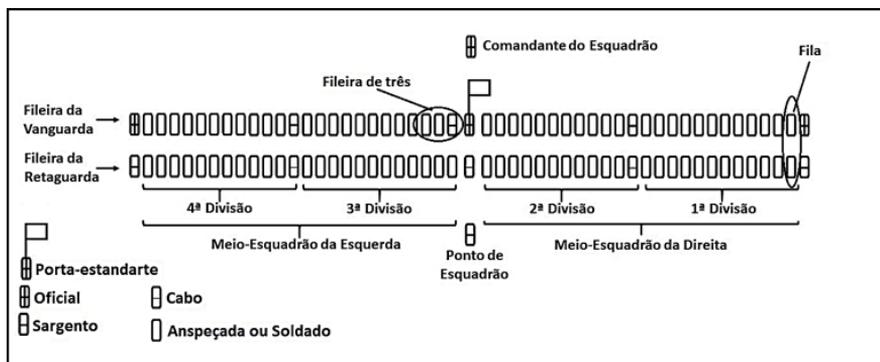
De acordo com a segunda parte, o esquadrão era formado pela reunião de duas companhias. O regimento poderia ter dois, três ou mais esquadrões. A formação básica do esquadrão e do regimento era “a dois de fundo”, ou seja, em linha de duas fileiras. Cada esquadrão podia ser dividido em dois meio-esquadrões, quatro divisões e oito subdivisões⁶⁸. Na cavalaria, tendo em vista a maior mobilidade e tendência à dispersão, o ponto de reunião era o estandarte do esquadrão. A figura 13 mostra a formatura do esquadrão de cavalaria segundo Beresford. A subunidade está

67 Picadeiro é o galpão fechado onde se fazem exercícios de equitação e se adestram cavalos.

68 PORTUGAL, 1825, Segunda Parte, p. 1-2.

constituída por 48 filas de praças, enquadradas por dois oficiais nas extremidades, cada um deles coberto por um sargento. Marcando o centro do esquadrão, está o oficial porta-estandarte. À retaguarda do dispositivo, está postado o sargento “ponto de esquadrão” encarregado de ajudar a manter a formatura da tropa.

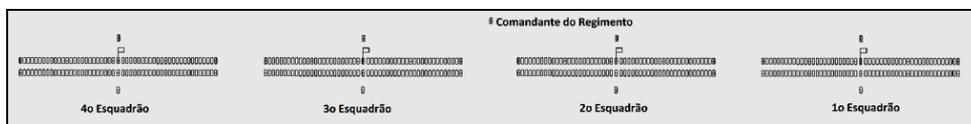
Figura 13. Formatura do esquadrão de cavalaria segundo Beresford.



Fonte: Desenho do autor, com base na estampa 20 do regulamento Beresford de cavalaria de 1816⁶⁹.

Para revistas e paradas, o regimento de cavalaria deveria formar em linha de esquadrões, cada um na sua formação normal em linha de duas fileiras (figura 14). O intervalo entre os esquadrões deveria ser igual a um terço da frente dos esquadrões.

Figura 14. Formatura do regimento de cavalaria, segundo Beresford.



Fonte: Desenho do autor, com base na estampa 1 do regulamento Beresford de cavalaria de 1816.⁷⁰

De maneira geral, o regulamento Beresford para a cavalaria de 1816 era um manual militar típico de sua época. Estava redigido mais como um programa de instrução para recrutas do que como um manual para orientar o emprego das unidades da arma de cavalaria em combate. Suas principais preocupações eram as formações, evoluções, vozes de comandos e movimentos decorrentes. Havia, entretanto, um aspecto bastante positivo no regulamento de cavalaria de Beresford. Havendo sido publicado no pós-Guerra Peninsular e no bojo das reformas do Exército Português de 1816, o novo manual trazia uma parte dedicada à vida administrativa de guarnição das unidades em tempo de paz, o que é a realidade predominante das instituições militares.

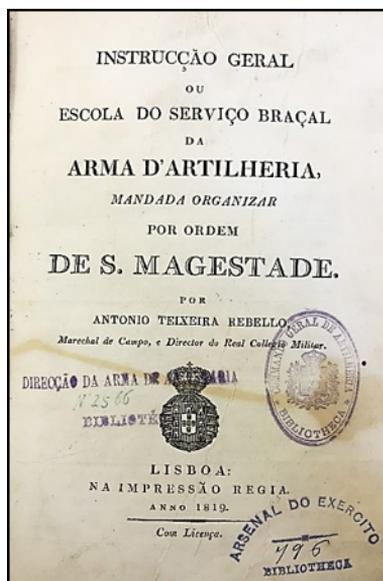
69 PORTUGAL, 1825.

70 PORTUGAL, 1825.

• Doutrina de emprego da Artilharia

A doutrina militar elaborada pelo Lorde Beresford, a partir de modelos britânicos, durante e logo após a Guerra Peninsular não incluiu um regulamento de artilharia. Mas a arma dos fogos pesados também teve um manual oficial publicado no pós-guerra, embora sua redação tenha começado muitos anos antes daquele conflito e da nomeação de Beresford para o comando do Exército Português. Tratava-se da Instrução Geral ou Escola do Serviço Braçal da Arma d'Artilharia, de autoria do marechal-de-campo Antônio Teixeira Rebello⁷¹, publicado em Lisboa em 1819 e adotado como ordenança de artilharia do Exército Português em junho de 1821 (figura 15)⁷².

Figura 15. Folha de rosto do manual Instrução Geral ou Escola do Serviço Braçal da Arma d'Artilharia, de Antônio Teixeira Rebello, 1819.



Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil).

O título da Instrução Geral de Rebello era modesto e enganoso, pois a obra ia muito além do simples serviço das peças de artilharia. Na verdade, era um tratado

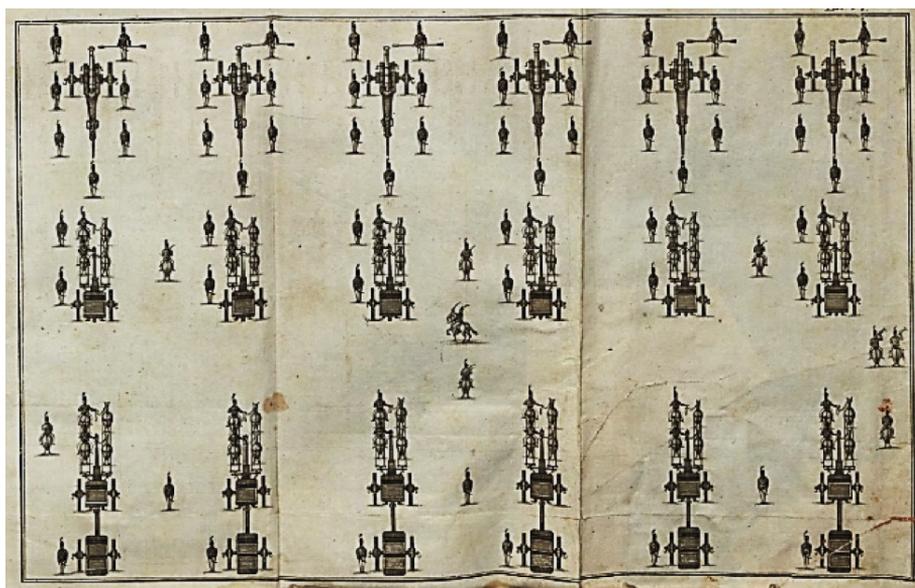
71 REBELLO, Antonio Teixeira. Instrução Geral ou Escola do Serviço Braçal da Arma d'Artilharia. Lisboa: Impressão Regia, 1819. Rebello foi um dos mais destacados oficiais de artilharia de sua geração, e já havia traduzido para o Português o Tratado de Artilharia de John Muller, professor de artilharia e fortificação e preceptor do Duque de Gloucester. A obra traduzida foi publicada em Lisboa em dois volumes nos anos de 1792 e 1793. Em 1803, Rebello foi nomeado pelo Príncipe Regente D. João para organizar uma Instrução para a manobra das peças de toda qualidade e calibre (REBELLO, 1819, p. VI). A conclusão da obra foi retardada pelas invasões napoleônicas e a guerra decorrente.

72 Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa. No. 149. Sessão do dia 10 de agosto de 1821. p. 1841.

de artilharia dividido em seis partes, cada uma subdividida em capítulos muito detalhados, claramente explicados e com fartas ilustrações em um caderno de estampas ao final do volume.

A Parte I tratava do serviço braçal das bocas de fogo de sítio e de praça de diversos tipos e calibres. Também oferecia instruções didáticas aos oficiais e sargentos encarregados da instrução dos recrutas no serviço da artilharia de sítio e de posição. A Parte II tratava do serviço braçal dos diversos tipos de bocas de fogo de campanha dos calibres em uso pelo Exército Português. A Parte III apresentava os princípios gerais relativos à composição e formações das baterias de campanha a pé e a cavalo. Seu tema era muito relevante porque, àquela altura, as baterias não eram subunidades permanentes dos corpos de artilharia, e só eram organizadas para serem empregadas em operações. Rebello apresentava composições ideais de baterias de campanha a pé e a cavalo, que poderiam ser adaptadas para organizar baterias com diferentes números de peças ou calibres. A figura 16, retirada do caderno de estampas da Instrução Geral de Rebello, mostra uma bateria de artilharia de campanha a pé em posição de tiro. Observa-se que os armões⁷³ estão posicionados à retaguarda de cada peça, com a munição de uso imediato. Mais à retaguarda, vê-se a linha dos caixões, trazendo a munição suplementar.

Figura 16. Bateria de artilharia de campanha de seis peças em posição de tiro



Fonte: Rebello, 1819, Est. VI.

73 Armão era o pequeno carro de um eixo, que servia como jogo dianteiro das viaturas de artilharia. Cada reparo (carreta) de artilharia de campanha era atrelado a um armão, formando um carro de dois eixos com boa estabilidade para o movimento em estradas e através do campo em áreas planas e regulares. Os armões traziam caixas de munição para o uso imediato das peças. Cada peça contava, adicionalmente, com um “caixão” – carro que trazia sua munição suplementar.

A Parte IV tratava das manobras das baterias de campanha a pé e a cavalo, incluindo as marchas de coluna e a passagem para a ordem de batalha e vice-versa; as passagens de obstáculos e desfiladeiros; e a execução dos fogos em diferentes situações. A Parte V era essencialmente técnica e tratava da escola de tiro das bocas de fogo em geral, incluindo os métodos de pontaria em direção e em elevação, as técnicas de tiro com obuses e morteiros e o uso de tabelas rudimentares para avaliar os diversos tipos de pólvora nacionais e importadas e os alcances das peças em diferentes ângulos de elevação. As tabelas publicadas por Rebello eram de grande utilidade em uma época na qual ainda não havia tabelas de tiro padronizadas, e cabia aos oficiais artilheiros estabelecer os ângulos de tiro a partir da pura experiência e de cálculos aprendidos nas escolas.

A Parte VI trazia instruções muito ricas sobre aspectos técnicos e táticos do emprego da artilharia em combate no começo do século XIX. Sua abordagem era bastante moderna para uma obra escrita naquele período, pois fazia considerações sofisticadas sobre o inimigo e as imposições do terreno. Além disso, tinha uma perspectiva estritamente pragmática, como quando recomendava o abandono dos canhões diante da ameaça de captura ou matança do pessoal das baterias. Para Rebello, cabia aos comandantes de bateria avaliar a oportunidade de retirar as peças para outra posição ou mesmo abandoná-las, tentando salvar as vidas dos artilheiros e se possível as bestas e a palamenta, sendo certo que na guerra não é vergonha nem descredito fazer o que é impossível evitar⁷⁴.

São poucas as evidências concretas do uso da Instrução Geral de Rebelo no Brasil. Nesta terceira década do século XXI, não é possível encontrar qualquer exemplar deste manual nos catálogos da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército e da Biblioteca Nacional⁷⁵. Mas o General Tasso Fragoso afirmou haver consultado um exemplar das Instruções de Rebelo disponível na Biblioteca do Exército durante suas pesquisas para o livro *A Batalha do Passo do Rosário*, publicado em 1922. E entendia que seu uso no Brasil era provável, visto ser natural admitirmos que, nos primeiros tempos, o exército do novo império guardou intacta a arte militar da metrópole portuguesa⁷⁶.

7. Conclusões

Após cerca de 250 anos de evolução organizacional do Exército Português, as reformas implantadas pelo Lorde Beresford criaram o modelo de organização militar que se encontrava em vigor à época da Independência do Brasil. A despeito do fato de que a reforma Beresford de 1816 sofreu forte reação, sua implantação, mesmo que parcial, estabeleceu um modelo organizacional sobre o qual o nascente Exército Imperial Brasileiro iria construir sua estrutura. Caracterizava-se por estados-maiores

74 REBELLO, 1819, p. 307.

75 Há um exemplar no catálogo da Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha.

76 FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Batalha do Passo do Rosário*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951. p. 382. A 1ª edição foi de 1921.

de tipo britânico, com dois departamentos ou repartições: o do ajudante general e o do quartel-mestre general. Esta organização dos estados-maiores aplicava-se desde o nível do batalhão e regimento até o mais alto escalão do exército. No nível das unidades, a infantaria de linha era organizada em regimentos de dez companhias, sendo duas de granadeiros, e os caçadores, em batalhões de seis companhias. Na cavalaria, os regimentos eram organizados com oito companhias, podendo formar quatro esquadrões de combate. A artilharia estava organizada em regimentos de dez companhias, mas seu caráter era meramente administrativo. Para emprego em combate, a artilharia era organizada em “brigadas” ou baterias, que reuniam homens de diversas companhias e até de diferentes regimentos.

O modelo militar português também incluía um conjunto de manuais militares. Destes, os regulamentos Beresford para as armas de infantaria e cavalaria seriam adotados formalmente no Brasil e permaneceriam em uso por muitos anos – o de cavalaria somente seria substituído em 1890.

Referências

ALVES, José Lopes. Guerra da Restauração da Independência de Portugal (1640-1668) – Intervenção do Marechal Schomberg. *Revista Militar* N.º 2530 – Nov 2012.

AMARAL, Manuel. William Beresford. In *O Exército Português em Finais do Antigo Regime*. Publicação on-line. Disponível em: <https://www.arqnet.pt/exercito/beresford.html>. Acesso em 09/04/2021.

BORGES, João Vieira. Portugal Militar no Início do Século XIX. In SOUSA, Maria Leonor Machado de (coord.) *A guerra peninsular: perspectivas multidisciplinares*. Vol. 1. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar: Centro de Estudos Anglo-Portugueses, 2008.

COWLEY, Robert; PARKER, Geoffrey (Ed.). *The Reader's Companion to Military History*. New York: Houghton Mifflin, Co., 2001.

CRUZ, Carlos Luís M. C. da. Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-Lippe. *Fortaleza.org*. Fortificações. Mundo. Publicação on-line. Atualizada em 26/11/2013. Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=personagem&id_pessoa=923&muda_idioma=PT. Acesso em 01/04/2020.

FEIO, Gonçalo Couceiro. *A Guerra no Renascimento: O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império – De D. Manoel I a Felipe II*. 1ª Ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2018.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Batalha do Passo do Rosário*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951.

FRANZINI, Marino Miguel. *Reflexões sobre o Actual Regulamento do Exército de Portugal*, publicado em 1816; ou analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à Nação. Lisboa: Imprensa Regia, 1820.

FREIRE, Miguel. Um Olhar Actual sobre a “Transformação” do Conde de Lippe. Nação & Defesa. Outono-Inverno 2005. N.º 112 - 3.ª Série.

GLOZIER, Matthiew. Marshal Schomberg, 1615-1690 – The ablest soldier of his Age. Brighton, UK: Sussex Academic Press, 2008.

GURWOOD, John (Org.). The General Orders of Field Marshal The Duke of Wellington, K.G., &c. &c. &c. in Portugal, Spain and France from 1809 to 1814; and The Low Countries and France, 1815. London: William Clowes, 1832. p. XV-XVI.

HITTLE, J. D. The Military Staff: Its History and development. Harrisburg, PA: The Stackpole Company, 1961.

LYNN, John A. The Evolution of Army Style in the Modern West, 800-2000. The International History Review, Burnaby, BC, Canada, Vol. 18, No. 3 (Aug., 1996), p. 505-545.

MARTÍNEZ DE MERLO, Jesús. La Organización de los Ejércitos en los Austrias. Revista de Historia Militar, Año LXI, n. I extraordinario de 2017. p. 135-186.

MCNAB, Chris (Ed.). Armies of the Napoleonic Wars: An Illustrated History. (This work draws from a large number of Osprey’s Napoleonic books). Oxford, UK: Osprey, 2009.

O ESTADO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS EM 1661, segundo o Conde de Schomberg. Guerra da Restauração: Blog de História Militar dedicado à Guerra da Restauração ou da Aclamação, 1641-1668. Posted on: 12 de Dezembro de 2009. Disponível em: <https://guerradarestauracao.wordpress.com/2009/12/12/o-estado-do-exercito-portugues-em-1661-segundo-o-conde-de-schomberg/>. Acesso em 30/03/2020.

PIRES, Nuno Lemos. Das reformas militares de 1806 aos modelos da organização de 1834. In Do Absolutismo ao Liberalismo: Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães. Vol. III. 3ª Seção: Revoluções, Expansionismo, Impérios. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2009.

PORTUGAL. Regimento dos Capitaens Mores; e Mais Capitaens, e Officiaes das Companhias da Gente de Cavallo, & de pè, & da ordem, que terão em se exercitarem. (10 de dezembro de 1570). Coimbra: Oficina de Joseph Ferreyra, impressor da universidade, 1695 (1570).

PORTUGAL. Regimento, pelo qual Sua Magestade deu nova fôrma á sua Cavallaria, e Infantaria, augmentando os soldos das mesmas. In Systema ou Colecção dos Regimentos Reaes. Tomo Quinto. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1799 (1707).

PORTUGAL. Regimento para o Exercito quando estiver em campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e Lugares deste Reino, e do de Castella. In Systema ou Colecção dos Regimentos Reaes. Tomo Quinto. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1799 (1708).

PORTUGAL. Instrucções Para o Exercicio dos Regimentos de Infantaria. 2ª Ed.

[Lisboa]: Impressão Regia, 1810a.

PORTUGAL. Systema de Instrucção, e Disciplina para os Movimentos e Deveres dos Caçadores, Fundado sobre o Regulamento para a Disciplina da Tropa de Linha. Lisboa: Impressão Regia, 1810c.

PORTUGAL. Instrucções Provisorias para a Cavallaria. 2ª Ed. Lisboa: Impressão Regia, 1810b.

PORTUGAL. Regulamento para a organização do Exercito de Portugal. In BRASIL. Collecção das Leis do Brazil de 1816. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (1816). p. 9-38.

REBELLO, Antonio Teixeira. Instrucção Geral ou Escola do Serviço Braçal da Arma d'Artilheria. Lisboa: Impressão Regia, 1819.

REINO UNIDO. Rules and Regulations for the Manual and Platoon Exercises, Formations, Field Exercises, and Movements of His Majesty's Forces. [London]: War Office, 1807.

SELVAGEM, Carlos. Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. 2ª reimpressão. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1994.

SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Instruçoens Geraes Realativas a Varias Partes essenciaes do Serviço Diario para o Exercito de S. Magestade Fidelissima. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1762.

SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Regulamento Para o Exercicio, e Disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1794 (1763).

SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Regulamento Para o Exercicio, e Disciplina dos Regimentos de Cavallaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1789 (1764).

SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Novo Methodo Para Dispor Hum Corpo de Infantaria, de sorte que possa combater com a Cavallaria em Campanha raza. [s.l.]: Secretaria de Estado, 1767a;

SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Direçoens Que Ham de Servir Para os Senhores Coroneis, Tenentes Coroneis, e Majores dos Regimentos de Infantaria dos Exercitos de Sua Magestade Fidelissima executarem com precisão os grandes movimentos das Tropas. [s.l.]: Secretaria de Estado, 1767b.

SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Ordenança, que Determina as Obrigaçoens dos Inspectores das Tropas de Sua Magestade Fidelissima. [s.l.]: Secretaria de Estado, 1767c.

SCHAUMBURG-LIPPE, Conde de. Memoria Sobre os Exercicios de Meditação Militar para se remeter aos senhores generaes, e governadores de Provincias, a fim de se distribuir aos senhores Chéffes dos Regimentos dos Exercitos de S. Magestade.

Lisboa: Offic. de João Antonio da Silva, 1791 (1773).

SILVA, António Delgado da (Org.). Collecção da Legislação Portugueza. Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1858.

VASCONCELOS, Luis Mendes de. Arte Militar, dividida em tres partes. Termo D'Alenquer: Vicente Alvarez, 1612.



A atuação da Engenharia Militar Brasileira na Segunda Guerra Mundial

Lucas Silva Ferreira¹
Carlos Roberto Peres²

Resumo

A Segunda Guerra Mundial foi uma grande mudança na forma de guerrear, usando de meios altamente móveis e mais precisos, antagonicamente à guerra de trincheiras do, até então, único embate em nível mundial. Com isso, o apoio à mobilidade fornecido pela Engenharia foi cada vez mais requisitado diante dessa necessidade de movimento. Para abordar este apoio, fez-se necessário a explicação de alguns conceitos da arma de Engenharia, importantes para o entendimento deste trabalho. Além disso, foram explanados os antecedentes da guerra e a inserção do Brasil nesse conflito, perpassando por toda a mobilização e adestramento da tropa. Depois disso, focou-se na Engenharia Divisionária, explicando como estava organizada e quais missões desempenhadas durante a guerra, finalizando com um relatório geral de feitos pelos engenheiros brasileiros. Todo esse trabalho baseou-se em livros, revistas, documentos, manuais e relatos de militares que participaram do conflito. Como conclusão do trabalho pode-se perceber a importância da Engenharia para a mobilidade da tropa, sendo imprescindível para a eficiência das tropas apoiadas.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. FEB. Engenharia. Mobilidade.

1 Aspirante a Oficial da Arma de Engenharia, Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras.

2 Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes. Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB).

Abstract

The Second World War was a major change in the way of warfare, using highly mobile and more accurate means, in opposition to the trench warfare of the, until then, the only clash at the world level. As a result, the mobility support provided by Engineering was increasingly requested in view of this need for movement. To address this support, it was necessary to explain some concepts of Engineering, important for understanding this work. In addition, the antecedents of the war and the insertion of Brazil in this conflict were explained, going through all the mobilization and training of the troops. After that, the focus was on Division Engineering, explaining how it was organized and what missions performed during the war, ending with a general report of achievements by Brazilian engineers. All of this work was based on books, magazines, documents, manuals and reports by military personnel who participated in the conflict. As a conclusion of the work, it is possible to perceive the importance of Engineering for the mobility of the troops, being essential for the efficiency of the supported troops.

Keywords: World War II. FEB. Engineering. Mobility.

1. Introdução

Levando em conta que a Primeira Guerra Mundial havia sido caracterizada como guerra de tricheiras, o período que decorreu entre ela e a Segunda Guerra Mundial, em decorrência da construção de novos meios de emprego militar, altamente móveis, mais precisos e com possibilidade de emprego conjunto, se caracterizou pelas grandes mudanças na forma de guerrear. Assim, o apoio de Engenharia, particularmente no que diz respeito ao movimento, se tornou também, muito mais importante.

A Engenharia é a arma de apoio ao combate que visa dar suporte às operações conduzidas pela Força Terrestre, por meio de atividades de Mobilidade, Contramobilidade e Proteção, além de Apoio Geral de Engenharia. Estas atividades visam a multiplicar o poder de combate das forças amigas e a destruir, neutralizar ou diminuir o poder de combate inimigo, propiciando a conquista e manutenção dos objetivos estabelecidos.

A Engenharia da FEB não descansa. São múltiplas suas missões. A construção ou reparação de estradas, muita vez sob o fogo inimigo, que tem cobrado o tributo do generoso sangue brasileiro no soldado da Arma de Engenharia; na organização de zonas minadas, precedendo as posições da Infantaria, portanto sob eficaz alcance das armas inimigas; na limpeza dos eixos de progressão de carros de assalto; na construção de instalações para a tropa ou na organização dos meios de defesa das Armas e do Comando,

a Engenharia Brasileira se tem distinguido como essencialmente combatente. E no seu trabalho diuturno, silencioso e produtivo, sem o menor temor às reações do adversário, por isso que sabe ser indispensável ao desempenho das missões das outras armas, tem uma grande e única preocupação: fazê-lo rápido e perfeito. (MORAES, 1945)

Durante a Segunda Guerra Mundial, conflito mais sangrento da história da humanidade, as tropas necessitavam das atividades realizadas pela Engenharia para conseguir combater. Dentro deste contexto, os comandantes que possuíam essas tropas especializadas obtinham vantagem em combate, com suas armas base (infantaria e cavalaria) melhor apoiadas e, portanto, mais poderosas.

2 Discussão e análise crítica sobre o assunto

A necessidade da engenharia provinha, principalmente, do modo de combater mais dinâmico presente na Segunda Guerra Mundial. Começaram-se a utilizar forças altamente móveis e sistemas de armas com maior poder, alcance e precisão, empregados em maior profundidade e dispersão. Com isso, a evolução quantitativa e qualitativa do apoio de engenharia às operações era cada vez maior.

Essa inovação na arte de guerrear promovida pela Alemanha, tornando-a uma ação rápida e decisiva, foi fundamental para a vitória de diversas batalhas no início da guerra, já que as tropas inimigas ainda utilizavam a inútil técnica de trincheiras e casamatas fixas. A “Blitzkrieg”, ou guerra relâmpago, usava de ataques aéreos e um rápido avanço dos poderosos blindados alemães, desestruturando as defesas inimigas, impedindo as comunicações e o ressuprimento, permitindo, assim, a chegada da infantaria para dominar o terreno.

Assim, fazendo uso da blitzkrieg e com um acordo junto à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Hitler invade e divide a Polônia em setembro de 1939. Consequentemente, as 15 potências ocidentais, França e Inglaterra, honrando os compromissos assumidos de se opor ao nazismo, entram em guerra com a Alemanha (GONÇALVES; MAXIMILIANO 2005, p. 24).

Já no Oceano Pacífico, o Japão tenta se firmar como supremacia asiática e ataca a base americana de Pearl Harbor, no Havaí, em 7 de dezembro de 1941. Com isso, os Estados Unidos entram na guerra, tornando-a de proporções globais (GONÇALVES; MAXIMILIANO, 2005, p 24).

Com a entrada do Brasil na guerra - “É mais correto dizer que não foram os brasileiros que foram à guerra, mas sim a guerra que chegou aos brasileiros.” (FERRAZ, 2005, p. 9) - os integrantes da FEB, por terem tido um preparo sumário, encontraram dificuldades diante de diversos desafios: primeira participação brasileira num conflito de âmbito mundial; terreno desconhecido; condições meteorológicas nunca experimentadas; e um cenário de desconfiança da população na eficiência da tropa.

“A partir de 1942, milhares de reservistas foram reconvocados com a intensi-

ficação da mobilização militar em escala nacional.” (GONÇALVES; MAXIMILIANO, 2005, p. 28).

Inicialmente, eram exigidos muitos requisitos para compor um contingente capacitado e com bom preparo físico. Requisitos estes que não condiziam com a sociedade brasileira e devido a isso, foram encontrados muitos problemas para compor o contingente. Foi necessário que os requisitos de saúde nos moldes norte-americanos fossem relaxados para poder constituir o efetivo de pouco mais de 25.000 homens que compuseram a FEB.

Inicialmente seriam formadas 3 divisões de infantaria, compondo um Corpo de Exército brasileiro, daí a literatura se referir, muitas vezes, à FEB como 1ª D.I.E, ou Divisão de Infantaria Expedicionária. Além dos três regimentos de infantaria (1º, 6º e 11º), formavam a FEB: Artilharia Divisionária (composta de 4 grupos de artilharia e mais a Esquadilha de Ligação e Observação – ELO); o 9º Batalhão de Engenharia; o 1º Esquadrão de Reconhecimento; a 1ª Cia de Transmissões; o 1º Batalhão de Saúde. Completando essas unidades tínhamos a Tropa Especial: Comando do QG e da Tropa Especial; Destacamento de Saúde; Companhia de Manutenção Leve; Companhia do Quartel-General; Companhia de Intendência; Pelotão de Sepultamento; Pelotão de Polícia e Banda de Música. Havia ainda unidades não-divisionárias, ou seja, que não pertenciam aos quadros efetivos de uma divisão, mas que eram necessárias para o funcionamento de um Corpo de Exército, que seria a FEB: Inspetor Geral da FEB; Depósito de Pessoal (reserva para recomposição de quadros); Serviço Postal; Serviço de justiça; Depósito de Intendência; Pagadoria Fixa, Agência do Banco do Brasil. Algumas dessas unidades e órgãos sofreriam modificações ao longo da campanha, de acordo com as necessidades das tropas e das ações, como foi o caso do Plt. de Polícia, que viria a se tornar uma Cia. (SILVEIRA, 1989, p 51 e 52).

Além disso, é importante considerar também, que o Exército empregava a Doutrina Militar Francesa e teria que sofrer modificações para passar a empregar a Doutrina Militar Norte-Americana.

As modificações introduzidas no período sob influência da MMF foram extremamente importantes para o Exército e possibilitaram que a Força pudesse, em cerca de dois anos, dispor de estrutura e recursos tão limitados à época, executar o desdobramento defensivo do seu território, preparar uma Divisão de Infantaria Expedicionária e, ainda, assimilar e aplicar em combate uma nova doutrina, a americana, com táticas, técnicas e materiais até então desconhecidos (ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, 2011, p.200).

Era de grande necessidade o adestramento das tropas brasileiras antes de embarcar para a guerra, já que o Exército Brasileiro não entrava em combate desde 1870, tendo direcionado suas ações para a solução de conflitos internos.

Diante da perspectiva de atuação, as autoridades militares brasileiras iniciaram, no fim de 1943, as convocações, a mobilização e o treinamento de efetivos, seguindo a nova instrução militar estadunidense. [...] O primeiro grande desafio era criar o corpo expedicionário seguindo o modelo de instrução militar estadunidense, ou seja, adequar às tropas expedicionárias para atuar ao lado dos EUA, seguindo sua lógica militar. Para tal, as autoridades militares brasileiras iniciaram a preparação da primeira Divisão de Infantaria Expedicionária, seguindo os modelos da instrução militar estadunidense. (SOARES, 2014, p.62)

De acordo com os relatos do Marechal Mascarenhas de Moraes, em seu livro A FEB pelo seu comandante, publicado em 2005, a primeira tropa brasileira a cumprir missão de combate em território italiano foi a 1ª Companhia do 9º Batalhão de Engenharia, comandada pelo Capitão Floriano Möller. Essa companhia, desde o dia 6 de setembro de 1944, vinha operando, ativa e eficientemente, numa das pontes do Rio Arno, às ordens do IV Corpo de Exército Americano.

Segundo o Ministério da Defesa, o Exército Brasileiro, conceitua a Engenharia Militar como: “Ela é a arma de apoio ao combate que tem como missão principal apoiar a mobilidade, a contramobilidade e a proteção, caracterizando-se como um fator multiplicador do poder de combate” (BRASIL, 2018, Armas, Quadros e Serviços/Engenharia p.2).

Graças a esta Arma, a tropa possui maior liberdade para atuar no terreno, já que mitiga os efeitos deste. Além disso, ela visa destruir, neutralizar ou diminuir o poder de combate inimigo, garantido a conquista e a manutenção dos objetivos propostos.

Na Itália não foi diferente, os engenheiros militares desenvolveram seu apoio, tomando por base esses princípios. A maioria das missões era realizada em proveito do contínuo avanço da tropa, portanto consistia em ações de apoio à mobilidade, atividade que teve destaque no emprego dos engenheiros durante os serviços prestados pela Engenharia Divisionária.

Esses trabalhos realizados pela Engenharia Expedicionária foram, prioritariamente, de melhoramento de estradas.

As estradas precárias não suportavam os caminhões e carros de combate pesados, muitas vezes atolando e impedindo a passagem de todo o comboio. Para garantir a mobilidade da tropa, os engenheiros, por falta de meios, tinham que cumprir

Fig.1 Trabalhos de melhoramento de estradas



Fonte: JÚNIOR, Lima; CRUZ, Raul da. Quebra Canela: a engenharia brasileira na campanha da Itália.

missão com trabalho braçal ou com uso de materiais fortuitos.

A Engenharia dos escalões superiores era dotada de máquinas especiais de remoção, porém nós dispúnhamos apenas do bulldozer e de umas plainas improvisadas. A maior parte do trabalho era feito à mão, com largo emprego de areia e telas metálicas, que aumentavam o atrito dos pneus das viaturas, sem o que rolariam morro abaixo, de nada adiantando os freios. (LIMA JÚNIOR, 1982, p. 104)

A Engenharia Brasileira esteve em todas as operações relacionadas às tropas brasileiras, seja integrando, diretamente, à FEB, ou no contexto divisionário. Portanto, foram muitos os momentos nos quais a tropa de engenharia foi essencial para o sucesso da missão.

De acordo com Silveira (1989), desde a sua primeira missão em solo italiano, já após a queda de Pisa-Florença, o apoio de Engenharia foi largamente requisitado e foram cumpridas inúmeras missões. Dentre elas, a de limpar e reparar, em apenas 8 dias, 20km de estradas e construir duas Pontes Bailey, uma em Montecalvoli (190 pés – 40 Ton) e outra em Santa Maria in Monte (140 pés – 40 Ton).

Ainda pelo que nos mostra Silveira (1989), as ações que mais se destacaram nesses apoios foram as relacionadas à missão principal da FEB: a tomada de Monte Castelo. Para isso, a Engenharia recebeu ordens urgentes de reestabelecer o eixo de

FIGURA 2 – Primeira missão da FEB na Itália

Foto do Arquivo Histórico do Exército



Primeira Missão da FEB na Itália - construção da ponte tipo Bailey M2DS CI 40 no Rio Arno na região de Montecalvoli em apoio ao V Exército - recebeu o nome de 7 de setembro, data da sua construção.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército

deslocamento da Divisão ao sul de Zocca, obstruído a partir de ações retardadoras dos alemães no período de inverno. Assim, o 9ª Batalhão de Engenharia precisava acabar com o grande congestionamento de viaturas que era causado por uma série de crateras profundas, com cerca de 5 metros de diâmetro e que se tangenciavam, demonstrando extrema perícia dos alemães no emprego dos explosivos.

De acordo com o mesmo autor, as profundas crateras, que prejudicavam cerca de 120 metros de estrada, eram em terreno rochoso e, aliado à falta de equipamentos de escavação, causou uma grande dificuldade às tropas brasileiras. Como solução para este problema, os tenentes reuniram-se e tomaram a decisão de usar explosivos para a reconstrução da estrada, além do trabalho de muita técnica e destreza do tratorista para tapar a brecha aberta.

Devido à urgência de liberar o eixo divisionário, principalmente para o deslocamento dos comboios de remuniamento e da Artilharia, o comandante Coronel Machado Lopes deu o prazo de 24 horas para a realização de todo esse trabalho.

Em seu relato, Silveira (1989) afirma que para surpresa do comandante, ao voltar à noite, ele percebeu que a passagem já havia sido reconstruída para uma via de estrada e, após uma hora e meia, para a segunda via, tendo as crateras praticamente desaparecido e mais nenhuma viatura esperava passagem. O contentamento foi tanto que o soldado encarregado do trabalho meticuloso de tapar a brecha com o trator foi promovido a cabo tratorista pelo Coronel.

Foi no ataque a Monte Castelo que o 9º Batalhão de Engenharia foi empregado em sua totalidade pela primeira vez, inclusive recebendo reforços da tropa americana para poder cumprir os encargos recebidos. Lima Junior (1982, p.121) expôs como foi organizado o 9º BE para essa operação:

À 1ª Cia, comandada pelo Cap Möller, coube o acompanhando dos tanques americanos, garantindo a mobilidade da tropa blindada; à 3ª Cia, comandada pelo Cap René, coube a missão de montar duas pontes Bailey no sopé de Monte Castelo enquanto o inimigo ainda resistia, uma em Gambiana (110 pés – 30 toneladas) e outra em La Grilla (120 pés – 24 toneladas). Desta forma, garantiu o lançamento de novos elementos à frente e seus suprimentos, sendo essencial para consolidar a vitória; e a 2ª Cia ficou encarregada de acompanhar o ataque do 2º Batalhão do 11º Regimento de Infantaria, encarregado da ação divisionária no corredor de Abataia. Além disso, cabia a essa subunidade a manutenção do tráfego na estrada Silla – Bombiana – Abetaia. (LIMA JUNIOR, 1982, p122)

Dentre as atuações que antecederam o ataque à Monte Castelo destacamos o que nos foi apresentado por Lima Junior:

Durante a noite de 22 para 23, entrou em ação a equipe do Ten Viveiros (4ª Seção), para a retirada de minas no entroncamento das estradas Gaggio Montano – Abetaia, para a passagem dos carros de combate. Realizada a tarefa, novo pedido no sentido de prosseguir na direção de Malandrome, um fosso existente na contra encosta de Monte Castelo, o que teria de ser feito à noite. Às 18 horas a turma se aproximou para iniciar o trabalho, ficando, inesperadamente, sob intenso bombardeio dos contra-ataques alemães sobre as posições brasileiras recém conquistadas. (...) Nesta madrugada, a turma retirou uma mina anticarro até então desconhecida nesta frente, identificada mais tarde como Topfmine. Tratava-se de uma mina de tamanho maior que o normal toda de material plástico, com detonador químico. (...) Foram as minas mais sofisticadas encontradas no front italiano. (LIMA JUNIOR, 1982, p. 125 e 126)

Neste momento da guerra, a necessidade dos apoios da Engenharia aumentava cada vez mais, com missões mais avançadas e difíceis, tudo isso em virtude do ímpeto da Infantaria e que impunha a ampliação do apoio. Agora os trabalhos de retirada

de minas, que antes já eram de extrema periculosidade e pressão psicológica, eram realizados sob fogos das armas inimigas e sem iluminação. Para atuar nestas condições “A tropa precisava de confiança para enfrentar o perigo das minas, considerado maior do que o próprio combatente inimigo” (LIMA JUNIOR, 1982, p. 128).

...é que geralmente os campos (de minas) são batidos pelas armas de defesa, dificultando ou impedindo a sua remoção que, neste caso, se torna impossível de ser feita. Há necessidade de concentração de fogos sobre as armas inimigas, para neutralizá-las e fazê-las calar, após o que a retirada das minas é perfeitamente possível, principalmente se for feita à luz do dia. (LIMA JUNIOR, 1982, p. 129).

Na visão de Lima Junior (1982, p. 128), para evitar ao máximo os fogos inimigos, as missões eram realizadas durante as madrugadas, assim foi feito para a limpeza de minas das margens do rio Marano entre os dias 1 e 3 de março. Foram abertas brechas mediante orientação da tropa de Infantaria, atingindo Oratore de la Sassane, na orla das posições inimigas. Todo o trabalho foi realizado sob sigilo e também serviu para o reconhecimento do ataque que seria feito na madrugada do dia 3, deixando os executantes plenamente satisfeitos.

A missão da Engenharia na tomada de Montese “...era manter em estado de tráfego as estradas e fazer o acompanhamento do 11º RI nas operações sobre Montello-Montese-747 e do Esquadrão de aproveitamento do êxito sobre o rio Panaro.” (LIMA JUNIOR, 1982, p. 156).

O reconhecimento da região de operações foi facilitado pelos diversos meios disponíveis, como imagens aéreas e cartas com organizações inimigas. A partir das informações obtidas foi constatado que a região se encontrava bastante minada, principalmente, a frente de Montese.

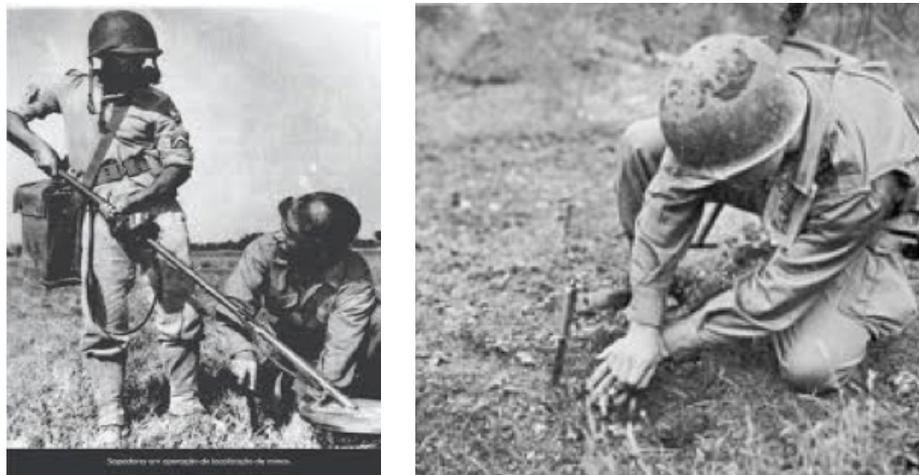
Em virtude dessa grande quantidade de minas e visando garantir ao escalão de ataque o maior reforço possível de mineiros, a Engenharia foi assim disposta:

...o 6º Pelotão, do 1º Ten Vinhaes, apoiou a 2ª Cia (Cap Sidney Alvares) do 1º Batalhão/11º RI (Major Lisboa), que tinha por missão conquistar Montese; o 5º Pelotão, do 1º Ten Edson, apoiou o 3º Batalhão/11º RI (Major Cândido), ficando encarregado de pôr em tráfego a estrada Tamburini – Montese, inclusive para os tanques americanos que participaram do ataque. (LIMA JUNIOR, 1982, p. 158).

Durante o ataque, sob intenso fogo inimigo, “o Ten Iporan Nunes de Oliveira destacou-se na sua progressão juntamente ao seu pelotão de Infantaria que pertencia à 2ª Cia do Cap Sidney” (LIMA JUNIOR, 1982, p. 159). Seus homens foram os primeiros a adentrar em Montese, fazendo prisioneiros que ocupavam a torre da igreja. Ombro a ombro com esses homens, estavam os mineiros do 6º Pelotão de Engenharia, sob o comando do Ten Vinhaes.

Ainda de acordo com Lima Junior (1982, p. 160), após todo esse ímpeto e pioneirismo, ao nascer do dia, o mesmo 6º Pelotão foi requisitado para missões de socorro já que muitos estavam feridos em decorrência dos campos de minas deixados

FIGURA 3 – Emprego da Engenharia na FEB (Detecção e retirada de minas)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

pelos inimigos. As cenas encontradas eram tenebrosas, os rostos das vítimas estavam deformados e sujos de lama (ao sangrar por muito tempo, o indivíduo sentia sede e acaba usando da lama para matar essa sede) e no lugar de seus pés restavam apenas manchas de sangue. Mesmo assim, os engenheiros liberaram uma trilha através das áreas minadas para a chegada dos padioleiros.

Os feridos por minas não se restringiam apenas à tropa amiga, muitos alemães encontravam-se mutilados pelas próprias minas Schuchmine, a “quebra canela”, que haviam lançado por todo o terreno.

Prosseguindo em sua narrativa, Lima Junior (1982, p. 161), destaca que as missões de resgate de feridos tornaram-se cada vez mais comuns. Durante a noite do dia 14 de abril, um pedido de socorro urgente do 3º/6º RI fez com que os elementos que estavam em reserva fossem acionados. Tratava-se de uma questão semelhante à enfrentada pelo 6º Pelotão de Engenharia, havia vários homens feridos, caídos num campo minado.

Chegando à posição, perceberam que ela se encontrava batida por fogos da Artilharia inimiga e já não restava mais casas para abrigar sua tropa. Sendo assim, segundo Lima Junior (1982), aos engenheiros restaram as próprias crateras feitas pelas granadas de Artilharia para abrigarem-se por toda a noite, torcendo para cumprir a missão o mais rápido possível e cessar a dor dos soldados de Infantaria atingidos pelas minas.

“Tudo fizera e tudo arriscara para salvá-los; salientando-se a prova de enorme solidariedade humana e sacrifício no cumprimento do dever” (LIMA JUNIOR, 1982, p. 164).

Apesar de diversas baixas sofridas pela tropa brasileira na tomada de Montese, a Engenharia, mesmo tendo também múltiplas baixas, conseguiu superar-se e, graças à coragem e sentimento de cumprimento de missão de seus integrantes, produziu histórias dignas de serem contadas, como a retratada pelo General Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, em uma Conferência na Escola de Estado-Maior, em 1959:

A 1ª Cia de Engenharia, ao abrir a estrada Canevaccia-Montese para a passagem dos carros de combate americanos que iam participar do ataque, empregou seu tratorista destemidamente, pois além da estrada estar minada, estava sujeita a violento bombardeio de artilharia. Sem se atemorizar, o tratorista continuou o seu trabalho, embora totalmente exposto, dando-lhe mais atenção que às bombas inimigas. O Gen Mascarenhas, que assistia ao ataque de seu observatório em Sassomolare, exclamou, entusiasmado: ‘Esses americanos são extraordinários!’ Ao que o Comandante da Engenharia Divisionária (Cel Machado Lopes), ao seu lado, atalhou, orgulhosamente: “Não são os americanos. É a sua Engenharia, meu General!” (LIMA JUNIOR, 1982, p. 165 e 166).

Ao final da campanha da Força Expedicionária Brasileira, a Engenharia Expedicionária obteve os seguintes resultados, transformados em números, segundo a Revista Verde Oliva n.º 179 (2003):

- 17436 metros de estrada construídos;
- 130150 metros reparados;
- 36480 metros conservados;
- 6950m³ de terra movimentada;
- 3001 metros de empedramento;
- 1 túnel desobstruído;
- 95 bueiros construídos;
- 12 pontes Bailey e 6 de outros tipos construídas;
- 12 pontes diversas reparadas;
- 6 muros de arrimo construídos;
- 1 “Treadway” operado;
- 3198 minas AT (Anti- tanques) retiradas;
- 615 minas AT colocadas; • 1709 minas AP (anti-pessoal) retiradas;
- 39 minas AP colocadas;
- 196 “booby-traps” retirados;
- 102 “booby-traps” colocados;
- 209 cargas de destruição retiradas;
- Executou 1 destruição, projetou e preparou 15;
- Construiu 3 abrigos para Posto de Observação e 7 obstáculos anti-carros;
- Instalou 13 pontos de abastecimento de água
- Instalou 7 unidades de banho

- Fez 49 reconhecimentos de Engenharia.
 - Em suas missões táticas o 9º BE:
 - Fez 14 acompanhamentos de Infantaria e 7 de carros;
 - Praticou 2 travessias do Rio Pó, em botes de assalto;
- Além disso, distribuiu:
- 31532 mapas,
 - 2080 metros de rede extensível,
 - 300 rolos de arame farpado,
 - 176500 sacos de areia,
 - Quase 1ton de pregos,
 - 300 galões de tinta para camuflagem,
 - 13720 metros de madeira esquadriada,
 - 9200 estacas de ferro,
 - 1290 seções de ferro corrugado, para abrigos e bueiros.

Diante destes números, assim como diz a Revista Verde Oliva n.º 179 (2003), podemos avaliar o dispêndio de energia e sacrifício dos homens do 9º BE, unidade que compunha a Engenharia Expedicionária:

A Engenharia acompanhou o ritmo da Engenharia Estadunidense e no âmbito da Divisão satisfaz plenamente a tudo que lhe foi exigido, indo além de suas possibilidades normais, para dar cumprimento às solicitações que lhe eram feitas. Imbuídos de grande espírito patriótico, os engenheiros deixavam transparecer seu amor ao Brasil em todos seus atos, como por exemplo ao dar os nomes às pontes que construíram: 7 de setembro, Entre Rios, Carioca, Lages, Lagoa Vermelha, Itajubá, Aquidauana, Cachoeira, Curitiba e outros, foram os nomes com que batizaram suas pontes, por onde nossas tropas transitavam em contínua avançada. (Revista Verde Oliva n.º 179, 2003).

3 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como a Engenharia foi importante para a mobilidade da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. Ainda possibilitou uma reflexão acerca da capacidade de adaptabilidade dos militares brasileiros, diante de missões tão adversas e dificuldades encontradas, desde a mobilização e adestramento, à adaptação ao clima europeu, antagônico ao costumeiro nas terras tropicais brasileiras.

Assim, podemos afirmar que o apoio da Engenharia Brasileira cumpriu com as demandas da guerra, ultrapassando os obstáculos deixados pela Engenharia alemã, como as crateras em estradas e campos de minas instalados. Foi ainda capaz de superar dificuldades como a falta de material, falta de experiência e, principalmente, as diferenças doutrinárias existentes em relação às outras tropas aliadas.

Este trabalho serviu para explicitar como devemos aprender que, por mais que tenhamos ido à guerra e nos superado sobremaneira graças a um esforço sobre-hu-

mano, ainda devemos aprender com os erros cometidos para projetar um futuro mais promissor. Porém, não foi essa a atitude que o Brasil tomou ao retornar da guerra, pois “Boa parte dos oficiais de carreira viu-se espalhada pelo país afora, não tendo a sua experiência de combate aproveitada.” (CARVALHO, 2005, p. 64).

O valor do soldado brasileiro que combateu na Segunda Guerra Mundial, libertando diversas cidades das mãos nazistas, é reconhecido na Itália, onde há cerca de 52 monumentos em homenagem aos militares brasileiros. Este culto aos que lutaram por um ideal deve ser realizado no Brasil, mostrando o orgulho pelos feitos dos bravos integrantes da FEB.

4 Referências

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. História militar do Brasil. Re-sende: Editora Acadêmica, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. EB70-MC-10.237. A Engenharia nas Operações. Brasília: EGGCF, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Arma de Engenharia. 2018. Disponível em: http://www.eb.mil.br/armas-quadros-e-servicos/-/asset_publisher/W4kQILo3SEa/content/arma-deengenharia?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Farmas-quadros-eservicos%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_W4kQILo3SEa%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D1%26p_p_col_count%3D2. Acesso em: 19 set. 2019.

CARVALHO, L. P. Macedo. Consequências e Reflexos da Participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Revista Military Review. Kansas, v. 85, p. 61-66, mar. 2005.

FERRAZ, Francisco César Alves. Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LIMA JUNIOR, Raul da Cruz. Quebra canela: a Engenharia Brasileira na campanha da Itália. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

MAXIMILIANO, Cesar Campiani; GONÇALVES, José. Irmãos de Armas: um pelotão da FEB na II Guerra Mundial. São Paulo: Códex, 2005.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. Boletim do dia 4 de fevereiro de 1945. Disponível em: <https://chicomiranda.wordpress.com/tag/engenheiro/>. Acesso em: 19 set. 2019.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. A FEB pelo seu comandante. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

BRASIL, Exército Brasileiro. Revista Verde Oliva, Brasília - DF. Centro de Comunicação Social do Exército, n 179, dez. 2003.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. A FEB por um soldado. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.

SOARES, Izaac Erder Silva. Um narrador de si e da guerra: testemunhos de um praça da força expedicionária brasileira. 2014. 225 f. TCC (Graduação em História), Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.



História Militar: Perspectivas sobre a forma de se escrever a história¹

Fabio da Silva Pereira²

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar perspectivas historiográficas para a teoria castrense. Para isso, a pesquisa contou com o acesso à bibliografia especializada, de modo a contextualizar clássicos das três vertentes, analisando como é escrita a história desde o século XIX até a contemporaneidade. As correntes tradicional, marxista e da nova história, concomitante a exemplos descritos em obras da História Militar, receberam contribuições decisivas ao aprimoramento profissional na atividade científica ao longo desse período. Dessa forma, propicia aos jovens pesquisadores a oportunidade de inovar e encontrar novas informações para aprofundar o conhecimento histórico das lides castrenses: líderes, instituições, mentalidade e valores.

Palavras-chave: historiografia; teoria da história; história militar; escrita da história.

Abstract

The article aims to present historiographical perspectives for Military History theory. For this, the research had access to specialized bibliography, in order to contextualize classics of the three strands, analyzing how history is written from the 19th century to contemporary times. The Traditional, Marxist and New History currents, concomitant with examples described in works in Military History, received decisive contributions to professional improvement in scientific activity throughout this pe-

1 Pesquisador na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e membro do Comitê Científico do Grupo de Trabalho de História Militar da Associação Nacional de História (Anpuh), seção Rio de Janeiro.

2 Fabio da Silva Pereira é Professor de História Militar, aprovado para a Qualificação Funcional Específica (QFE) Docência, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Licenciado em História (UNIRIO), Mestre em Operações Militares (EsAO), Mestre em Administração Pública (FGV), Mestre em Educação Militar (CEP/FDC) e Doutorando em História (UNIVERSO).

riod. In this way, it provides young researchers with the opportunity to innovate and find new information to deepen the historical knowledge of Military History issues: leaders, institutions, mentality and values.

Key-words: historiography; theory of history; military history; history writing.

1. Introdução

A narrativa por diversos prismas chama a atenção para um olhar mais atento a partir da observação dos fenômenos que envolvem as pessoas no tempo. Sendo assim, o presente estudo é destinado para elucidar as transformações da historiografia contemporânea em face da temática militar. De forma sintética, a historiografia perpassou por três períodos de grande relevância: a primeira etapa correspondeu à percepção histórica de Leopold von Ranke³ e a escrita da história centrada nos fatos, locais e líderes. Dessa forma, é possível entender que atualmente, o que intitulamos como “história vista de cima” mostra os atos dos grandes líderes e das batalhas e consequências da ação para as transformações mais voltadas para a política do que para a sociedade.

A segunda etapa foi iniciada no alvorecer dos anos 1900, com impactos dessa reflexão anos mais tarde, especialmente na França. A criação da Revista dos Annales⁴ buscou evidenciar, de forma diferente, a “história vista de baixo”, com as contribuições dos soldados que vivenciaram os conflitos e as mudanças no panorama institucional ao longo do tempo, deslocando o foco para uma história mais social, com um escopo reduzido entre as categorias a ser analisadas. Ademais, a observação dos pontos que geraram alguma tensão entre essas mesmas classes ainda estava sob a visão dessa geração de historiadores que prevaleceram o cenário científico até o final dos anos 1970.

A terceira e última corrente historiográfica, a nouvelle histoire – a nova história, trouxe, também, novas abordagens. Dentre elas, é possível observar o recurso metodológico da história oral, a valorização crescente das biografias, a interdisciplinaridade e a ampliação dos documentos a serem consultados para além da perspecti-

3 Leopold von Ranke (1795 - 1886), é considerado como um dos precursores da história científica no século XIX. Destacou-se por difundir a importância do grande uso de fontes documentais, incluindo “memórias, diários, cartas pessoais e formais, ofícios governamentais, malotes e textos diplomáticos e depoimentos de primeira mão de testemunhas-oculares para a composição argumentativa; e pela tentativa de narrar a história da forma como ela realmente ocorreu.

4 A insatisfação que os jovens historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre demonstravam, nas décadas de 1910 e 1920, em relação à história política, estava vinculada à relativa pobreza de suas análises, em que situações históricas complexas se viam reduzidas a um simples jogo de poder entre grandes – homens ou países – ignorando que, aquém e além dele, se situavam campos de forças estruturais, coletivas e individuais que lhe conferiam densidade e profundidade incompatíveis com o que parecia ser a frivolidade dos eventos. Bloch e Febvre, quando, além de produzirem uma obra pessoal significativa, fundaram a revista Annales, com o objetivo de fazer dela um instrumento de enriquecimento da história, por sua aproximação com as ciências vizinhas e pelo incentivo à inovação temática (BURKE, 1991, p.4).

va política e institucional. Em consequência, uma infinidade de pesquisas sobre a temática castrense aparece em uma escala nunca antes vista, tendo como consequência política a criação recente dos Grupos Temáticos de História Militar na Associação Nacional de História ⁵ (Anpuh), no Brasil.

Com o intuito de viabilizar a consecução da pesquisa em questão, são apresentados objetivos específicos, cuja organização está baseada na contextualização e observação de algumas transformações que caracterizam a ruptura dos paradigmas no ofício de escrever a história. Para atingir esse objetivo, foram realizadas buscas por documentos e estudo da bibliografia estruturada por especialistas sobre a temática. No que diz respeito à metodologia, o presente trabalho está baseado nas contribuições de José D' Assunção Barros (2013), de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (2012), de acordo com as seguintes classificações: quanto ao tipo (ou objetivo), trata-se de uma pesquisa descritiva, e, no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, constitui-se em uma análise bibliográfica e documental.

2. Desenvolvimento

As transformações da escrita da história dizem respeito ao que tem acontecido entre os historiadores e os outros pesquisadores acadêmicos do passado. Incluem levantamentos e avaliações críticas de várias tendências da História, além de intervenções em debates. O historiador Eric Hobsbawm defende vigorosamente a opinião de que aquilo que os historiadores investigam é real⁶. O ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para ele, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são. A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn.

O físico Thomas Kuhn (1922 – 1996) demonstrou que, além de serem construções humanas, as ciências são também, e conseqüentemente, construções sociais e históricas. Disso resulta uma nova compreensão acerca dos processos científicos, e, assim, de alfabetização científica. Kuhn apresentou a seguinte definição de paradigma: “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” ⁷. Essas tarefas do historiador, no entanto,

5 O Grupo de Trabalho de História Militar Anpuh/RJ, criado em 2016, tem por objetivo reunir profissionais da área das Ciências Humanas e Ciências Sociais dedicados à pesquisa e à docência em suas diversas abordagens, incluindo investigadores de diferentes origens civis e militares e de distintas instituições, interessados em apresentar e discutir os seus trabalhos de pesquisa. Neste sentido, a função social do consórcio formado por instituições militares e instituições de ensino superior destaca-se pelo estabelecimento de intercâmbios com pesquisadores capacitados e o contato com a recente produção historiográfica nacional e internacional (ANPUH/RJ, 2021).

6 HOBBSAWM, 2013, p. 8.

7 KUHN, 1997, p. 13.

são complexas e remetem a diferentes entendimentos do que seja ciência. Kuhn argumenta que: “Talvez a ciência não se desenvolva pela acumulação de descobertas e invenções individuais”⁸. Assim, quando os historiadores dedicam-se ao estudo de uma concepção ou teoria científica percebem que para a época eram tão científicas quanto às teorias e concepções que temos hoje. Ao contrário do que sempre vimos nos manuais científicos, a ciência não é o acúmulo gradual de conhecimentos, mas é a complexa relação entre teorias, dados e paradigmas⁹.

Será conveniente descrever este paradigma tradicional como “história rankeana”, conforme o grande Historiador alemão Leopold von Ranke, embora este estivesse menos limitado por aquele que seus seguidores¹⁰.

O passado que estudamos é só um constructo de nossas mentes¹¹. Isto é, em princípio, tão válido quanto o outro, quer possa ser apoiado pela lógica e por evidências, quer não. O professor Francisco Falcon¹², em uma de suas aulas sobre a teoria da história, enfatizou o compromisso do historiador com a verdade, mas esta não passa a ser absoluta: se trata de uma responsabilidade que o profissional de história assume ao analisar as fontes que possui. Toda narrativa sem a comprovação científica corre o risco de tornar uma obra ficcional, ou seja, uma não-história.

A lógica superficial e o senso comum caminham com a ideia de que contra fatos não existem argumentos, porém, o aparecimento de novas metodologias amplia o debate sobre os mesmos. Nesse aspecto, o acontecimento é o ponto de partida investigativo do historiador, por meio da interpretação das amostras escolhidas sobre um determinado fenômeno. É muito importante que os historiadores lembrem-se da sua responsabilidade, que é, acima de tudo, a de se isentar das paixões da identidade política. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade. O problema para os historiadores é analisar a natureza de sentido do passado na sociedade e localizar suas mudanças e transformações, em um pleno exercício da historicidade entre o presente e o passado¹³.

A dominação total do passado poderia excluir todas as mudanças e inovações legítimas, e é improvável que exista alguma sociedade que não reconhece nenhuma delas. A inovação pode acontecer de forma sobre o que seria definido oficialmente

8 KUHN, 1997, p.21.

9 BARTELMÉBS, 2012, p. 351 – 353

10 BURKE, 2011, p. 9.

11 HOBSBAWM, 2013, p. 8.

12 Nascido em 30 de março de 1933, Francisco José Calazans Falcon, foi professor da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) e, atualmente, é docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira (Universo). Além disso, participou de Comitês do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e do Conselho Diretor da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Erudito, publicou diversos livros nos campos da historiografia, da história do Brasil, da história contemporânea e da história moderna (CAFÉ HISTÓRIA, 2017). Aula ministrada na disciplina de Teoria da História na Universidade Salgado de Oliveira no segundo semestre de 2018.

13 HOBSBAWM, 2013, p. 25.

como passado devendo ser claramente uma seleção particular da infinidade daquilo que é capaz de ser lembrado. Nessa situação, a percepção dos conflitos é certamente mais realçada por uma apresentação de pontos de vista opostos do que por uma tentativa de articular um consenso. Tal perspectiva provocou um deslocamento do ideal da voz da história para aquele da heteroglossia, definida como vozes variadas e opostas ¹⁴. Assim, existe uma preocupação com abrangência da atividade humana que encoraja os historiadores na busca por outras disciplinas, tais como a sociologia, a economia, a ciência política, a estatística, a linguística, a psicologia, a literatura, entre outras.

O passado social formalizado é claramente mais rígido, uma vez que fixa o padrão para o presente. A crença de que o presente deva reproduzir o passado normalmente implica um ritmo positivamente lento de mudança histórica caso contrário, não seria nem pareceria realista. Enquanto a mudança foi suficientemente gradual para ser absorvida, pode ser absorvida no passado social formalizado em forma de uma história mitológica usada e talvez ritualizada, por uma modificação tácita no sistema de crenças, pela distensão da estrutura normativa, ou por outras maneiras ¹⁵.

A crença de que a sociedade tradicional seja estática imutável é um mito da ciência social vulgar. Não obstante, até certo ponto, a mudança pode permanecer tradicional: um balde do passado continua a modelar o presente ou assim se imagina¹⁶. Quando a mudança social acelera o transforma a sociedade para além de certo ponto, o passado deve cessar de ser o padrão do presente. O acontecimento aparece como uma das características da historiografia tradicional. O historiador Peter Burke resumiu o paradigma tradicional de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 1 – perspectivas da historiografia tradicional

<p>1. Alinhamento com a antiga história política</p>	<p>De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente a política. Na ousada frase vitoriana de Saron Sirlei, catedrático de história em Cambridge, “história é a política passada, política é a história presente”. A política foi admitida para ser essencialmente relacionada ao estado. E, em outras palavras, era mais nacional e internacional, do que regional. No entanto, não inclui ao que o teórico militar Karl von Clausewitz definir como a continuação da política por outros meios ¹⁷, ou seja, a guerra. Embora outros tipos de história não fossem totalmente excluídos pelo paradigma tradicional, eram marginalizados no sentido de serem considerados periféricos aos interesses dos verdadeiros historiadores.</p>
--	---

14 BURKE, 2011, p. 16.

15 HOBBSAWM, 2013, p. 28.

16 HOBBSAWM, 2013, p. 29.

17 Contudo, o deus da Guerra não é um arremedo. Quando os regimentos de recrutas da Europa mar-

<p>2. Os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos</p>	<p>A <i>histoire événementielle</i>, ou história dos acontecimentos, segundo Fernand Braudel, representam não mais que a espuma nas ondas do mar da história. O que realmente importa para este autor clássico são as mudanças econômicas e sociais de longo prazo (<i>la longue durée</i>) e as mudanças geo-históricas de muito longo prazo.</p>
<p>3. A história tradicional oferece uma visão de cima</p>	<p>O prisma do pesquisador tradicional reside no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história. A existência dessa regra é revelada pelas reações a sua transgressão. Quando o escritor russo Alexandre Pushkin estava trabalhando em um relato de uma revolta de camponeses e de seu Líder Pugachev, o comentário do Czar Russo Nicolau II foi que “tal homem não tem história”.</p>
<p>4. A história deveria ser baseada em documentos oficiais</p>	<p>Uma das grandes contribuições de Leopold von Ranke para a historiografia tradicional foi sua exposição das limitações das fontes narrativas e sua ênfase na necessidade de basear a história escrita em registros oficiais, emanadas do governo e preservados em arquivos. O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência. Os registros oficiais, em geral, expressam o ponto de vista oficial e para reconstruir as atitudes de outros agentes da história, os registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fonte.</p>
<p>5. A história é objetiva</p>	<p>A tarefa do historiador é apresentar aos leitores os fatos, ou, como aprontou Ranke em uma frase muito citada, dizer “como eles realmente aconteceram”. Sua modesta rejeição das intenções filosóficas foi interpretada pela posteridade como um presunçoso manifesto a história sem tendências viciosas. Hoje em dia, é, em geral, considerado irrealista. Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados a cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular.</p>

Fonte: BURKE, 2011, p. 10 - 15. Adaptação feita pelo autor.

charam para guerra, em 1914, carregando sua retaguarda de reservistas, a guerra que usa em redor foi, de longe, a pior que os cidadãos pudessem esperar. Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a “guerra real” e a “guerra verdadeira” logo se tornaram distintas; as influências moderadoras que Clausewitz, como observador desapaixonado dos fenômenos militares, declara sempre entrar em ação para ajustar a natureza potencial e o propósito real da guerra reduziram-se a invisibilidade; alemães, franceses, ingleses e russos descobriram se aparentemente travando uma guerra pela guerra. Os objetivos políticos da guerra – já difíceis de definir desde o início – foram esquecidos, as restrições políticas foram atropeladas, os políticos que apelavam para a razão foram execrados, a política, mesmo nas democracias liberais, logo se reduziu a uma mera justificação de batalhas maiores, listas de baixas mais longas, orçamentos mais caros, um excesso de miséria humana (KEEGAN, 1995, p. 38).

A historiografia rankeana, segundo Hobsbawm, concentrava todos os seus esforços na tarefa de estabelecer os fatos e, com isso, contribuiu pouco para história, exceto por um conjunto de critérios em periódicos para avaliar certos tipos de evidência documental¹⁸.

Nesse ínterim, é possível verificar que esses documentos e procedimentos apenas se aplicavam uma classe limitada de fenômenos históricos, porque classificavam criticamente certos fenômenos como dignos de estudo especial, enquanto outros não. Tal “escolha” dos acontecimentos mais importantes, segundo a ótica dos fatos “como eles realmente aconteceram” revelou, consciente ou inconscientemente, o fenômeno de apagamento da história¹⁹. Para a reflexão, Peter Burke alertou para a criação de estereótipos e a falta de busca por novas informações a partir do fato em si: “Uma história militar vista de baixo deveria lidar com o soldado comum, como fez John Keegan²⁰ tão memoravelmente, ou deveria concentrar-se na experiência civil da guerra?”²¹

Mas nem tudo era Filosofia, pois, como se diz, “ninguém vive de brisa.” Além da Filosofia, o pensamento grego expandiu-se por outras áreas, como foi a invenção de diversos gêneros literários, dentre os quais se destaca a História, inaugurada por Heródoto, já na Antiguidade cognominado de “Pai da História”. História é uma palavra grega que significa “investigação” e, portanto, abrangia diversas áreas de pesquisa. No entanto, logo passou a significar “estudo do passado”, e Heródoto inaugurou esse gênero com uma monumental obra que tratava das origens das guerras entre gregos e persas. Visitou inúmeros lugares, como o Egito, tendo cunhado a famosa descrição desse local como um “dom do Nilo”²².

Assim, não se dispunha a concentrar-se na história dos eventos de fato em alguns países ela apresentavam nítido viés institucional, mas a metodologia se prestava de imediato a narrativa cronológica. Contextualizando, pode-se analisar o projeto integrador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)²³ que caminhou,

18 HOBBSAWM, 2013, p. 201.

19 O trabalho da história se entende como uma projeção do nível da economia das pulsões ao nível do trabalho intelectual dessa dupla tarefa que consiste na lembrança e no esquecimento (RICOEUR, 1996, p.11). Ou, ainda, Tzvetan Todorov em seu ensaio “Os abusos da Memória: A memória não se opõe absolutamente ao esquecimento.” Os dois termos contrastantes são o apagamento (o esquecimento) e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação entre os dois (TODOROV, 1995, p.14).

20 KEEGAN, 1995, p. 13-17.

21 BURKE, 2011, p. 7

22 FUNARI, 2020, p. 73.

23 Um espaço institucional dedicado à História seria concretizado por meio da fundação do IHGB em 1838. O momento não seria para menos. Alguma das principais instituições imperiais, como Colégio Pedro II e Arquivo Público Imperial não somente foram criadas no mesmo período que o IHGB, como participaram do mesmo projeto englobante de forjar a Nação, seja na criação de um passado nacional, seja na garantia de seu futuro, por meio da formação daqueles que seriam os cidadãos do Império.

pari passu, para a promoção de fatos e eventos que redesenharam a história militar da colonização brasileira, de forma que havia uma predestinação à continuidade do comando sob a linhagem portuguesa desde a chegada da expedição de Pedro Álvares Cabral nestas terras, em 22 de abril de 1500. Curioso fato é que, entre outros acontecimentos em torno deste exemplo, ilustra-se que a motivação real da viagem era o comércio nas Índias²⁴ e ainda, que o primeiro marco territorial foi posicionado no atual território brasileiro na expedição capitaneada por Gaspar de Lemos em 1501 na atual região de Touros²⁵, município do Estado do Rio Grande do Norte (RN). Importante salientar que o objetivo desse ponto não é um questionamento à data do descobrimento do Brasil, mas apresentar o fato de que a expedição militar de Lemos foi dedicada ao reconhecimento e à constituição territorial da América Portuguesa.

Não resta dúvida supor que o descobrimento e o primeiro documento formulado a respeito da identificação das novas terras – a Carta de Pero Vaz de Caminha – era a estrutura central dos eventos que interessavam ao historiador tradicional. Em suma, estava representada a história no singular, com fatos escolhidos para condicionar à narrativa linear e “progressiva”, enunciando, dessa maneira, uma finalidade. Contudo, inúmeros acontecimentos podem contar a história sob os mais diferentes prismas. Sob tal aspecto, em termos filosóficos e metodológicos, os historiadores acadêmicos tradicionais tendiam a demonstrar uma inocência igualmente admirável. É verdade que os resultados dessa inocência coincidiam com que, nas ciências naturais, era uma metodologia consciente, ainda que controversa. E que podemos, grosso modo, chamar de positivismo, embora seja duvidoso que muitos historiadores acadêmicos soubessem que eram os ativistas dessa corrente.

Na maior parte dos casos, eram homens que, assim como aceitava um dado tema e uma dada área geográfica com a mais importante. Temos outro exemplo a respeito da escolha geográfica: a narrativa centralizada da formação do Brasil a partir da importância da Corte instalada no Rio de Janeiro; tudo em detrimento da história regional. Evaldo Cabral de Melo Neto faz uma dura crítica ao processo de desintegração do Estado de Pernambuco por ocasião dos conflitos emancipatórios ocorridos entre 1817 e 1824²⁶. Outro fato polêmico foi o processo de pacificação territorial

Como notou Arno Wehling, essas instituições deveriam contribuir para consolidar a educação, a cultura e a administração pública do país esse quadro na vão com o momento de consolidação das instituições liberais, que ocorriam também na França de Guizot (KODAMA, 2013, p. 59).

24 A expedição de Pedro Álvares Cabral não recebeu ordens de D. Manuel I para seguir para o oeste, embora a rota estabelecida previsse um desvio da corrente que banha o sudoeste africano, fato que impedia a travessia do Cabo da Boa Esperança, situado no extremo sul da África. Em consequência do avançar para o oeste, a corrente marítima iniciado no Arquipélago dos Açores empurrou a expedição de Cabral para o litoral baiano. A Carta de Pero Vaz de Caminha, membro da Companhia de Jesus daquela empreitada, documentou a existência de terras a oeste. Contudo, parte da frota seguiu viagem em direção às Índias e a outra parte retornou para Portugal para comunicar ao rei sobre o evento ocorrido em abril de 1500.

25 Por questões de preservação, foi colocada uma réplica nas proximidades do Farol do Calcanhar, no município de Touros – RN. O monumento original, feito em mármore, encontra-se no Forte dos Reis Magos, sediado em Natal, capital daquele estado.

26 A partir do ano de 1817, o Estado de Pernambuco perdeu mais de cinquenta por cento do território. Em consequência da derrota para as tropas da Côrte, a Comarca das Alagoas emancipou-se daquela

retratado por José Honório Rodrigues²⁷ como um fato cruento em uma revolução incruenta de integração territorial após a independência em 1822. Isso oferece novos olhares para o processo histórico de unidade territorial, como se o Brasil estivesse “predestinado” a ser um país de dimensões continentais desde o início, como a narrativa que o IHGB procurou desenvolver.

Também aceitavam, entre outras ideias, a do pensamento científico popularizado de que, por exemplo, as hipóteses que brotam automaticamente do estudo patológico, explicação consciente de um conjunto de cadeias de causa e efeito, ou os conceitos de determinismo, evolução e assim por diante. Supunham que, tal como a erudição científica podia estabelecer o texto e sucessão definitivos dos documentos que publicavam em séries de volume sofisticados e valiosíssimos, ela também poderia estabelecer a verdade exata da história²⁸. A História era, portanto, uma disciplina extremamente retrógrada. Suas contribuições ao entendimento da sociedade humana, passado e presente, eram insignificantes e ocasionais.

A partir do final do século XIX, estudiosos da historiografia apresentaram novas abordagens da narrativa histórica. Um olhar mais atento transporta o leitor ao ano de 1900, quando o Karl Lamprecht expressou o seu desafio aos historiadores ranqueanos ao cunhar a expressão *histoire événementielle*, a narrativa centralizada nos acontecimentos²⁹. A “história vista de cima” passou a receber a contribuição das categorias subalternas ao comando, com privilégio para a questão socioeconômica. A partir desse fato, o proletariado que participou do esforço de guerra nas fábricas, bem como a vida cotidiana dos soldados e dos cidadãos que participaram dos conflitos, receberam a atenção dos pesquisadores.

Desse modo, iniciou-se um período de transição da história linear factual para uma história estrutural, em que as categorias apresentadas enunciavam características próprias – estas, por sua vez, apresentavam pontos de tensão entre si. A perspectiva narrativa recebeu maiores contribuições da França estando associada à articulação de dois historiadores, Lucien Febvre e Marc Bloch. Febvre e Bloch assim fundaram a revista *Annales d'histoire économique et sociale* no ano de 1929, e, notoriamente, passou a contar com novos impulsos após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e, sobretudo com o falecimento³⁰ de Bloch na Segunda Guerra em 1944. O historiador Eric Hobsbawm, marxista, faz uma revelação pessoal acerca das contribuições de Karl Marx:

Diz respeito à abordagem marxista da história, com a qual sou associado. Embora o rótulo seja vago, não rejeito. Sem Karl Marx, eu não teria desenvolvido nenhum interesse especial pela história, que, conforme ensinada na primeira metade dos anos

provincia. Além disso, a porção oeste e sul a partir de Petrolina, correspondente à Comarca de São Francisco, passaram a ser território da Província da Bahia.

27 RODRIGUES, 1982, p. 44 – 48.

28 HOBSBAWM, 2013, p. 201 – 202.

29 BURKE, 2011, p. 17.

30 Marc Bloch, de ascendência judaica, morreu fuzilado pela Gestapo alemã, durante a ocupação nazista em Vichy no ano de 1944.

30, não era uma matéria inspiradora. Mesmo que eu achasse que grande parte da abordagem da história de por Marx precisava ser jogada no lixo, ainda assim continuaria levar em consideração, profunda, mas criticamente, aquilo que os japoneses chamam de um Sensei.³¹

O pesquisador inglês se refere ao rótulo vago, em negrito na citação anterior, por causa dos fatos que ocorreram em torno da publicação de seus escritos. Longe da concepção ideológica que se possa pensar a respeito da historiografia marxista, ou revisionista, a história contada sob o ponto de vista categórico material, baseado, sobretudo em aspectos econômicos, provocou a ira dos soviéticos, que não traduziram nenhum de seus livros para o russo. Até mesmo na França, Hobsbawm confidenciou que encontrou dificuldades para publicar em Paris uma de suas obras: a Era dos Extremos. O modelo explicativo chocou os parisienses no sentido de que houve uma guerra de 31 (trinta e um) anos e que as punições econômicas e militares impostas pela Tríplice Entente³² aos derrotados na Primeira Guerra Mundial catalisaram as transformações socioeconômicas naqueles países. Os derrotados passaram por um ciclo de recessão, de desencanto pelo modelo liberal e de adesão dos derrotados aos movimentos ultranacionalistas, como ocorreu com o Nacional Socialismo na Alemanha.

De forma adicional, Hobsbawm esclarece sua percepção sobre a transformação do perfil bélico nos trinta e um anos de conflito. A “guerra de trincheiras” visava consumir os estoques excedentes das grandes indústrias, e o modelo econômico adotado pela Inglaterra durante todo o século XIX, caminhou para o emprego do conceito de guerra total, onde todos os esforços das nações eram voltados para o combate.

Tudo isso mudou em 1914. A Primeira Guerra Mundial envolveu todas as grandes potências, e na verdade todos os estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões. Canadenses lutaram na França, australianos e neozelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egeu – “Gallipoli” tornou-se seu mito nacional – e, mais importante, os Estados Unidos rejeitaram a advertência de George Washington quanto a “complicações europeias” e mandaram seus soldados para lá, determinando assim, a forma de história do século XX. (...) **É quase desnecessário demonstrar que a Segunda Guerra Mundial foi global. Praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não, embora as repúblicas da**

31 HOBBSAWM, 2013, p. 9.

32 A Tríplice Entente (em francês: Triple Entente) foi uma aliança militar entre o Reino Unido, a França e Rússia. Na prática, consolidou os acordos bilaterais anteriores: a Aliança Franco-Russa (1891), a Entente Cordiale, entre a França e o Reino Unido (1904), e a Entente Anglo-Russa (1907) (ENCICLOPÉDIA BRITANNICA, 2018).

América Latina só participassem de forma mais nominal. As colônias das potências imperiais não tiveram escolha. (...) A Segunda Guerra Mundial foi uma aula de geografia do mundo. (HOBSBAWM, 1995, pp. 31-32, grifo nosso).

Os avanços tecnológicos demandavam, ainda, mais especialização dos soldados, crescendo, por consequência, a necessidade de novas escolas de formação especializada. Observaram-se, ainda desdobramentos similares no Brasil. Após dois períodos intermitentes da adoção de escolas de Sargentos (1894 – 1897) e (1921 – 1933), foram criadas escolas de especialistas como o Centro de Instrução Especializada, atual Escola de Instrução Especializada, em 1943, o Centro de Instrução de Material Bélico, atual Escola de Sargentos de Logística, em 1939 e a Escola de Sargentos das Armas em 1945.

De acordo com o exemplo outrora ilustrado acerca da Segunda Grande Guerra (1939-1945), enfatizou-se a importância econômica para viabilizar a logística da guerra. A atuação da Força Expedicionária Brasileira³³ (FEB) dependeu da aquisição de toda a cadeia de suprimentos das Forças Armadas dos Estados- Unidos da América, desde fardamentos até aviões. O Chefe do Estado-Maior da FEB, Coronel Lima Brayner, categorizou a situação logística dos Pracinhas perante os aliados e relatou um momento de tensão na conversa do General Mascarenhas de Moraes e o Chefe da Peninsular Base Section (PBS)³⁴ em Nápoles, solo italiano:

O órgão Supremo de provimento era a PBS, que exercia uma verdadeira tirania sobre o teatro de operações, em matéria de apoio Logístico suas decisões eram irrecorríveis. Seu comandante era um Tenente General, que não era professor de cordialidade. Somente ao chegar Anápolis foi que comecei a compreender a extensão do nosso desaparelhamento. **Poucos, muito poucos oficiais, falavam em inglês.** E hoje homens da PBS não admitiam entendimentos em outro idioma (...) As roupas e uniformes trazidos do Brasil, lavados a bordo do General Mann e no estacionamento de Agnano, encurtaram desmesuradamente. **Os tecidos eram, criminosamente, de péssima qualidade, e**

33 A criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) aconteceu após a Declaração de Guerra no Decreto nº 10.358, do então Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, em 31 de agosto de 1942, em aproximação aos Estados Unidos após o ataque nipônico a Pearl Harbor em 07 de dezembro de 1941. A Portaria Ministerial Nº 4744, de 09 de agosto de 1943, definiu a estruturação da FEB e, por conseguinte, esta atuou, enfim, como V Exército Norte-Americano na região italiana dos Apeninos entre 1944 a 1945. Após os confrontos com o exército nazista alemão, e a rendição germânica às tropas da FEB em 02 de maio de 1945, a Força Expedicionária Brasileira teve sua desmobilização relâmpago em 06 de junho de 1945.

34 A Seção de Base Peninsular (SBP) (Peninsular Base Section – PBS), grande escalão voltado ao transporte, suprimento e manutenção do V Exército dos EUA e do VIII Exército Britânico, ficou responsável pela disciplina logística do Teatro de Operações do Mediterrâneo (PEREIRA e FARIA, 2020, p. 67351 – 67352). O coronel Lima Brayner destacou que a PBS, embora tivesse de tudo, era responsável pelo reacompanhamento de suprimento das tropas aprestadas nos EUA e nos países aliados (BRAYNER, 1968, p. 114 – 115).

as cores não eram firmes. Os homens de físico avantajado tinha uma aparência exótica, deprimente e mesmo ridícula (...). Para corrigir, em parte, aquele desaparelhamento, eu só via o inevitável apelo para a PBS. E com isto concordou General Mascarenhas. Esta inspiração vinha dos próprios oficiais de ligação americanos que, após consultarem seus chefes, nos aconselhou a pedir, com urgência, tudo que nos faltava. (...) Não tardaram, porém, as decepções. A PBS não recebeu com agrado o nosso petítório. Não devíamos ter vindo. Essa é que era a verdade fria. **Se fossemos, por exemplo, como sul-africanos ou canadenses, ou neozelandeses, que tudo traziam de seu país, inclusive o transporte a escolta marítima, os americanos nos receberiam com um sorriso número um.** Mas ali (os brasileiros, grifo nosso) estavam somente com a carne para canhão e a grande lealdade típica do brasileiro (...). Defrontando-se com volumoso pedido do comando brasileiro, o general americano não escondeu a surpresa e, sem conter a irreverência, perguntou por intermédio do seu intérprete, em tom irônico, e a rigor representava uma censura: afinal de contas, o que o senhor trouxe para brigar?³⁵.

De acordo com a abordagem revisionista, pode ser traçado um paralelo entre a percepção de preparo da FEB e de outros exércitos no início da campanha italiana, em julho e agosto de 1944. As categorias de tropas que estavam preparadas desde o início, com aprestamento e transporte próprios e o efetivo militar brasileiro, que recebeu o treinamento básico no Rio de Janeiro e precisou de todos os equipamentos dos norte-americanos. Ao explorar a constatação do Chefe do Estado-Maior da FEB, verificam-se as deficiências sob o ponto de vista econômico e social do país, incapaz de preparar o soldado brasileiro para uma guerra em que a logística entrou em todas as etapas do combate moderno:

Suprimento e logística dariam uma vitória bem clara na Segunda Guerra Mundial, e a um custo quase marginal, exceto em dor humana, ao principal vencedor. Os Estados Unidos, que tinham entrado tardiamente na Primeira Guerra, (...), entraram mais cedo na Segunda Guerra, em 1941, depois de dois anos de rearmamento, empreendido para fornecer à Inglaterra e depois à União Soviética os meios de lutar contra a Alemanha Nazista (...). A Indústria americana sobrepujou suas inimigas alemãs e japonesas, embora somente devido aos estaleiros americanos (...). Em média, lançavam-se ao mar três novos navios cargueiros Liberty por dia. A Alemanha não conseguia produzir submarinos na mesma medida que os perdia, mesmo antes de eles serem derrotados pela introdução de aviões de longo alcance e de porta-aviões de escolta na batalha do Atlântico. Foram supri-

35 BRAYNER, 1968, p. 115 – 120, grifos nossos.

mento e logística, portanto, que asseguraram a vitória na maior e mais temível das guerras.³⁶

Ao descrever o fenômeno em categorias, verifica-se a possibilidade de comparação entre elas, como, por exemplo, o nível de desenvolvimento industrial de cada país envolvido na guerra, a cadeia logística de suprimentos e os processos de mobilização dos soldados. Em consequência, verifica-se, também, as fontes de tensão transformacional, ou seja, o ponto ou os pontos que permitem identificar pequenas mudanças na maneira de pensar e agir do ser humano, a concepção materialista da história acrescentou nova forma de explicar o fenômeno:

Acontece que continuo considerando que a concepção materialista da história de Karl Marx é, de longe, o melhor guia para a história: o registro da sociedade humana, ou civilização mundial; das mudanças que acontecem na natureza dessa sociedade; de revoluções e insurreições de um conjunto de pessoas contra outro, com os consequentes reinos e estados dotados de seus vários níveis; das diferentes atividades e ocupações dos homens, seja para ganhar o seu sustento ou nas várias ciências e artes; e, em geral, de todas as transformações sofridas pela sociedade em razão de sua própria natureza³⁷.

Em contrapartida, as críticas à historiografia tradicional apontaram as claras limitações de atentar para os acontecimentos como forma de narrativa científica. Para Hobsbawm, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas. O passado legitima³⁸. Contudo, o processo de construção das nações envolvem mitos, misturando o fato histórico e a ficção. A eclosão das manifestações de particularidades nacionais ocorreu sob o Romantismo³⁹ no século XIX.

Paradoxalmente, o passado continua a ser a ferramenta analítica mais eficiente para lidar com a mudança constante, mas em nova forma. Ele se converte na descoberta da história como processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução. Diante da realidade avassaladora da transformação, até mesmo pensamento conservador se torna historicista. Uma espécie de historicismo, ou seja, a extrapolação mais ou menos sofisticada e complexa de tendências passadas. Para o futuro, foi o método mais conveniente popular de previsão⁴⁰. A história como “linha mestra da vida”, em que o fenômeno tende a se repetir dadas algumas circunstâncias similares, representa a armadilha para quem pretende escrever e analisar o fenômeno somente baseado em fatos, desconsiderando as influências geográficas e histórico – culturais.

Um exemplo particular está reservado para os fatos envolvendo a elite cas-

36 KEEGAN, 1995, p. 327 – 328.

37 HOBBSAWM, 2013, p. 10.

38 HOBBSAWM, 2013, p. 19.

39 KODAMA, 2013, p. 58.

40 HOBBSAWM, 2013, p. 36.

trense e os combates no final do século XIX, em plena vigência da historiografia tradicional. Apesar de contar com a disciplina de História Militar nos bancos escolares⁴¹, os oficiais custaram a perceber que a utilização das vias de suprimento para abastecer as tropas nas imediações do Arraial de Canudos, entre 1896 e 1897, não poderia ser feita da mesma maneira com que a questão era tratada em outras regiões do Brasil, possuidor de dimensões continentais. O sistema de suprimento era executado mediante a contratação de fornecedores locais, aos quais distribuía quantidade insuficiente para o consumo diário das tropas. Além disso, o gado, à semelhança das operações no sul, era escoltado por peões e esperava-se que fosse alimentado por áreas de pastagem, fato totalmente distinto da caatinga no sertão baiano.

Para completar a situação, não havia seção especializada para a execução do apoio logístico, de modo que tornava a fiscalização incipiente. A título de exemplo, em agosto de 1897, um reforço de 1000 (mil) homens e 100 (cem) bois para alimentar a tropa foi atacado por seguidores de Antônio Conselheiro, reduzindo para 11 (onze) a quantidade do rebanho destinado a alimentar um efetivo de mais de 4000 militares⁴². Ainda, para completar o revés, os soldados estavam sendo afetados por um surto de variola que dizimou toda a tropa e, neste cenário, revelado caótico, apesar de vultosos recursos financeiros que foram destinados à quarta expedição, percebeu-se que o resultado não foi efetivo na linha de frente.

A abordagem romanceada dos líderes e das batalhas na Escola Militar e o espírito de euforia dos militares⁴³ adeptos de Floriano Peixoto contribuiu para a adesão às tropas que pretendiam “impor um castigo” aos conselheiristas. Mas, após os insucessos das três primeiras expedições, em especial o fato da morte do coronel Moreira César em combate, o Ministro da Guerra Carlos Machado de Bitencourt teve dificuldades para reunir na quarta expedição um efetivo de aproximadamente 14000 (quatorze mil) homens, incluindo policiais militares de diversos estados da federação. O “justicamento” que as primeiras três expedições pretendiam dar a Canudos, equiparado a um “plano de delegado enérgico⁴⁴”, cedeu lugar ao medo: o número de “partes de doente” dos oficiais convocados⁴⁵ aumentou consideravelmente, bem como a deserção e o abandono de feridos em campanha, resultando em sindicâncias e punições após o conflito⁴⁶.

Portanto, a narrativa histórica não se trata somente de bom-senso: a capacidade de discernir tendências gerais não implica a capacidade para prever seu resultado

41 MOTTA, 1998, p. 76 (quadro explicativo).

42 Mc CANN, 2009, p. 97.

43 A impetuosidade poderia explicar a imprevidência no caso do Regimento comandado pelo major Febrônio de Brito, que nada conheceu o teatro de operações ou mesmo até da coluna Moreira César. Esse Batalhão, atípico, desgarrado da hierarquia por uma conjuntura política específica, saiu em dias da Capital Federal para Canudos, cercado de uma “aura romântica” florianista de “defesa da República” a qualquer preço; sua incúria era a tal que, como visto, toda a logística referente à água, em uma tropa que se deslocaria basicamente pelo sertão, se resume a uma bomba artesiana, transportada no sertão adentro sem nada que possibilitasse ao menos a penetração da sonda (TREVISAN, 2011, p. 103).

44 TREVISAN, 2011, p. 105.

45 TREVISAN, 2011, p. 99.

46 TREVISAN, 2011, p. 105 e p. 229, comentários 101 e 102.

preciso em circunstâncias culturais complexas e, em muitos aspectos, desconhecidas. Segundo Hobsbawm, em termos positivistas, a ordem acompanha o progresso, mas a análise de uma nos diz pouco sobre o padrão desejável do outro⁴⁷. A História Mestra sugeriu aos historiadores tradicionais antecipar dados e resultados, como se fosse uma equação matemática, remetendo o analista a teleologia, ou seja, a predição direta dos resultados por meio de fatos e consequências do passado.

Em resumo, a crítica revisionista à historiografia tradicional está em torno da superficialidade com que são tratados os fenômenos históricos por não haver a fronteira delimitada entre a o fato e ficção. A capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental para os historiadores de hoje.

Essas e muitas outras tentativas de substituir a história pelo mito e a invenção não são apenas piadas intelectuais de mau gosto conto afinal de contas podem determinar o que entra nos livros escolares, como sabiam as autoridades japonesas quando insistiram em uma versão asséptica da guerra japonesa na China para uso em salas de aula no Japão. Mito e invenção são essenciais para a política de identidade pela qual grupo de pessoas, ao se definir em hoje por etnia, religião ou fronteiras nacionais passadas o presente, tentam encontrar alguma certeza em um mundo incerto e instável dizendo: somos diferentes e melhores que os outros. São elas que nos preocupam nas universidades Por que as pessoas que foram aqueles mitos e intenções são cultos: professores jornalistas produtores de rádio e televisão. Não se engane a respeito. **História não é memória ancestral ou tradição coletiva**⁴⁸.

Tais exemplos, de historiadores marxistas e da nova história, mostram um panorama das estruturas e tensões entre categorias estabelecidas pelos métodos de pesquisa historiográfica. Dessa forma, o revisionismo apresentou essas contribuições para o ofício de se construir uma narrativa sob o cunho científico. Contudo, essa contribuição não resolveu muitos dos problemas da investigação histórica, suscitando um novo movimento no final dos anos 1970 na França, e, no final dos anos 1980, no Brasil.

Mas neste universo que se expande e se fragmenta a uma necessidade crescente de orientação, o que é a chamada Nova História? Quanto ela é nova? É um modismo temporário ou uma tendência de longo prazo? Ela irá – ou deverá – substituir a história tradicional e a marxista? Ou as rivais podem coexistir pacificamente?

A expressão cunhada como “nova história” foi difundida na França. La nouvelle histoire é o título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. Le Goff auxiliou na edição de uma maciça coleção de ensaios de três volumes acerca de novos problemas, novas abordagens e novos objetos⁴⁹.

47 HOBBSAWM, 2013, p. 37.

48 HOBBSAWM, 2013, p. 21. Grifo nosso

49 BURKE, 2011, p. 9.

Os modelos narrativos centrados no estabelecimento dos fatos e com viés socioeconômico receberam novas contribuições, com o intuito de ampliar a gama de interesse do pesquisador de História. As críticas ao pensamento de que somente se poderia estudar a história depois de 100 (cem) anos do fato ocorrido, ou depois que o objeto de pesquisa teve todos os seus integrantes mortos, passou a não ter fundamentação depois que novos estudos sobre a Segunda Guerra Mundial levantaram o colaboracionismo político-militar na França de Vichy⁵⁰. A recusa do reconhecimento da responsabilidade do Estado francês em 1992, 47 (quarenta e sete anos) após o fim da Guerra e enfim, 48 anos após a libertação da mesma em 1944, é indicativa da dificuldade daquela República em ter acesso ao passado obstruído, ou seja, um passado que não terminou⁵¹.

Localizar o lugar onde se dá a “emergência” do testemunho da história é realizar o movimento de uma busca temporal. A observação relatada ignora a objetividade fria do cientista, que conta e explica. É a dimensão temporal criada pela consciência de um lugar não geográfico, mas sim temporal a partir da tensão entre tempos, como se fosse “um passado que não passa” ou um “silêncio” consciente sobre um determinado período, produzido pela vergonha coletiva em discorrer sobre a temática, com ares de tabu. A derrota da França em 1940 e a criação do Estado de Vichy deram início à colaboração francesa com o inimigo vencedor. O reconhecimento desse episódio encontrou fortes resistências institucionais e até mesmo entre historiadores⁵². Em conjunto à emergência do estudo voltado para os testemunhos, a História do Tempo Presente possibilitou os historiadores aprofundarem a pesquisa em paralelo à experiência humana. Pieter Lagrou, um dos pesquisadores do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) desde 1998, faz a seguinte definição:

Como se define o tempo presente senão por um continuo entre o período estudado e o momento da escritura? (...) A característica da história do tempo presente consistiria naquilo que se pode chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e o que ele estuda. O historiador é contemporâneo dos acontecimentos que ele estuda em um sentido distinto daquele da coabitação física com as testemunhas. O período estudado não está fechado: não a esse elemento de alienação, de alteridade, que é próprio do estudo de períodos mais afastados (...) Não ocorreu ainda a pintura cognitiva que impediria uma real identificação mental com seu objeto de estudo⁵³.

A percepção do risco de desaparecimento da experiência histórica provocada pelas interdições, pela diluição dos significados e, com a passagem do tempo, pelo

50 A 14 de julho de 1992, o Presidente da República francês recusou a responder a um apelo de intelectuais convidando a reconhecer oficialmente que o Estado francês de Vichy é responsável por perseguições e crimes contra judeus na França.

51 CARDOSO, 2012, p. 128.

52 CARDOSO, 2012, p. 126.

53 LAGROU, 2007, p. 36 – 37.

silêncio, pode induzir a necessidade de se recorrer a outras metodologias, como a história oral⁵⁴. A história oral também pode preencher lacunas sobre o ambiente em que as principais decisões foram tomadas, como, por exemplo, os livros memoria-listas⁵⁵ da FEB e, mais atualmente, episódios como a Intervenção Militar Federal no Estado do Rio de Janeiro, em que o Exército Brasileiro participou da gestão completa da segurança pública na região entre 16 de fevereiro de 2018 e 1º de janeiro de 2019⁵⁶.

As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. Além disso, fazem parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros⁵⁷.

A prioridade dada aos testemunhos vividos ou recolhidos diretamente não impediu os historiadores antigos desse de terem na crítica desses depoimentos. Assim,

54 A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. A partir dos anos 1990, o movimento em torno da história oral cresceu muito no Brasil. Em 1994, foi criada a Associação Brasileira de História Oral. O trabalho com a metodologia de história oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. Exige, antes, a pesquisa e o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas. Quando a pesquisa é feita por uma instituição que visa a constituir um acervo de depoimentos aberto ao público, é necessário cuidar da duplicação das gravações, da conservação e do tratamento do material gravado (CPDOC, s/d).

55 A memória coletiva e seu legado, intitulado por Jacques Le Goff de “monumento”, tem por características ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 2013, p. 486). As obras escritas por militares dos diversos escalões da FEB possuem essa característica, narrando os testemunhos e a presença de alguns documentos necessários para compor a temática. Contudo, a reflexão crítica entre essas obras cabe ao historiador e suas fontes documentais, que vão para além dos documentos escritos (LE GOFF, 2013, p. 490). Como exemplos, podemos citar, entre outras obras, os livros a seguir: A FEB pelo seu comandante (1947) e Memórias, de João Baptista Mascarenhas de Moraes (2014); A verdade sobre a FEB, de Floriano de Lima Brayner (1968); O Brasil na II Grande Guerra, de Manoel Thomaz Castello Branco (1960); e Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB (1949). Francisco Ruas Santos também apresentou obras a respeito, no entanto, destacamos a pesquisa aplicada sobre as Fontes para a História da FEB (1958), um ensaio ao qual faz uma coletânea de informações sobre os episódios em que a FEB participou e os autores de obras que tratam do assunto.

56 BRASIL, 2018.

57 CPDOC, s/d.

Tucídides, filósofo grego, que considerava a história como uma investigação, diz a respeito da guerra do Peloponeso (século V a. C. ou de 431-404 a. C.):

Quanto a narração dos acontecimentos da guerra, pensei não dever escrevê-los confiando em informações de qualquer um, nem nas minhas impressões pessoais; falo apenas por testemunhas oculares ou depois de uma crítica tão apurada e completa quanto possível das minhas informações. Isso não se faz sem dificuldade, os, em cada acontecimento, os testemunhos divergem segundo as simpatias e a memória de cada um. Minha história terá menos encantos que o mito; mas, quem quiser esclarecer a história do passado e reconhecer no futuro as semelhanças e analogias da condição humana, basta-me que a considere útil. Essa história é uma conquista definitiva e não uma obra aparatosa para um auditório de momento⁵⁸.

O processo investigativo enunciado por Tucídides envolveu uma variedade de métodos para descrever os fatos voltados para a política e a guerra. A história política, assim com o protagonismo pelos comandantes militares ganhou um novo impulso teórico-metodológico com a *nouvelle histoire*. Embora os textos biográficos ficassem à margem da atenção dos historiadores por décadas, a busca por informações⁵⁹ dos chefes e personalidades da política ajudou a abrir o leque de possibilidades temáticas.

Dessa maneira, tanto a política quanto a ação dos militares e civis que participaram do esforço de guerra receberam novos focos além dos fatos e da perspectiva socioeconômica de Marx. Um exemplo dessa nova abordagem está na visão historiográfica identificada por Francisco Doratioto em “Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai”, que ajudou a preencher lacunas deixadas pelas obras da historiografia tradicional acerca da Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), com o foco na atuação dos comandantes militares no conflito e, sobretudo, em contraposição às narrativas marxistas de Júlio José Chiavenatto⁶⁰ e León Pomer⁶¹, centradas na motivação econômica para a guerra na Bacia do Prata.

Nesse aspecto, cabe destacar o uso, pela nova história, da interdisciplinaridade para ajudar na narrativa. Os contatos com a sociologia, a geografia, a ciência política, a matemática, a estatística, a linguística, a psicologia e a antropologia também frutificaram, resultando no desenvolvimento de trabalhos sobre a sociabilidade, a cultura, e ainda em análise de discurso⁶². Assim como a história política, é impossível para

58 TUCÍDIDES, I, 1987, p.22

59 O aquecimento do mercado editorial das biografias especializadas sobre os chefes militares, como Napoleão Bonaparte (1769-1821) e outros comandantes contribuiu para que a biografia, assim como a história política, entrasse de vez no cenário dos pesquisadores de história. Mais detalhes, ver DOSSE, François, O desafio biográfico (2015).

60 Guerra del Paraguay: Gran negocio! (1968).

61 Guerra del Paraguay: Gran negocio! (1968).

62 RÉMOND, 2003, p. 6.

a história militar praticar o isolamento: ciência encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar que precisa para respirar⁶³. Isto, porque a temática castrense assume direções variadas de pesquisa em função da visão de que os militares não correspondem a uma casta, e sim um prolongamento da sociedade que a criou⁶⁴.

Adicionalmente, a interdisciplinaridade contribui para a percepção de novos valores na formação castrense. Hobsbawm afirma que ficando as coisas como está, a tecnologia no seu sentido mais amplo pertence ao setor flexível, e a organização social e a ideologia ou o sistema de valores, ao setor inflexível⁶⁵. Samuel Huntington reforça a tese da imutabilidade dos valores castrenses:

Hoje militares também são franceses e norte-americanos, metodistas e católicos viva liberais e reacionários judeus e anti-semitas. Uma declaração qualquer da parte de um militar pode não refletir suas atitudes enquanto militar que regula mais pode, ao invés de, derivar de origens sociais, econômicas, políticas ou religiosas, irrelevantes da sua condição de militar a mentalidade militar é, pois, definido abstratamente como um tipo ideal. A maneira de viver, em termos do qual as crenças de homens e grupos reais podem ser analisadas. Desde que não haja alguma alteração básica inerente da função militar, não haverá mudança alguma no contexto da ética profissional. Melhora as mudanças em técnicas militares, como desenvolvimento na tecnologia de armas ou maior importância da economia dos negócios militares, em nada alteram o caráter da ética militar assim como a descoberta da penicilina em nada modificou a ética médica⁶⁶.

Porém, na ausência de estudos históricos comparativos, a pergunta sobre as mudanças dos valores militares deve sempre permanecer em aberto⁶⁷. Alfred Stepan, por exemplo, formulou a ideia do “novo profissionalismo”, onde este processo não tornou os militares limitados ao controle civil objetivo⁶⁸, conforme ocorreu nos Estados Unidos da América (EUA). Nesse sentido, Eliézer Rizzo de Oliveira destaca o uso das Forças Armadas no plano interno “como um derradeiro recurso para manter a supremacia da ordem legitimamente estabelecida⁶⁹”. Assim, conclui-se que os trabalhos produzidos por Oliveira e seu núcleo de estudos da Universidade de Campinas, enfatizaram a necessidade de se retomar ao estudo da instituição militar, dando

63 RÉMOND, 2003, p. 29.

64 WEIGLEY, 1982, p. 59.

65 HOBBSAWM, 2013, p. 26.

66 HUNTINGTON, 1996, p. 79 – 80.

67 HOBBSAWM, 2013, p. 26.

68 No sentido objetivo, o controle civil é a maximização do profissionalismo militar. Mais precisamente, é aquela distribuição de poder político entre grupos militares e civis, distribuição que conduz ao aparecimento de atitudes e comportamento profissionais entre a oficialidade. O controle civil objetivo atinge o seu auge ao “militarizar” os militares (...) e a antítese desse controle é a participação de militares na política. (HUNTINGTON, 1996, p. 102).

69 OLIVEIRA, 1994, p. 162.

atenção a seus aspectos “internos”, “estruturais” ou “organizacionais”⁷⁰.

Nesse escopo, Thomas Bruneau, em observação pelo mundo político-militar, verificou que os aspectos culturais interferem na percepção de valores democráticos dentro das forças armadas⁷¹. Esse paralelo altera o panorama imutável do controle civil objetivo, traçado por Samuel Huntington (1996), sendo contextualizado no plano nacional.

Um exemplo dessa mudança está no deslocamento gradual, a partir dos anos 1990, de uma instituição voltada para a guerra total para uma estrutura focada, também, em ações de não-guerra, ou de combate com uso limitado da força. A designação das Forças Armadas para as missões de paz da Organização das Nações Unidas, as operações interagências de apoio a órgãos governamentais e as operações de garantia da lei e da ordem e na própria trajetória evolutiva da legislação, fundamentada cronologicamente no Art. 142 da Constituição Federal de 1988.

Portanto, a escrita da história militar assume a complexidade inerente às três correntes historiográficas – Tradicional, Revisionista e Nova História – condensando saberes e práticas ao ofício do historiador. Em síntese, o quadro a seguir ilustra algumas mudanças pontuais ocorridas a partir do século XIX:

Quadro 2 – pontos importantes da Nova História, segundo Hobsbawm e Burke

Contribuições Eric Hobsbawm	Contribuições Peter Burke
A história política e religiosa havia declinado visivelmente ao passo que as histórias nacionais pareciam antiquadas. Em troca havia uma notável virada em direção a história socioeconômica.	A nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. Tudo tem uma história, tudo tem um passado que pode ser em princípio reconstruído e relacionado ao restante do passado. Daí a expressão história “total” tão cara aos historiadores dos Annales
Não era mais comum, ou realmente fácil, utilizar as ideias como uma explicação da história	A nova história está mais preocupada com a análise das estruturas.
As explicações vigentes agora se davam em termos de forças sociais, embora isso levantasse de forma mais aguda a questão da relação entre a explicação dos acontecimentos históricos e a explicação das ações individuais.	Vários novos historiadores estão preocupados com a “história vista de baixo”; e, em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social. Os historiadores também têm deslocado sua atenção dos grandes livros para a história das mentalidades coletivas ou para a história dos discursos ou linguagens coletivas.

70 CASTRO, C; ISECKSOHN, V; KRAAY, H., 2004, p. 22.

71 BRUNEAU e MATEI, 2013, p. 16.

Tornava-se difícil falar em progresso ou mesmo em desenvolvimento significativo dos acontecimentos em uma certa direção	A história oral e o emprego da estatística especializada, nesse caso, contribui para oferecer novos panoramas ao que é informado nos relatórios institucionais.
	A nova história vai servir-se de todas aquelas descobertas que estão sendo feitas sobre a humanidade pelos antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos. O movimento de mudança surgiu a partir de uma percepção de fundida da inadequação do paradigma tradicional. Do mesmo modo, não é fora de propósito falar da crise do paradigma tradicional da escrita da história. Todavia, o novo paradigma também tem seus problemas: problemas de definição, problemas de fontes, problemas de método, problemas de explicação.

Fonte: HOBSBAWM, 2013, p. 202 – 203; BURKE, 2011, p. 10 - 21. Adaptação feita pelo autor.

Dessa forma, as contribuições historiográficas permitem ao jovem pesquisador uma grande possibilidade de utilizar novas teorias e métodos para escrever a história. Todavia, é importante para o historiador, também, a verificação das limitações de cada vertente para não incorrer no anacronismo da narrativa. Como se pode observar, cada corrente teve contribuições importantes em determinados períodos, com a historiografia tradicional estando na vanguarda até os anos 1930, o revisionismo marxista até a década de 1970 e a *nouvelle histoire* a partir dos anos 1980.

Em virtude dos aspectos apresentados, tem-se como objetivo principal mostrar que a historiografia tem caminhado numa direção específica durante um período de várias gerações, culminando em uma nova história, sendo, basicamente, teoria acadêmica em vigor projetada no passado que possa ajudar a credenciar novos pesquisadores a uma reputação pelo lançamento de uma nova moda ou pela formulação de algo que ninguém disse antes⁷². Assim, a disciplina histórica está atualmente mais fragmentada do que nunca: os historiadores são capazes de falar a língua dos economistas dos filósofos dos antropólogos, mas esses grupos estão descobrindo ser cada vez mais difícil falar um com o outro. A proliferação da pesquisa histórica e a interdisciplinaridade têm suas vantagens: contribui para o conhecimento humano e encoraja métodos mais rigorosos padrões mais profissionais⁷³.

⁷² HOBSBAWM, 2013, p. 99.

⁷³ BURKE, 2011, p. 36.

Considerações Finais

O presente artigo buscou traçar um panorama sobre as contribuições historiográficas desde a geração de Ranke até os dias atuais. Ao longo dessa trajetória, foram observados três enfoques sobre a escrita da história militar. Embora a criação do GT de História Militar seja recente, em 2016 no Rio de Janeiro, é importante destacar a relevância temática e as possíveis interpretações por pesquisadores antigos e novos. Desde o final da década de 1980, as análises passaram a contar com maior abrangência temporal. Hoje, o profissional de História pode abordar sobre o presente e o respectivo diálogo com o passado. Através dos acontecimentos, o historiador analisa as estruturas e observa atentamente as mudanças entre a época a ser estudada e a atualidade, mediante as fontes e métodos de pesquisa disponíveis.

A análise profissional, somadas à perspectiva interdisciplinar, vai muito além da confirmação documental de fatos e datas, assumindo, dessa maneira, um aspecto multifocal, mostrando a história militar vista por todos os lados. O desafio para o historiador militar é mostrar como ele de fato faz parte da história, relacionando a vida cotidiana aos grandes acontecimentos. E, mesmo assim, novos estudos sobre a temática castrense aparecem todos os anos, mostrando que está muito longe do seu esgotamento.

Além disso, a profundidade das análises está cada vez maior. Entretanto, é necessário frisar o regime de historicidade ao qual estão envolvidos os estudiosos de história. Os historiadores e outros analistas do processo e desenvolvimento das ciências naturais sabem que o progresso está longe de ser linear, mas sua existência não pode ser contestada. A literatura do século XX não é melhor que a do século XVII⁷⁴. São histórias contadas por homens do seu tempo. E existem ainda muitas obras da historiografia tradicional que se destacaram pela perspicácia e profundidade de análise que ainda servem de paradigma para perspectivas futuras. Se alguma vez lemos obras de historiadores mais velhos, ou é porque eles nos proporcionar algum corpus permanente de matéria-prima histórica, como uma edição insuperável de crônicas medievais, ou porque casualmente se interessam por um tópico que não citou obras posteriores, mas que, ou razão outra, passou novamente a despertar nosso interesse: em outras palavras, conclui-se que todas as obras revestem-se de importância para a investigação.

O desafio está em romper o paradigma da visão do senso comum da história, separando a lenda e reafirmando o compromisso com o que é real. Para tal, é necessário o diálogo com as inovações dos três períodos, na qual cada um possui observações peculiares, tais como os recursos adicionais aos documentos impressos, a localização das tensões entre as estruturas e a abordagem histórica, cada vez mais livre de juízos de valor, estas comuns às ações de comunicação social, não da História. O “romanceamento” e a linearidade atribuída ao passado, sem as atualizações pertinentes à investigação da história podem induzir ao leitor, especializado ou não, à memorização e à falta de reflexão crítica de fatos e líderes, sem a problematização

74 HOBSBAWM, 2013, p. 87.

das demais fontes envolvidas naquele processo histórico. Isto acontece porque a ciência social moderna, a política e o planejamento adotaram o modelo de cientificismo e manipulação técnica que, de forma sistemática, negligenciou o humano e, acima de tudo, a experiência histórica. Por isso, é necessário ao investigador ler os documentos nas entrelinhas. Não há nada de errado em tentar ler nas entrelinhas, contanto que o prisma do historiador reflita o compromisso basilar da verdade estabelecida em suas fontes. E essa é a primeira barreira que restringe a inovação, tão buscada pela nova geração de historiadores.

Portanto, os historiadores militares não mais se restringem a alta política, aos líderes e aos fatos. As contribuições da História com outras disciplinas científicas transportam o pesquisador às relações que fazem parte da vida cotidiana, de forma contextualizada com o tempo a ser estudado e a região. Assim sendo, o desafio aos pesquisadores é a percepção das contribuições para a realização de um trabalho científico de acordo com a geração ao qual pertence, respeitando a historicidade do período que se propõe a pesquisar, estabelecendo a conexão passado-presente, apontando as transformações sobre a temática militar através dos tempos.

Referências

ANPUH/RJ. Grupo de trabalho (GT) da História Militar – Seção Rio de Janeiro. Niterói: Anpuh/RJ, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/151903671615320>. Acesso em 12 jan. 2021.

BARTELMEBS, R. C. Resenhando as estruturas das revoluções científicas de Thomas Kuhn. In: Revista Ensaio, volume 14, nº 3. Belo Horizonte: UFMG, set – dez 2012, p. 351 – 358. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epec/v14n3/1983-2117-epec-14-03-00351.pdf>. Acesso em 22 dez 2020.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 9 288, de 16 de fevereiro de 2018. Presidência da República: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9288.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.288%2C%20DE%2016,grave%20comprometimento%20da%20ordem%20p%C3%ABblica.&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%C3%9ABLICA%20%2C%20no,que%20lhe%20confere%20o%20art. . Acesso em 22 fev. 2021.

BRUNEAU, T. C.; MATEI F. C. The Routledge handbook of civil—military relations. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2013.

BURKE, Peter. A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CAFÉ HISTÓRIA. Francisco José Calazans Falcon: uma homenagem. Disponível

em: <https://www.cafehistoria.com.br/homenagem-falcon/>. Acesso em 12 jan. 2021.

CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, 335 p.

CARDOSO, I. O passado que não passa: lugares históricos dos testemunhos. In: VARELLA, F; MOLLO, H. M; PEREIRA, M. H. F; MATA, S. Tempo presente & usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CASTRO. C; ISECKSOHN, V; KRAAY, H. Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

CPDOC. O que é história oral? Rio de Janeiro: FGV, s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em 12 jan. 2021.

ENCICLOPÉDIA BRITANNICA. Triple Entente. Disponível em: <https://global.britannica.com/topic/Triple-Entente>. Acesso em 12 jan. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo. Grécia e Roma. 6 ed. São Paulo, Contexto, 2020.

HOBSBAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991). Tradução Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. Sobre história. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUNTINGTON, S. P.. O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre civis e militares. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, 548 p.

MC CANN, Frank D. Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889 – 1937). Rio de Janeiro: BiBliex, 2009.

KEEGAN, J. Uma história da guerra. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KODAMA, Kaori. Como se constrói uma nação? In: História do Brasil II, volume 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013, p. 53 – 84.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997

LAGROU, P. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PÔRTO JÚNIOR, G. (org). História do Tempo Presente. Bauru: Edusc, 2007, 360 p.

LE GOFF, J. História e memória, 7ª ed. Tradução Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MOTTA, J. Formação do Oficial do Exército. Currículos e regimes da academia militar 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

OLIVEIRA, E. R. De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

PEREIRA, F. S; FARIA, D. P. O perfil do intendente do exército brasileiro (1940-1950). In: Brazilian Journal of Development, volume 6, número 9. Curitiba: Brazilian Journals, setembro 2020, p. 67345-67365.

RÉMOND, R. Por uma história política, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICOEUR, Paul. Entre mémoire et histoire. Projet. Paris: n° 248, 1996.

RODRIGUES, J. H. Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

TODOROV, Tzvetan. Les abus de la mémoire. Paris: Arléa, 1995

TREVISAN, L. N. Obsessões patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BiBliEx, 2011.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

WEIGLEY, R. F. Novas dimensões da história militar, 1º volume. Tradução de Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro: BiBliEx, 1982.



Os principais fatos históricos que contribuíram com a evolução dos direitos humanos

Anvalgleber Souza Linhares¹

Resumo

O presente artigo científico tem como objetivo levar a efeito uma análise dos principais fatos históricos que contribuíram com a evolução dos direitos humanos. Para se chegar à síntese conclusiva, resultado da pesquisa documental e bibliográfica levada a cabo, explorou-se a importância e o conceito dos direitos humanos e os principais marcos históricos que contribuíram com a sua evolução. Destacados estes marcos históricos delimitadores, é possível identificar o evoluir da tutela da dignidade da pessoa humana como liame comum, acompanhando as conjunturas próprias à época de cada evento delimitador.

Palavras-chave: Direitos humanos. Fatos históricos. Contribuição para a evolução.

Abstract

This scientific article aims to effect an analysis of the main historical facts that contributed to the evolution of human rights. In addition to the conclusive synthesis, the result of the documentary and bibliographic research carried out, the importance and concept of human rights and the main historical milestones that contributed to its evolution were explored. Highlighted these delimiting historical landmarks, it is possible to identify the evolution of the protection of the dignity of the human person as a common bond, following the conjunctures specific to the time of each delimiting event.

Keywords: Human rights. Historical facts. Contribution to evolution

¹ Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL); Graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM); Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG) e de Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG); é docente da AMAN e do UBM.

1 Introdução

As noções da dignidade da pessoa humana vêm acompanhando os passos da Sociedade ao longo de sua História. De início, de forma difusa, progressivamente, passou-se a sua positivação, seja, em normas internacionais, seja, internamente, em conformidade com os sistemas jurídicos nacionais.

Os primeiros ensaios mais claros da necessidade de respeito mútuo e cooperação entre as pessoas foram legados pela Filosofia e remontam à Grécia antiga – aos diálogos de Sócrates – pela pena de Platão; buscava uma sociedade e cidadãos justos, construindo a harmonia social pela conduta moral dos cidadãos.

O conviver das nações, nesse contexto, vem sendo pródigo em discussões que envolvem uma preocupação universal crescente com o homem e seus direitos, destacadamente, no pós-Segunda Guerra Mundial, em razão das repercussões decorrentes das atrocidades nela presentes e, singularmente, cometidas pelo Nacional Socialismo alemão.

Como reflexo dessa conjuntura, no âmbito das relações internacionais hodiernas, há todo um comprometimento com a produção de atos internacionais de tutela dos DH. O perpassar do tempo vem aperfeiçoando-os e aumentando o seu universo.

Esse foi o itinerário metodológico que norteou a abordagem acadêmica do presente tema: os principais fatos históricos de importância para os direitos humanos.

Problematizando a pesquisa, perquiriu-se: Quais foram os principais fatos históricos da evolução dos direitos humanos e suas mais destacadas contribuições?

Para tanto, foram estabelecidos, como objetivo principal, analisar, na História, os mais destacados fatos que delimitaram e nortearam a evolução dos direitos humanos; como objetivos secundários, foram considerados os que se seguem: estudar a importância e o conceito dos direitos humanos; e analisar, ao longo da História contemporânea, quais foram os principais marcos históricos delimitadores da evolução dos direitos humanos com suas respectivas contribuições.

Como resultado dessa pesquisa, construiu-se o presente artigo científico que, após sua Introdução, explorou a “Importância e conceito dos direitos humanos” e “Os principais marcos históricos delimitadores da evolução dos direitos humanos”. A final, concluiu-se, destacando os principais contributos desses marcos.

2 Importância e conceito dos Direitos Humanos

Inicialmente, importa destacar a importância hodierna e o conceito de direitos humanos. A outro tanto, definir, com acerto científico, nem sempre é fácil. Por esse motivo, a literatura pertinente, de forma usual, em vez de conceito, apresenta um rol de direitos que se subsumem a essa classificação. De qualquer sorte, a pesquisa oferece meios para que se possa vencer com rigor técnico esse desafio.

Na contemporaneidade, há um vasto universo legal que, albergando o nomen direitos humanos, regra direitos multifacetados que tutelam a pessoa humana. Uma

substancial relação, embora não exaustiva, pode ser encontrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)²; complementarmente, grande número de atos internacionais, que têm como objeto tais direitos, redimensionam aquele rol exemplificativo aprovado na ONU.

A observação desses direitos, aos poucos conquistados, vem denunciando uma postura humana evitada de reflexões éticas. Assim, em sociedade como entre as nações, a ética vem pautando as relações, sejam as interpessoais – da “microética”, sejam as das coletividades – da “macroética”³. Hoje, como ontem, se discute ética na sociedade e nas relações humanas. Essa interação dialética vem sendo ampliada pela atmosfera pós-moderna⁴ e pelos princípios que norteiam os sistemas jurídicos contemporâneos. (PEGORARO, 1995, 2006).

Tais reflexões, submetendo a elas tanto os comportamentos interpessoais, analisados conforme a estrutura interior dos atos, como a postura e a atuação coletivas, ao se voltarem para os direitos do homem, construíram – como continuam a construir – um conjunto moral normativo, “originado diretamente de valores, independente da existência de prévias regras postas”, envolvendo:

faculdades que o Direito atribui a pessoas e aos grupos sociais, expressão de suas necessidades relativas à vida, à liberdade, igualdade, participação política, ou social ou a qualquer outro aspecto fundamental que afete o desenvolvimento integral das pessoas em uma comunidade de homens livres exigindo o respeito ou a atuação dos demais homens, dos grupos sociais e do estado, e com garantia dos poderes públicos para restabelecer seu exercício em caso de violação ou para realizar sua prestação. (PEACES-BARBA MARTÍNEZ et al, 1977, apud RAMOS, 2014, p. 34).

Ainda o mesmo autor, ao tratar desses direitos, refere que, por serem “vagas ou repletas de conceitos indeterminados, necessitam incessantemente de concretização judicial de seu alcance e sentido”. Sua tutela é ínsita ao ser humano, independente de coloração filosófico-ideológica, partido político com que se governa um país, cor da pele, religião que se professa ou estamento social a que se pertence.

A História mais recente demonstra que a humanidade já caminhou, consideravelmente, na conquista do respeito pelo ser humano, em particular após a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), dela decorrendo toda uma construção

2 Para maior cognição, vide “3.6 A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)”, *infra*.

3 A “microética” é a ética que envolve “as relações onde figuram pelo menos uma outra pessoa”; a “macroética” é a que se refere às “ações coletivas da ordem econômica, tecnológica, industrial, científica, política” e “todas as decisões tomadas em grupos e entidades” (PEGORARO, 2006, p. 101).

4 A pós-modernidade “[...] é um momento de transição paradigmática, que traz consigo o questionamento e o abalo de diversas estruturas tradicionais e mexe, sobretudo, com as grandes categorias que organizaram a passagem do Medievo para a Modernidade. Assim, os grandes arcanos e sólidos pressupostos da ordem moderna são colocados em questão vivendo-se, com base nisso, o refluxo existencial decorrente da mudança de certos emblemáticos arquétipos de ação”. (BITTAR, 2004, p. 33).

jurídica internacional de tutela à dignidade humana. Entretanto, esta mesma contemporaneidade demonstra que ainda há muito por construir:

- os conflitos armados entre países, embora tenha diminuído sua quantidade, todavia não desapareceram da face da Terra, levando a que, hoje, em razão do poder de destruição do armamento moderno, 95% das mortes envolvem não combatentes;
- ainda ecoam as explosões decorrentes dos atos terroristas do choque dos aviões com as Torres Gêmeas;
- a fome e a morte continuam a campear entre refugiados, na África ou entre os que demandam a Europa fugindo de perseguições ou da fome em seus países natais;
- grupos fundamentalistas islâmicos, por meio de uma interpretação apartada dos valores do verdadeiro Islã, continuam a atuar no mundo, impondo terrorismo e morte;
- a minoria uigure, de etnia muçulmana, vem sendo objeto de repressão pelo governo chinês;
- na América Latina, a narcoguerrilha ainda não abandonou as armas; as condições de vida impostas por ela às áreas onde operam enxotam cidadãos de seus lares em busca de condições mais seguras de vida;
- em Cuba, a mais longa ditadura contemporânea, que foi alimentada pela então União Soviética e que, hoje, para sobreviver, parasita a Venezuela, continua a lesar a dignidade de seus cidadãos de tal sorte que, mesmo desejando deixar a ilha, continuam proibidos de abandonar o “paraíso” socialista;
- ditadores, de esquerda ou de direita – facínoras, travestidos de líderes nacionais – impõem sua ideologia a custa de sofrimento de seu povo; e
- homens públicos pelo mundo afora promovem mortes nas filas dos hospitais, nas enfermidades dos bairros insalubres, na fome ainda presente entre os miseráveis etc., quando, locupletando-se em seus cargos, desviam, criminosamente, para si ou para os seus, recursos destinados à saúde, saneamento, educação ...

Há muito, a estrada percorrida pela humanidade na busca da realização do ser humano vem sendo trilhada com consideráveis conquistas; o fim almejado, entretanto, não foi e tão cedo, não será alcançado. Bobbio (1992, p. 18) aduz que o direito

se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc.

Logo, tais direitos constituem-se em importantes constructos normativos prospectivos, sempre dispostos a ser descobertos, expandidos ou concretizados.

Cabe, desse modo, perpassar por esses verdadeiros marcos históricos que ponham o caminhar da tutela do ser humano e de seus direitos personalíssimos para que se possa ter uma visão total e globalizada dessa evolução.

3 Os principais marcos históricos delimitadores da evolução dos Direitos Humanos

Os direitos humanos constituem-se em construção que se impôs ao longo da História, desde as sociedades primitivas até o mundo hodierno. Importa conhecer um pouco do inato sentimento de justiça, ínsito à natureza humana, que lhe deu origem, até seus principais marcos históricos que pautaram sua evolução.

3.1 O INATO SENTIMENTO DE JUSTIÇA E A NATUREZA HUMANA

O Direito, nas palavras de Ulpiano⁵ “[...] é a constante e perpétua vontade de atribuir a cada um o que é seu.” O seu de cada um é algo real que pertence a alguém, diferente do que pertence ao outro; são direitos em concreto, diferentes entre si. “O ‘seu’ tem em conta a dignidade e a irrepetibilidade da pessoa.” Já a “constante e perpétua vontade de atribuir” denota a predisposição do Direito acompanhar a evolução da sociedade no sentido de que o “seu de cada um” se diversifica, acompanhando as demandas das relações e necessidades adequadas aos diversos momentos por que passa a humanidade, verdadeiro nascedouro de novos direitos. (CUNHA, 2001).

Em Roma, no primeiro quartel do século III, Ulpiano já buscava uma sistematização do Direito, interpretando a aplicação da justiça, em conformidade com o corpo jurídico de então, na relação entre os homens.

É ínsito à natureza humana fazer juízo de valor e aplicá-lo sobre “o bem e o mal”, sobre “o que é meu e o que é seu”. Assim se construiu uma progressiva complexidade normativa do conviver. Com o tempo, os grupos sociais passaram a desenvolver estruturas normativas necessárias para a sua sobrevivência, satisfação e felicidade. O respeito à vida, às necessidades sociais, ao patrimônio foram impondo-se como normas, de início, consuetudinárias, mais tarde, positivadas.

Os direitos, conforme uma ordem natural, passaram a referir-se, não apenas às pessoas, per se, mas, também, de modo difuso, aos grupos sociais. Dentre esses, alguns, de forma peculiar, tiveram como objeto a tutela da vida, liberdade, igualdade, participação política etc.

Ocorre que uma construção legal, de início consuetudinária, mais tarde, positivada, veio sendo edificada, acompanhando a construção das complexas relações sociais. Os valores ético-morais nas relações intersubjetivas e entre as nações evoluíram, na senda do progresso. A preocupação com o ser humano foi, gradativamente, tomando dimensões que passaram a transcender as partes em confronto ou conflito. Erigiu-se, aos poucos, todo um ideário de tutela de direitos e deveres jurídicos, neles inseridos os que se referem à dignidade humana, que passou a ser conhecidos por direitos humanos.

Para se compreender a transcendência desses direitos e o processo socio-filo-

⁵ Ulpiano foi um renomado jurista romano, nascido, provavelmente em 180, em Tiro, na Fenícia, e morto em 228, em Roma. Seus trabalhos constituíram uma das principais fontes do Digesto. (MACDONELL; MANSON, 1914).

sófico que lhe deu origem, necessário é lançar um olhar pelo tempo, buscando seus principais eventos históricos. Dessa forma, apesar de inúmeros métodos científicos poderem também instrumentalizar tal perpassar, optou-se, entretanto, por um breve esborço histórico da sua evolução, levando em consideração seus principais marcos.

3.2 O ILUMINISMO, A REVOLUÇÃO INGLESA, A INDEPENDÊNCIA AMERICANA E A REVOLUÇÃO FRANCESA

Apoiada em princípios orientados finalisticamente para o ser humano, surgiu, no século XVII (ou até mesmo nos séculos anteriores na visão de alguns historiadores), o movimento de ideias nominado de Iluminismo. Desenvolveu-se no século XVIII que, por isto, ficou conhecido como “século das luzes”.

Foi o precursor dos movimentos denominados de “revoluções burguesas”, que derrubaram os regimes absolutistas de então – do Antigo Regime. Lançou as bases para a eclosão da Revolução Inglesa, da Revolução Industrial, da Independência Americana e da Revolução Francesa, com repercussão percebida ainda nos tempos hodiernos.

A par da consolidação do poder político nas mãos da burguesia e da definição de um novel modus econômico para a época, o capitalismo, esses importantes eventos históricos facultaram o nascer de todo um quadro axiológico voltado para a pessoa humana, que vem se ampliando com o evoluir de suas relações.

As lentes da História, perpassando pela Revolução Inglesa, Independência Americana e Revolução Francesa, permitem identificar, além dos valores iluministas, presentes em todos esses marcantes eventos, a motivação ideológica que sucessivamente contaminou os fatos que foram se sucedendo.

3.2.1 o Iluminismo

Utilizando-se da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos, o Iluminismo configurou-se como um movimento filosófico crítico da “tradição cultural e institucional”. Embora tenha alimentado ideias de que as ciências experimentais poderiam fornecer subsídios para a construção das melhores condições voltadas à perfectibilidade humana, não se pode encontrar nele um sistema homogêneo de ideias ou uma escola de pensamento.

Tomando por base reflexões amparadas no direito natural, o Iluminismo, a par de inúmeras outras considerações de cunho sociológico, filosófico, social etc., já tecia considerações quanto a um direito inalienável do homem, a sua dignidade, “pelo simples fato de ser homem.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Em termos gerais, Edward McNall Burns (1972a, p. 576-577) descreve que ideais iluministas envolviam:

- uma “revisão dos códigos penais iníquos” e “um tratamento mais brando dos prisioneiros”;
- “oposição à escravidão e à guerra”;
- “maior simpatia pelas classes inferiores”;
- “revolta contra as bases sobrenaturais da moral cristã”;

- “procura de uma nova base para a moral” calcada “nos instintos naturais do indivíduo ou em considerações de utilidade social”.

3.2.2 A Revolução Inglesa

O que a História reconhece como Revolução Inglesa, refere-se a inúmeros conflitos, ocorridos entre 1642 a 1689⁶, que envolveram a decadência do absolutismo inglês, a par da progressiva ascensão da burguesia e do parlamentarismo. Assim, reduziu os poderes despóticos dos monarcas, subordinando-os ao Parlamento.

De se destacar, por importar ao objeto do presente artigo, o último desses conflitos: a Revolução Gloriosa, de 1688-1689, e o conseqüente Bill of Rights, que alimentou a teoria política de Voltaire, Jefferson e Paine⁷. Foi o último movimento dessa quadra da história da Inglaterra, que antepôs “absolutismo versus parlamentarismo”, levando ao banimento daquele.

Ao termo destas antinômicas posições históricas de despotismo versus parlamentarismo, ocorridas em solo inglês, políticos da classe média e alta convidaram o príncipe holandês Guilherme de Orange e sua mulher Maria, a assumirem o trono da Inglaterra, que foi declarado vago. O rei Jaime, deposto, se refugiou na França. O príncipe holandês anuiu, assumindo o trono sem confronto armado, admitindo, entretanto, maiores poderes ao parlamento. Assim, para proteger os direitos dos ingleses e os do próprio parlamento contra eventual interferência da coroa, foram aprovadas inúmeras leis com esse fim. (BURNS, 1972a).

Destas, por representar o ápice desse momento histórico de relativização do poder monárquico, o Bill of Rights – “lei dos direitos dos cidadãos” – aprovada pelo parlamento, em 1689, que, entre outros aspectos:

- estabeleceu o “julgamento pelo júri e afirmava o direito de recurso ao governo para reparação de injustiças”;
- contrapôs-se à “fiança excessiva”, às “punições cruéis” e às “multas exorbitantes”; e
- impediu ao “rei suspender a execução das leis ou de lançar impostos sem permissão do parlamento”.

O ideal revolucionário inglês muito contribuiu para as Independência Ameri-

6 Guerra Civil (1642-1648); Regime Republicano (1649-1659); Restauração monárquica (1660-1688); e Revolução Gloriosa (1688-1689). (BURNS, 1972a).

7 François Marie Arouet Voltaire, o “gênio do sarcasmo”: “escreveu aproximadamente cem volumes, sobre os mais diversos assuntos”, “viveu até quase a deflagração da Revolução Francesa”, “sua carreira foi motivada por um apaixonado desejo de reestruturar o mundo conforme os ditames da razão iluminada”; Thomas Jefferson: “não tinha ainda renome mundial quando foi escolhido, aos trinta e três anos de idade, pelo Congresso Continental, para elaborar a Declaração de Independência” americana. Já era famoso quando, dois anos antes, escreveu “Breves considerações sobre os diretos da América britânica”, onde já defendia os ideais, mais tarde presentes na Declaração; Thomas Paine foi o autor do folheto anônimo Common Sense (Senso Comum), de 1776, que incitou os americanos a lutar pela sua independência. “Acredita-se que praticamente todas as pessoas alfabetizadas, nas treze colônias, tenham lido o inflamado panfleto”. Na sua incitação pela independência americana escreveu: “Os laços continentais estão frouxos e só uma coisa nos unirá e nos manterá juntos, a independência [...] Um continente não pode permanecer ligado a uma ilha”. (DOWNS, 1969, p. 112).

cana e Revolução Francesa: seu exemplo de abolição de governos absolutos inspirou os respectivos líderes desses movimentos históricos. Seus reflexos podem ser identificados no fato de que “porção considerável do Bill of Rights foi incorporada à Declaração dos Direitos do Homem, em 1789, na França, e às dez primeiras emendas à Constituição Americana”. (BURNS, 1972a, p. 530).

3.2.3 A Independência Americana

Na reverberação da onda iluminista que grassava pelo mundo, nas Américas, outro importante marco histórico se descortinava: a Independência Americana, processo histórico iniciado em 1775. Tratou-se de um movimento de libertação da colônia inglesa na América que, ao desenvolver-se economicamente, vinha concorrendo com a metrópole, e que por isso, passou a sofrer restrições a sua autonomia

Como medidas restritivas à pujança da colônia o Parlamento inglês impôs inúmeros impostos e leis, que tinham por objetivo combater o comércio; de se destacar, o Stamp Act⁸, o Sugar Act⁹ e o Tea Act¹⁰. Tais medidas confrontavam-se com os ideais iluministas de liberdade e de autonomia da colônia.

Reagindo às medidas restritivas da Inglaterra, a colônia se recusou ao pagamento dos impostos e suspendeu o comércio com a metrópole, promovendo-lhe severos prejuízos. Após renovar a cobrança de tributos por ato do ministro Charles Townshend, intensa reação de protesto ocorreu, com manifestações no mais importante porto colonial, de Boston – The Boston Tea Party. O confronto culminou com a ocupação de navios ingleses, despejo da carga de chá no mar e disparos de tropas inglesas sobre a multidão. Após isto, intensificaram-se as medidas restritivas, com os Intolerable Acts – as Leis Intoleráveis, que, na visão de Cláudio Vicentino (2002):

- determinaram o fechamento do porto de Boston até que se indenizassem os prejuízos causados a navios ingleses;
- promoveram a ocupação militar de Massachusetts, onde Boston se localizava;
- estabeleceram fossem os funcionários ingleses que cometessem crimes julgados em outra colônia ou na Inglaterra;
- devessem os soldados britânicos ser alojados pelos colonos; e
- fossem reduzidas as colônias norte-americanas do centro-oeste, ficando subordinadas ao governador inglês de Quebec.

Relata o mesmo autor, que, respaldados nos ideais iluministas, que então grassavam, os colonos, sucessivamente:

8 “O Stamp Act, de 1765, determinava a compra de selos emitidos pela coroa inglesa: “[...] mandava afixar estampilhas do valor de meio pênny até vinte xelins em todos os jornais, folhetos, contas comerciais, documentos legais e outros papéis do mesmo gênero”. (BURNS, 1972, p. 765).

9 O Sugar Act, de 1764, foi uma lei inglesa pela “qual o açúcar que não fosse proveniente das Antilhas britânicas sofreria uma alta taxaço”, afetando diretamente a economia da colônia que adquiria o produto de outras Antilhas que não a britânica. (VICENTINO, 2002, p. 247).

10 O Tea Act não se constituía em imposto. Com o ato, o comércio de chá passou a ser monopólio da Companhia das Índias Orientais, com sede em Londres, excluindo os norte-americanos. (VICENTINO, 2002).

- boicotaram o comércio com a Inglaterra, por meio do Primeiro Congresso Continental da Filadélfia, em 1774;

- decidiram romper os laços coloniais com a metrópole, no Segundo Congresso Continental de Filadélfia, de 1775; e

- a 4 de julho de 1776, publicaram a Declaração de Independência, elaborada por Thomas Jefferson¹¹, pela qual as treze colônias proclamaram sua emancipação política, unilateral e formalmente, adotando a expressão “Estados Unidos da América” usada por Paine. (DOWNS, 1969, p. 112).

A influência iluminista, com nítido caráter de tutelar a dignidade humana, pode ser identificada no preâmbulo do texto da Declaração:

[...] Consideramos as seguintes verdades como autoevidentes (sic), a saber, que todos os homens são criaturas iguais, dotadas pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade (grifo nosso). (COMPARATO, 2010, p. 121)

Abreviando a história do que viria ser a primeira república da América, após longo período de lutas, em 1783, pelo Tratado de Paris, a Inglaterra reconheceu a independência norte-americana. Sua constituição, nas dez primeiras emendas, no melhor estilo iluminista, apresenta o que se conhece por Bill of Rights dos Estados Unidos (Carta dos Direitos dos Estados Unidos ou Declaração dos Direitos dos Cidadãos dos Estados Unidos). (BURNS, 1972b; VICENTINO, 2002)

3.2.4 A Revolução Francesa

Não descurando a importância da Revolução Inglesa, do século XVIII, e da Independência Americana, de 1776, sem dúvida a Revolução Francesa, no fim do século XVIII (1789-1799), pelas contribuições históricas, constituiu-se no berço maior de direitos menos patrimonialistas e mais voltados à dignidade humana.

Como resultado de longo período de espoliação por meio de impostos elevados, convivendo com isenções para os nobres e o clero, em detrimento da miséria a que fora submetido, o Terceiro Estado – o povo (incluídos os burgueses, os camponeses, e os *sans culottes*¹²) – se revoltou contra o antigo regime monárquico absolutista, dominado pelos Primeiro Estado – o Alto Clero – e Segundo Estado – a nobreza. Tal movimento social, sob a inspiração do Iluminismo, cujas ideias grassavam na

11 Benjamim Franklin, John Adams, Roger Sherman e Robert Livingston colaboraram na elaboração da Declaração. (VICENTINO, 2002).

12 Assim foi chamado, na época da Revolução Francesa, o “grupo social bastante heterogêneo, formado de trabalhadores independentes, pequenos comerciantes, artesãos e também operários, oficiais e aprendizes” (GODECHOT, 1976, p. 217). Receberam esse nome por sua aparência popular: usavam calça, vestimenta de trabalho, [...] uma camisa, uma jaqueta curta, a carmanhola; [...] o barrete frígio, símbolo antigo da escravidão libertada, marcado pela insígnia nacional; [...] e não os “cullotes”, “roupa de ostentação do aristocrata”. Literalmente traduzido do francês significa “sem calções”. (PÉRONNET, 1998, p. 248-250).

Europa, promoveu verdadeira convulsão nos direitos dos povos. Pela dimensão de seus efeitos, estendeu reflexos até os dias atuais. (GODECHOT, 1976).

Edward McNall Burns (1972b, p. 608) aduz que a Assembleia Nacional Constituinte francesa, em 27 de agosto de 1789, promulgou uma verdadeira "carta de liberdades": a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, parcialmente inspirada no Bill of Rights dos ingleses e nos ensinamentos de filósofos políticos liberais. De seu conteúdo pode-se inferir algumas ideias que a permeavam:

Tanto a propriedade como a liberdade, a segurança e a "resistência à opressão" são declarados direitos naturais. Ninguém pode ser despojado de suas posses a não ser em caso de necessidade pública, e sob a condição estrita de ser "prévia e equitativamente indenizado". [...] A liberdade de palavra, a tolerância religiosa e a liberdade da imprensa são declaradas direitos naturais. Todos os cidadãos têm direito a tratamento igual nos tribunais. Ninguém pode ser preso ou punido de qualquer forma senão em virtude de processo judiciário.

O regime de servidão foi abolido e proclamado todo um ideário, que se consagrou como o de *liberté, égalité, fraternité* – liberdade, igualdade, fraternidade. Rompendo com a sujeição absoluta ao Estado, essa chama revolucionária inspiradora transcendeu as lindes francesas: disseminou-se entre as nações, terminando por colocar por terra, definitivamente, o absolutismo e dando início ao aprofundamento e a novas perspectivas aos direitos voltados para às necessidades humanas.

Esse ideário deu origem às três primeiras dimensões (gerações) de direitos dos indivíduos: a "liberdade" correspondeu à primeira dimensão (de direitos individuais, envolvendo os direitos civis e políticos – da liberdade política, de expressão religiosa e comercial); a "igualdade", à segunda dimensão (de direitos coletivos, envolvendo os direitos sociais, econômicos e culturais); e a "fraternidade", à terceira dimensão (de direitos de toda a humanidade) (KAREL VASAK, apud MARMELESTEIN, p. 53).

Sob os efeitos dessa convulsão histórico-libertária, cada vez mais, passou-se a perseguir os ideais iluministas, não tendo conseguido atingi-los em toda a sua plenitude: o liberalismo, o capitalismo e o individualismo, marcas da Modernidade jurídica, não realizaram a igualdade entre os homens, no nível social desejado, e muito menos facultaram a liberdade ou desenvolveram a fraternidade, no patamar almejado. Passou-se a viver sob um impasse existencial amargo já que, rompendo com o absolutismo, as revoluções burguesas decorrentes desses ideais não atingiram todos os objetivos pretendidos.

O que se vislumbra, como desvio da Revolução Francesa, foi uma exacerbação do individualismo. Os direitos privados, apartados da presença do Estado como reflexo da Revolução, passaram, não raro, a constituir-se em instrumento de lesão aos direitos daqueles que à época apresentavam fragilidade social, cultural, econômica e até educacional. Como tudo o que se pactuava na esfera privada devia ser cumprido, mesmo que lesivo a uma das partes, o Estado não tinha, legalmente, como intervir.

As engrenagens da evolução se fizeram sentir, de novo. Em face dos desvios no pós Revolução Francesa, como reflexo, a sociedade impôs um crescente retorno da intervenção do Estado nas relações privadas. A partir de então, entretanto, o organismo estatal, passou, de forma crescente, a se voltar para as relações privadas, não mais como onipresente despotismo, todavia, como garantidor do mais vulnerável, do homem, em sua dignidade. Desse modo, é possível observar o germinar de toda uma construção normativa, em eterna gestação, voltada para o escopo teleológico do estado e respectivo sistema jurídico: a felicidade humana.

Embora a dignidade da pessoa humana esteja presente, tanto nas relações internas dos Estados, como nas relações entre os Estados propriamente ditas – ao longo de toda a História, mesmo a mais antiga, somente a partir da Revolução Francesa foi possível perceber o nascimento de estruturas sistematizadas para a sua tutela. Desde então, a dignidade passou a ser recepcionada como um direito próprio do homem, seja por positivação em normas constitucionais e infraconstitucionais, seja por atenção ímpar em normas internacionais, constituindo uma verdadeira base axiológica orientadora das transformações sociais.

3.3 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em 1760 e adquirindo todo o seu ímpeto a partir do século XIX¹³, decorreu, dentre outros fatores, de progressos técnicos, como a invenção da máquina e da sua aplicação à indústria, o que provocou uma mudança sem precedentes nos métodos de trabalho e inúmeras consequências jurídicas e econômicas, entre outras. Igualmente, pode-se imputar as condições políticas e sociais favoráveis atingidas com a Revolução Gloriosa, que relativizou o poder dos soberanos em benefício da iniciativa privada, premiando o sucesso nos negócios. (BURNS, 1972b).

Adveio um período de crescimento econômico, por conta do desenvolvimento das técnicas de produção; mesmo assim, não ocorreu sem sacrifícios. Parcela da população era empregada como mão de obra nas indústrias, em circunstâncias lastimáveis; até crianças eram utilizadas na força do trabalho. O ambiente das fábricas era insalubre, não havia salário digno, nem férias. As condições sociais se deterioraram por conta disso, destacando-se a acumulação de riqueza em mãos de uma minoria, em detrimento dessa imensa massa de trabalhadores, muitos dos quais produto de um grande êxodo rural, em busca de uma vida melhor nas cidades.

Essa conjuntura serviu de palco para a primeira aplicação histórica das dimensões do Direito. Surgiram as primeiras legislações de segunda dimensão, de cunho social: “inúmeros direitos destinados a melhorar a vida dos trabalhadores”, sinalizando um dilargar da visão legislativa, inspirado no ideal reformador da Revolução Francesa.

13 “Muitos historiadores dividem o movimento em duas grandes fases [Primeira e Segunda Revolução Industrial], servindo o ano de 1860 como marco divisório aproximado entre ambas”. (BURNS, 1972b, p. 661).

Ademais, a partir da Revolução Industrial, o desenvolver cada vez mais complexo e acelerado da humanidade impôs um incremento geométrico de demandas, muito além da tutela do trabalhador, antecipando-se à construção harmonizadora legislativa destinada a regulamentá-las. Como os direitos se constituem em elaboração humana, decorrente da necessidade de harmonizar interesses antagônicos, quanto mais complexo for o grupo social, maior a possibilidade de conflitos; quanto mais desenvolvido, mais heterogêneos os direitos (BOBBIO, 1992, p. 18-19).

3.4 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (I GM), A REVOLUÇÃO COMUNISTA RUSSA DE 1917 E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (II GM)

A primeira metade do século XX foi pródiga em agressões à humanidade. Três grandes convulsões sociais, cujas consequências reverberaram praticamente por todo o globo, destacaram-se pela dimensão de mortos, feridos e lesão à dignidade da pessoa humana: a I GM, a Revolução Comunista Russa de 1917 e sua tentativa de estender ao mundo o ideário socialista e a II GM. De comum, as consequências de cada uma que, vistas como um todo, permitem identificar a sociedade reagindo ao descalabro, ao abuso, à barbárie.

3.4.1 A I GM

A I GM – de 1914 a 1918 – foi o primeiro grande conflito que a História reconheceu como de espectro mundial¹⁴. Foi uma guerra geral europeia, que se estendeu pelo mundo, pelas respectivas colônias dos países envolvidos, pelo Oriente e Oriente Médio, envolvendo, mais tarde, os EUA.

Adrian Gilbert (2014, p. 240) informa quanto ao preço dessa guerra, em vidas humanas: “oito milhões de mortos nos campos de batalha”, “cerca de 6.642.000 mortos civis” e “22 milhões de feridos”. O desenvolvimento tecnológico cooptou com esse grande número de baixas. O armamento e material militares tiveram

14 A I GM teve como origem mediata as rivalidades nacionalistas nos campos econômicos e políticos que se desenvolveram na Europa já a partir do século anterior. Foi uma guerra geral que se desenvolveu, predominantemente, em território europeu. Como origem imediata é possível identificar as “hostilidades entre o Império Austro-Húngaro e o Estado vizinho da Sérvia com relação ao domínio da Bósnia, um Estado de predominância eslava sob a jurisdição austríaca”. Seu estopim foi o assassinato de Francisco Ferdinando – que fazia uma visita oficial à capital Bósnia de Sarajevo, em 28 de junho de 1914 – por um nacionalista sérvio. A Áustria ameaçou a Sérvia com a guerra, que tinha Rússia, como aliada. Em 28 de julho a Áustria invadiu a Sérvia. Estava iniciada a guerra. As alianças até então existentes – de um lado, a França e Rússia (aliados desde 1894) e a Tríplice Entente, a Grã-Bretanha, Rússia e França, a partir de 1907; de outro, as Potências Centrais, da Alemanha, Áustria-Hungria e Itália (que militarmente neutra no início, voltou-se contra seus antigos aliados em 1915) – facultaram o início do conflito armado. A guerra se ampliou: estendeu-se até o Oriente – o Japão (aliado da Grã-Bretanha que declarou guerra à Alemanha em 1914) e a China (declarou, em 1917); no Oriente Médio, o Império otomano se alinhou à Alemanha; os EUA, ao seu turno, em 1917, sob a justificativa de libertar os “territórios tomados pela Alemanha e na autodeterminação de nações dominadas pelos impérios europeus”, também veio a declarar guerra contra a Alemanha. (GILBERT, 2014, p. 212-214).

sua letalidade incrementada: veículos blindados, gases venenosos, artilharia de mais grosso calibre, aeroplanos militares, couraçados navais, submarinos etc.

Sob a ótica da dignidade humana, o conflito foi palco de inúmeras atrocidades, tendo o mundo testemunhado atos de intensa brutalidade contra civis que impac-taram a população, inclusive, no sentido de admitir tais agressões como próprias desses conflitos:

[...] Das execuções sumárias de civis belgas por soldados alemães e de sérvios por austro-húngaros, passando pela perseguição e, finalmente, chegando à matança genocida de armênios no Império Otomano, ao bombardeio aéreo de Londres e de outras cidades por zepelins alemães, as populações civis sofreram atrocidades em um nível que a Europa e sua periferia não viam desde que a Guerra dos Trinta Anos (1618-48). [...] A Primeira Guerra Mundial – uma revolução global em muitos aspectos – acima de tudo redefiniu o que as pessoas poderiam aceitar, suportar ou justificar, e por isso se destaca como um marco na experiência humana pelo tanto que dessensibilizou a humanidade para a de-sumanidade da guerra moderna. (SONDHAUS, 2013).

O confronto encerrou com a vitória dos aliados; um armistício foi assinado em 11 de novembro de 1918, seguido pelo tratado de paz de Versalhes, de 1919, entre as potências europeias, que impôs à Alemanha reparações e perdas territoriais.

A ambiência decorrente dos efeitos da I GM levou a que os tratados que lhe puseram fim fizessem referência ao “Convênio da Liga das Nações”. Tinha como finalidade a cooperação dos países para a paz, todavia, não obteve grandes vitórias nesse mister. Teve êxito apenas em evitar a guerra entre nações de menor expressão. Entretanto, Edward McNall Burns (1972b, p. 869) relata conquistas menos espetaculares, mas valiosas, sob a ótica dos direitos humanos:

Reprimiu o tráfico internacional de ópio e ajudou países pobres e atrasados na profilaxia de moléstias contagiosas. Suas agências coligiram valiosas estatísticas sobre as condições do trabalho e da economia mundial. Realizou plebiscitos em zonas disputadas, superintendeu a administração de cidades internacionalizadas, ajudou a acomodar refugiados políticos e raciais e iniciou, com grande eficiência, a codificação do direito internacional.

Embora não tenha sido eficaz para os fins pretendidos, a Liga das Nações, como consequência da I GM, iniciou a formação das bases para uma futura cooperação internacional mais efetiva.

É possível inferir que os horrores da guerra levaram a parte das nações perceber a necessidade do estabelecimento de limites normativos internacionais para evitar excessos e tutelar o ser humano; a Liga das Nações foi uma tentativa nesse sentido.

3.4.2 A Revolução Comunista Russa de 1917

Em 1917, em pleno curso da I GM, teve início, na Rússia, a Revolução de Outubro, sob a inspiração ideológica do Manifesto Comunista, de Karl Marx. Foi um movimento revolucionário bolchevique¹⁵, da “ala radical da socialdemocracia russa” fundador do Comunismo do Século XX. Instalou-se como um “movimento revolucionário com tendência universalista e de sistema de poder”. Assim, capitaneada pela Rússia e comandada unipartidariamente pelo Partido Comunista, em 1922, foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Estado único, resultado da união dos Estados circunvizinhos à Rússia: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Estônia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Moldávia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão. (ARRUDA, 1980).

A forma centralizada de condução política legada pelo stalinismo levou a que a URSS conduzisse sua política interna com mão de ferro, e as suas relações externas, com ações militares, para manter seu apetite expansionista, à custa de vidas humanas, prisões, supressão de oposição política, quando julgasse devido.

Quando um Estado comunista reivindica sua autonomia, aproxima-se rapidamente do conflito e da ruptura, como aconteceu primeiro com a Iugoslávia de Tito e depois com a China de Mao. Se nesses dois casos a URSS não conseguiu se impor, em outros as tentativas de conquista de autonomia ou de independência empreendidas pelas elites comunistas locais foram reprimidas sem hesitação pelas forças militares da URSS, como ocorreu em 1956 na Hungria e em 1968 na Tchecoslováquia. (GROPPO, 2008, p. 137).

A implantação do comunismo na Rússia e a tentativa de exportar o seu ideário, muitas vezes com êxito, e de se antepor aos EUA e ao mundo capitalista, impôs grande sacrifício humano e sofrimento incalculável, também na casa de milhões de inocentes. A historiografia mais recente, vem se debruçando sobre o passado e sobre documentos-arquivo que vão sendo revelados, passo a passo. Autores como Andrea Gullotta (2017, p. 41-42) trazem a lume discussões quanto à “natureza repressiva do regime soviético, e especificamente a notável quantidade de cidadãos presos, exilados, aprisionados nos gulags, fuzilados ou falecidos em circunstâncias causadas pelo Estado Soviético¹⁶”:

15 Eram os integrantes da facção do Partido Operário Social-Democrata Russo liderada por Lenin; defendiam uma revolução socialista pelas armas, ao contrário dos mencheviques, favoráveis a uma revolução mais moderada. (ARRUDA, 1980).

16 Nesse mesmo diapasão, Anne Applebaum (2009) informa quanto aos sofrimentos infligidos pelo regime soviético aos “poloneses, baltas, ucranianos, tchetchenos e prisioneiros de guerra alemães e japoneses, às matanças de 1937-38 que ocorreram principalmente fora dos campos”, e ao “massacre de milhares de oficiais poloneses em Katyn e outros lugares”.

As prisões de massa na sequência imediata da revolução, as violências resultantes da Guerra Civil, a criação de campos de concentração improvisados, o nascimento da Tcheká e a continuação de ações repressivas mesmo após o término da Guerra Civil foram acontecimentos ocorridos sem solução de continuidade. Eles levaram à superpopulação dos cárceres e dos campos soviéticos e à criação, em 1923, do “laboratório” do gulag, o “campo de destinação especial” nas ilhas Solovki. Nele foram testados os métodos de utilização do trabalho forçado de prisioneiros para sustentar o desenvolvimento econômico do Estado soviético que seriam depois aproveitados por Stalin para criar o complexo de campos de concentração administrados por uma nova instituição, precisamente o GULag, necessário para a industrialização do país. [...] A publicação de [...] Soljenitsyn, O arquipélago GULag¹⁷ (Soljenitsyn 1974), conseguiu retirar de modo definitivo o véu de silêncio sobre a realidade dos campos soviéticos e, de modo mais amplo, sobre toda a máquina repressiva estatal da URSS.

A partir da metade do século XX, consoante o ideário de expansão ideológico comunista, depois de ter se consolidado em território russo, a Revolução estendeu seu alcance e se instalou na Europa Oriental, na China, em alguns outros países asiáticos, e em Cuba; em suas tentativas de exportar a revolução comunista, também, intentou a tomada do poder em muitas outras partes do mundo. Procurou aproveitar-se das condições sócio-político-econômicas dos países em desenvolvimento ou em guerras de libertação colonial, notadamente, na América Latina e África, respectivamente; de se destacar que não logrou êxito em países desenvolvidos. (GROPO, 2008).

O mundo se dicotomizou; nasceu a Guerra Fria, caracterizada pelo enfrentamento político-armamentista Leste-Oeste, entre os países ocidentais, capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e os comunistas, liderados pela URSS. Esse status quo se manteve até a exaustão econômica e desintegração política do império soviético, em 1991, recuperando, cada república que o integrava, a sua individualidade como Estado. A partir de então, o modelo comunista soviético “já não aparece como o protótipo de um futuro desejável também para os outros países, e sim como uma empresa que teve um altíssimo custo humano e que terminou em falência, e que, de uma forma ou de outra, já é um episódio do passado.” (GROPPO, p. 121).

Seu legado histórico de agressão ao homem, sob o prisma da construção de uma consciência universal voltada para a dignidade humana, cooperou no sentido de robustecer a natural repulsa à agressão a esses direitos que a humanidade, gradualmente, já havia iniciado a construir.

Seu impacto maior, por certo, se deu no mundo ocidental capitalista, espaço

17 “Sigla de Glávnoe Upravlénie Lagueriei (Direção Geral dos Campos). A instituição foi criada em 1930 para administrar, sob a égide de uma única instituição central, a expansão dos campos de concentração em toda a União Soviética.” (GULLOTTA, 2017, p. 50).

geopolítico objeto de tentativas de exportação revolucionária do comunismo sob os auspícios da então URSS.

3.4.3 A II GM

Adrian Gilbert (2015, p. 242), em sintético juízo de valor referente à Segunda Guerra Mundial, aduz que foi “[...] o mais violento e devastador [...] da história humana”, “que começou como uma disputa essencialmente regional, em 1939”, “converteu-se em uma guerra global” e “culminou no lançamento da bomba atômica sobre o Japão, seis anos depois¹⁸. Diz ainda que teve como resultado “50 milhões de pessoas” mortas, “dois terços civis”.

Esse conflito, de magnitude mundial, deu-se entre as forças do Eixo – inicialmente, Alemanha, Japão e Itália – e os Aliados – notadamente, Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e França.

Igualmente, não se pode deixar de mencionar a agressão à dignidade da pessoa humana promovida pelo Nacional Socialismo alemão, da Segunda Grande Guerra: o regime nazista enviou “18 milhões de pessoas a campos de concentração, com a morte de 11 milhões de pessoas, sendo seis milhões de judeus, além de comunistas, homossexuais e ciganos¹⁹. Da mesma forma, impossível olvidar o morticínio imposto a milhares de civis japoneses inocentes, pelas bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki. (PIOVESAN, 2008, p. 5-7).

Como esforço de reconstrução dos direitos que foram violentados na II GM, de se compulsar, dois grandes julgamentos de crimes cometidos durante a guerra vieram a fazer parte das medidas destinadas a combater os abusos praticados: o Tribunal de Nuremberg e o Tribunal Militar para o Extremo Oriente. O primeiro julgou os líderes nazistas e o segundo, os líderes do Império do Japão, por crimes que, com base no direito consuetudinário¹⁹, se pode generalizar como de guerra e contra a humanidade. Como reflexo da II GM, esses tribunais contribuíram para o reconhecimento e internacionalização dos direitos humanos. (RAMOS, 2014).

18 A II GM teve como uma de suas causas o profundo ressentimento alemão decorrente das perdas territoriais sofridas e das indenizações impostas pelos vencedores da I GM. A par disto, a ascensão ao poder de Hitler, na Alemanha nazista, de Mussolini, na Itália fascista e, no oriente, a postura militarista do Japão, levou a que estes países se aliassem em um pacto contra as atividades subversivas soviéticas do Cominter. À revelia do Tratado de Versalhes, porém apoiada nas alianças feitas, a Alemanha vinha se armando. Em 1º de setembro de 1939, alegando um ataque polonês a um posto de rádio da cidade de Gleiwitz, a Alemanha invadiu a Polônia. Em seguida, sucederam-se as invasões da Dinamarca, em 24 horas; da Noruega, em 23 dias; da Holanda, em 5 dias, da Bélgica, em 18 dias e da França, em pouco mais de cinco semanas. Já como consequências da invasão da Polônia, dois dias depois, a França e parte substancial dos países da Comunidade Britânica declararam guerra à Alemanha. Outros países só o fizeram mais tarde, após serem atacados: a União Soviética, quando invadida pelos alemães; os Estados Unidos, após serem bombardeados pelos japoneses em Pearl Harbor; os países baixos, ao terem suas colônias ultramarinas atacadas. A guerra terminou, com a rendição do Japão, em 1945. Essa guerra, de magnitude mundial, levou ao surgimento das Nações Unidas com a finalidade de estimular a cooperação global e evitar futuros conflitos. (GILBERT, 2014).

19 Parte da doutrina jurídica entende que inexistiu primor técnico, conforme o direito penal, na medida em que as condutas criminosas não estavam tipificadas em norma positivada, anterior a sua prática.

A II GM constituiu-se em elemento histórico fundamental para os movimentos que a humanidade daria, a partir do seu término, na procura da paz entre as nações. O grande número de mortos decorrente desse conflito, o aumento desmesurado de civis entre as vítimas dos combates e o extermínio sistematizado de judeus, verdadeiras rupturas com os direitos humanos, despertou entre os homens a necessidade de diminuir o sofrimento e melhor proteger as vítimas das atrocidades e a imensa legião de vulneráveis que o viver propicia.

3.5 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Em reação à então ruptura com os direitos humanos, ocorridos, particularmente, na II GM, desenvolveu-se, no pós-guerra, tanto no âmbito internacional, como interno às nações, uma demanda por sua tutela legal. Como resultado do impacto e “com o objetivo principal de evitar a repetição das tragédias provocadas por guerras”, entre 1941 e 1944, os países aliados realizaram quatro conferências nas quais discutiram a criação de um organismo internacional com a finalidade de “manter a paz e a segurança internacionais”.

Em abril de 1945, com a participação de 50 Estados, na Conferência de São Francisco, os termos da futura Carta das Nações Unidas foram redigidos e em 26 de junho de 1945 foi assinada pelas nações participantes. Em 24 de outubro de 1945, a ONU veio realmente a existir, por ter sua Carta sido ratificada pelas “cinco maiores potências dos aliados (os cinco membros permanentes atuais do Conselho de Segurança) e pela maioria dos outros 46 membros signatários”. Hoje conta com 193 membros que estão representados na Assembleia Geral e presentes, por representações desse universo, em outros órgãos e comissões. (LANGHOLTZ, 2012).

Hildebrando Accioly, G.E do Nascimento e Silva e Paulo Borba Casella (2012), destacam, entre os principais objetivos da ONU, os de:

- manter a paz internacional;
- garantir os direitos humanos;
- promover o desenvolvimento sócio econômico das nações;
- incentivar a autonomia das etnias dependentes; e
- tornar mais fortes os laços entre países soberanos.

É possível asseverar que essa organização internacional, mantidos os objetivos originalmente estabelecidos em sua Carta, vem ampliando suas atividades para enfrentar os problemas que o complexo e contínuo evoluir da sociedade lhe impõe. No presente século enfrenta as principais questões com que a humanidade se defronta:

a paz e segurança, as mudanças climáticas, o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, o desarmamento, o terrorismo, as emergências humanitárias e de saúde, a igualdade de gênero, a governança global, a produção de alimentos e muito mais. (NAÇÕES UNIDAS, 2020).

Até o advento da ONU o direito internacional apresentava-se em atos esparsos. Dado seu caráter supranacional, a dimensão ética de seus objetivos e a eficácia de suas ações, é possível inferir que sua criação proporcionou as condições para o advento do direito internacional dos direitos humanos; veio suprir o que se intentou com a Liga das Nações, ultrapassando-a em realizações e finalidade. (RAMOS, 2013).

3.6 A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos caracterizou-se como dos mais importantes marcos históricos da evolução dos direitos humanos. Em 10 de dezembro de 1948, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU. Configurou-se como o primeiro grande contributo desse organismo internacional e, talvez, o mais importante, uma base mesmo, de direitos voltados para a proteção da dignidade do ser humano.

Na expressão de Flávia Piovesan (2012, p. 203), compreende

um conjunto de direitos e faculdades diversificado e de largo espectro (o que caracteriza a sua amplitude), sem o que um ser humano não pode desenvolver a personalidade física, moral e intelectual; é aplicável a todas as pessoas, de todos os países, raças, religiões e sexos (o que lhe dá caráter de universalidade), seja qual for o regime político dos territórios, nos quais incida; e conjuga, direitos civis e políticos com direitos econômicos, sociais e culturais (o que dá conotação de indivisibilidade).

A Declaração está calcada, portanto, pela sua amplitude, universalidade e indivisibilidade, almejando construir uma ordem pública mundial, no respeito às mais diversificadas dimensões do direito que tutela a dignidade do homem.

Mesmo que sua natureza jurídica seja de declaração, sem força jurídica cogente, é um marco incontestado, em torno de uma causa que é de todos. É um retorno aos ideais da Revolução Francesa como “manifestação histórica de que se formara, enfim, em âmbito universal, reconhecimento dos valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os homens, como ficou consignado em seu artigo 1º”²⁰. (PIOVESAN, 2012, p. 203).

A partir dessa Declaração, e em função da sua força indutora, os Estados passaram a construir um verdadeiro sistema internacional de Convenções, tratados e outros atos internacionais de proteção a esses direitos. Essa legislação, em contínua produção e mutação para atender as demandas de uma sociedade cada vez mais complexa, vem abordando questões que envolvem: discriminação racial, tortura, desaparecimentos forçados, pessoas com deficiência, direitos das mulheres, crianças, velhos, migrantes, minorias, povos indígenas etc.

20 Art. 1º da DUDH: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

Gradualmente, proliferou todo um universo de organismos e legislações internacionais que passaram a ter como escopo a proteção do homem contra as agressões do próprio homem. Hoje, em função da significativa atenção internacional conquistada, é possível afirmar que “os direitos humanos [...], em razão de sua universalidade nos planos, tanto normativo quanto operacional, acarretam obrigações erga omnes de extrema importância”, que se traduzem em deveres jurídicos de tutela do ser humano e sua dignidade. (CANÇADO TRINDADE; PEYTRIGNET; RUÍZ DE SANTIAGO, 1996, p.16).

3.7 O DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS

O “Direito Internacional dos Conflitos Armados” (DICA)²¹, juntamente com o “Direito Internacional dos Direitos Humanos” (DIDH) e o “Direito dos Refugiados” (DR) configura-se em um dos três ramos que a doutrina reconhece como espécie do gênero Direito Público Internacional. O DIDH abrange a proteção do ser humano, em seu sentido amplo que, além de englobar os direitos civis e políticos, envolve, igualmente, os direitos sociais, econômicos e culturais; o DICA se volta para regular os conflitos armados (internacionais e não internacionais)²²; e o DR promove a proteção dos refugiados. (RAMOS, 2014).

A origem do DICA, como é entendida hodiernamente, deve ser creditada a Jean Henry Dunant quando, em 24 de junho, de 1859, durante uma viagem à Itália, testemunhou os resultados da Batalha de Solferino²³. Impactado com o intenso sofrimento observado e a quantidade de mortos e feridos, resolveu escrever, em 1862, o livro “Lembrança de Solferino”. Nele relatou o resultado do combate e sugeriu medidas destinadas a minorar o sofrimento das vítimas em guerras. As ideias difundidas por Dunant prosperaram: por sua iniciativa criou-se o sistema das Sociedades

21 É também denominado pela doutrina como Direito Internacional Humanitário (DIH). Najla Nassif Palma (2010, p. 10) entende, como DICA, o ramo do Direito Internacional Público, que tem, por objetivo, regulamentar a guerra. Pode ser definido como: “[...] conjunto de normas internacionais, de origem convencional ou consuetudinária, especificamente, destinado a ser aplicado nos conflitos armados, internacionais ou não internacionais; limita, por razões humanitárias, o direito das Partes em conflito, de escolher, livremente, os métodos e os meios utilizados na guerra; e protege as pessoas e os bens afetados, ou que possam ser afetados pelo conflito.” (SWINARSKI, 1977, p. 18).

22 Os conflitos armados internacionais (CAI) caracterizam-se pelo confronto armado entre, no mínimo, dois Estados (CANÇADO TRINDADE; PEYTRIGNET; RUÍZ DE SANTIAGO, 1996); já os conflitos armados não internacionais (CANI) são conflitos ocorridos dentro de um Estado, “entre suas forças armadas e forças armadas dissidentes ou grupos armados organizados que, [...] exerçam, sobre uma parte desse território, um controle tal que lhes permita realizar operações militares contínuas e acordadas [...]”. (SWINARSKI, 1997, p. 49-50).

23 A batalha ocorreu por ocasião da invasão do Piemonte-Sardenha, no norte da Itália, pelos austríacos, que foi defendida por tropas francesas e sardo-piemontesas, que venceram. “[...] mais de 300 mil homens se depararam frente a frente; a linha de combate tinha cerca de 20 quilômetros de comprimento, e os enfrentamentos continuaram por mais de quinze horas. [...] Por todos os lados os homens tombaram aos milhares, com feridas abertas nos membros do corpo e no abdome, crivados de balas, feridos mortalmente por tiros e obuses de todo tipo”. Deixou um saldo de cerca de “40 mil, mortos ou internados nos hospitais”. (DUNANT, 2016, p. 14, 19 -20 e 105).

Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho²⁴; e levou aos estados aderentes a aprovar, em 1864, a Primeira Convenção de Genebra – para a melhoria das condições dos feridos das forças armadas em campanha. (CANÇADO TRINDADE; PEYTRIGNET; RUIZ DE SANTIAGO, 1996).

Sob a ótica jurídica, nota-se que a efetividade da tutela do DICA, progressivamente, acompanhou o desenvolvimento do pertinente direito. Isto se deu segundo duas principais vertentes: a do Direito de Haia – voltado para a limitação dos meios e dos métodos de combate – e o do Direito de Genebra – com o fito de dar maior proteção às vítimas da guerra. O início da positivação do Direito de Haia, em que pese as normas consuetudinárias então existentes, pode ser identificado nas Primeira e Segunda Conferências de Paz, na cidade da Haia: a Convenção sobre a Resolução Pacífica de Controvérsias Internacionais, de 1899, e a Convenção sobre a Resolução Pacífica de Controvérsias Internacionais, de 1907, respectivamente. No caso do Direito de Genebra, o começo de sua sistematização é identificado na Primeira Convenção de Genebra (G I), a de 1864. Na sequência, acompanhando as necessidades de regulação imposta pela evolução da arte da guerra, ocorreram a Segunda Convenção de Genebra (G II), em 1906 – destinada à melhoria da sorte dos feridos, enfermos e náufragos das Forças Armadas, no mar – e a Terceira Convenção de Genebra (G III), em 1929 – relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra. (SWINARSKI, 1997).

Em decorrência das experiências propiciadas pela II GM e do impacto da DUDH na sociedade, o DICA submeteu-se, em 1949, ao dinamismo de uma segunda onda que o redimensionou. A par do advento da Quarta Convenção de Genebra (G IV), com fulcro na proteção de civis e dos que não combatem mais, as G I, G II e G III foram objeto de uma revisão, submetendo-se a uma razoável ampliação do seu conteúdo normativo.

Esta onda renovadora de pós-guerra, adiante no tempo, sofreu novo aporte. Em face do aumento do número de conflitos armados não internacionais e de guerras de libertação nacional, ocorridos nas décadas de 60 e 70 que se seguiram às Convenções de Genebra de 1949, e em conformidade com a manutenção do animus de limitar a forma com que os conflitos armados são travados, foram adotados o Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra (PA I) e o Protocolo Adicional II às Convenções de Genebra (PA II). O primeiro fortaleceu a proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais e incorporou inúmeras normas de Haia e o segundo voltou-se para a tutela das vítimas dos conflitos não internacionais. Desde as Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos adicionais, o quadro dos países que os ratificaram vem aumentando, denotando intenso interesse pela sua adesão: CG de 1949, 196; PA I, 174; e PA II, 168 (INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 2010).

Historicamente, o universo dos direitos que protegem os envolvidos em conflitos armados, além dos aqui relatados, vem sendo objeto, cada vez mais, de um olhar humanitário e robustecido pelo incremento de inúmeros outros tratados e convenções.

24 É a versão mulçumana da Cruz Vermelha.

3.8 O PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP) E O PACTO DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC)

A DUDH foi elaborada com a ideia inicial de fazer parte de uma Carta Internacional de Direitos Humanos, esta sim, juridicamente, com caráter vinculante²⁵. Entretanto a Guerra Fria, nascida no pós-guerra, que interpôs os países ocidentais alinhados aos EUA, com os que se subordinavam à então URSS, obstaculizou tal desígnio. Venceu a ideia do bloco ocidental, de que os direitos civis e políticos possuem natureza diferente dos econômicos, sociais e culturais, tendo sido refutada a construção legal vinculante de um único instrumento internacional. (RAMOS, 2014).

Somente em 1966, as nações entenderam por bem adotar dois Pactos, o Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), formalmente vinculantes, por não se constituírem em mera declaração. Dada a importância para o direito internacional dos direitos humanos, os dois pactos mais a DUDH passaram a ser nominados pela doutrina de Carta Internacional de Direitos Humanos.

3.8.1 O PIDCP

O Pacto apresenta direitos individuais, de primeira dimensão. Incorporou, em maiores detalhes, vários dos direitos individuais presentes na DUDH, além de alguns novos. Os principais são:

o direito à vida; o direito de não ser submetido a tortura ou a tratamento cruéis, desumanos ou degradantes; o direito a não ser escravizado, nem submetido a servidão; os direitos à liberdade e à segurança pessoal e a não ser sujeito a prisão ou detenção arbitrárias; o direito a um julgamento justo; a igualdade perante a lei; a proteção contra a interferência arbitrária na vida privada; a liberdade de movimento; o direito a uma nacionalidade; o direito de casar e de formar família; as liberdades de pensamento, consciência e religião; as liberdades de opinião e de expressão; o direito à reunião pacífica; a liberdade de associação; o direito de aderir a sindicatos e o direito de votar e de tomar parte no Governo, (ALVES apud PIOVESAN, 2011).

Assevera, ademais, a mesma autora, que dentre os direitos novos, não presentes na DUDH, podem ser encontrados:

o direito de não ser preso em razão de descumprimento de obrigação contratual [...]; o direito da criança ao nome e à nacionalidade [...]; a proteção dos direitos das minorias à identidade

²⁵ Essa visão não é unânime entre a doutrina. Embora minoritária, há corrente doutrinária que emprega à DUDH apesar da sua natureza jurídica de declaração, um caráter vinculante, dada sua importância. (PIOVESAN, 2011).

cultural, religiosa e linguística [...]; a proibição da propaganda de guerra ou de incitamento a intolerância étnica ou racial [...]; o direito à autodeterminação [...].

O Segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1989, destinou-se à abolição da pena de morte.

Destacados os principais direitos elencados pelo Pacto, é possível inferir que, a partir da vinculação dos Estados-partes nasceu, para estes, internacionalmente, o dever jurídico de cumpri-los, devendo ser assegurados, de imediato, pelo Estado. Deu-se eficácia jurídica aos direitos civis e políticos elencados no rol da DUDH, além de redimensioná-los.

3.8.2 O PIDESC

Carlos Weiss (1999), no que tange a esse pacto, expressa que estes direitos positivados permitem “estabelecer, sob forma de direitos, as condições sociais, econômicas e culturais para a vida digna”. Constituiu-se, primordialmente, de direitos de segunda dimensão.

Dada sua natureza jurídica de pacto, signatários e futuros aderentes, a semelhança do PIDCP, vinculam-se internacional e juridicamente aos seus ditames na medida de sua ratificação.

Os principais direitos econômicos, sociais e culturais positivados no pacto são assim descritos por André de Carvalho Ramos (2014, p. 161):

- “Direito ao trabalho”;
- “Direito ao gozo de condições de trabalho equitativas e satisfatórias”;
- “Direito de toda pessoa à previdência social”;
- “Direito de toda pessoa fundar sindicatos e filiar-se àqueles de sua escolha”;
- “Direito de greve”;
- “Direito à proteção e assistência familiar, especialmente a mães e crianças”;
- “Direito a um nível adequado de vida (incluindo alimentação, vestimenta, moradia)”;
- “Direito à saúde física e mental”;
- “Direito à educação”; e
- “Direito de participar da vida cultural, desfrutar o processo científico e suas aplicações, bem como beneficiar-se da proteção de interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor”.

Em que pese a obrigatoriedade do cumprimento dos direitos elencados no Pacto, dada suas características, são de realização progressiva pelo Estado.

Os dois pactos não devem ser interpretados de forma apartada da DUDH; devem sê-lo em íntima ligação com esta. Como fato histórico, de relevante notar que a positivação vinculante dos direitos colacionados nos pactos propiciou maior eficácia à DUDH. Assim, permitiu a construção de uma base legal internacional de tutela da dignidade da pessoa humana que, gradativamente, vem agregando todo um universo

de atos internacionais nesse sentido e permitindo, em moto perpétuo, a sistematização de um sistema global e sistemas regionais de proteção dos DH²⁶.

4 Conclusão

Este artigo permitiu seguir, sob a ótica da História, os principais fatos que contribuíram com o desenvolvimento dos direitos humanos. Como resultado, ao longo dessa abordagem, foi possível identificar um liame comum que se estabeleceu, a partir da gênese do que a História e o Direito entendem como direitos humanos até os fatos que se sucederam no atendimento da crescente e complexa demanda por dignidade humana; esse perpassar histórico-jurídico não pode deixar de perceber a evolução do natural anseio do homem por vida, justiça, liberdade, igualdade, cidadania ...

Como síntese conclusiva do percurso levado a efeito nesta análise que ora finda, convém que se apresente um extrato do contributo de cada fato para a evolução dos direitos humanos.

Buscando, no passado, os primeiros ensaios da humanidade, dignos de referência, voltados para a dignidade da pessoa humana, é possível encontrar no Iluminismo um movimento filosófico que já se voltava para os excessos dos sistemas penais, se contrapunha à escravidão, lutava, então, contra a irracionalidade das bases da então moral cristã, e se voltava para as realidades sociais.

Adiante, no tempo, e profundamente influenciados por ideias iluministas, foram explorados destacados acontecimentos em terras britânicas, cujo conjunto denominou-se Revolução Inglesa. Seu ideário levou a que, no seu termo, com a Revolução Gloriosa, caísse por terra o absolutismo dos reis, advindo, em contrapartida, a ascensão do parlamentarismo. No seu ápice, o Bill of Rights carreou mais segurança aos julgamentos pelo júri, com a admissão do direito a recursos, no limitar de penalidades excessivas e na relativização do poder dos monarcas, impedindo-os de suspender a execução de leis ou estabelecimento de impostos sem outorga do parlamento.

O ideário iluminista, identificado nesses movimentos burgueses, contaminou as treze colônias inglesas, então instaladas na América do Norte. Promoveu o rompimento com a metrópole, que abusivamente impunha obstáculos ao desenvolvimento dos domínios britânicos no Novo Mundo, levando a sua emancipação; trouxe, nos termos da Declaração de Independência e da própria Constituição da nova nação, noções de tutela da vida, da liberdade, da felicidade, de justiça, de participação dos cidadãos nos destinos da nação etc.

Ainda o Iluminismo, influenciador de vários dos seus líderes, aliado à conjuntura de benesses do clero e da nobreza com imposição de pesados impostos ao Terceiro Estado, promoveu o movimento que foi determinante para os direitos humanos: a Revolução Francesa. Rompeu com o absolutismo; foi o berço das primeiras dimensões dos direitos humanos; inaugurou as bases do que seria a sistematização

26 Os sistemas de proteção dos DH compreendem o Sistema Global de Proteção dos DH e os sistemas regionais de proteção dos DH (Europeu, Interamericano e Africano).

desses direitos. O mundo não foi mais o mesmo, após este determinante cadinho revolucionário que alimentou aquelas aspirações de liberdade e autonomia privada.

As conquistas científicas aliadas ao progresso socioeconômico possibilitaram o advento da Revolução Industrial. Seu início, no afã do enriquecimento das nascentes empresas, não respeitou a mão de obra: homens, mulheres, crianças e idosos foram explorados em trabalhos nos ambientes fabris, insalubres, sem o desejável regular de horas trabalhadas. Assim nasceram as primeiras legislações trabalhistas – de segunda dimensão dos direitos – como resposta da sociedade, retornando o Estado – afastado pela Revolução Francesa – a intervir, agora não mais com o poder do absolutismo, mas como aquele que se volta para atender as necessidades dos seus cidadãos.

Já tendo sido estabelecidas as bases dos nascentes direitos humanos, a História oferece mais instantes de sofrimentos e abusos: A I GM, a Revolução Comunista Russa de 1917 e a II GM. As tragédias de mortes de civis e o desrespeito aos mais primários direitos do ser humano motivaram o que viria a seguir: a ONU e a DUDH. As Nações Unidas nasceram para promover a paz e evitar tragédias, como as da II GM, de desrespeito aos mais primários direitos, como a eliminação de parcela substancial da população judia pelo nacional-socialismo. A DUDH deu tangibilidade à tutela dos direitos lesados, constituindo-se em rol declarativo e não exaustivo, daqueles que propiciam as melhores condições de realização humanas.

O DICA, voltado para limitar os efeitos deletérios dos conflitos armados, passou a sistematizar-se no curso do século XIX com as primeiras convenções do Direito de Haia e de Genebra. Os efeitos da G II e os valores da DUDH levaram ao incremento desses direitos nas Convenções de Genebra, de 1949, e nos Protocolos Adicionais I e II, de 1977, vocacionados à aplicação e proteção daqueles que, direta ou indiretamente, podem se ver envolvidos nos CAI e CANI. A partir de então, vasta normatização internacional vem se proliferando nesse sentido.

Em conformidade com os anseios expressados na DUDH e sob os auspícios da ONU, advieram os PIDCP e PIDESC, na busca da positivação, ampliação e vinculação jurídica dos países signatários a direitos neles presentes. Foram essenciais como base jurídica internacional para um nascente e programático esforço das nações na tutela do objeto de qualquer norma: o ser humano.

A humanidade, protagonista da tutela dos seus direitos, até hoje continua a reverberar o ideário gestado a partir do Iluminismo; além de ofertar aqueles que a conjuntura histórica vem demonstrando como necessários para a harmonia social – como e vida, a liberdade e a dignidade –, faculta novéis para as complexas demandas do porvir.

Este artigo científico discorreu, sem a pretensão de esgotar o assunto, em breve esboço sob a ótica da história, o construir desses direitos, nominados humanos, ressaltando aqueles marcos que mais contribuíram para sua evolução.

Referências

- ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- APPLEBAUM, Anne. Gulag: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos. Tradutores: Mario Vilela e Ibraima Dafonte. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. História moderna e contemporânea. 11. ed. São Paulo: Ática, 1980.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social. Barueri: Manole, 2004.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11. ed. Tradução de João Ferreira. Brasília: UNB, 1998, V 1.
- BURNS, Edward McNall. História da Civilização ocidental. 2. ed. rev., atual. de acordo com a 4. ed. norte-americana. Tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1972a, V 1.
- BURNS, Edward McNall. História da Civilização ocidental. 2. ed. rev., atual. de acordo com a 4. ed. norte-americana. Tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1972b, V 2.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio A.; PEYTRIGNET, Gérard; RUIZ De Santiago, Jaime. As três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana. San José, C. R.: Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 1996.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 7. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CUNHA, Paulo Ferreira da. Princípios de Direito. Porto, Portugal: Resjurídica, 2001.
- DOWNS, Robert B. Obras básicas: fundamentos do pensamento moderno. Tradução de Hilda Pareto Soares Maciel e Maria Celina Deiró Hahn. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Renes, 1969.
- DUNANT, Jean Henry. Lembrança de Solferino. Genebra, Suíça: CICV, 2016.
- GILBERT, Martin. A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo. Tradução Ana Luísa Faria, Miguel Serras Pereira. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.
- GODECHOT, Jacques. As Revoluções (1770-1799). São Paulo: Pioneira, 1976.
- GROPPO, Bruno. O comunismo na história do século XX. Lua Nova [online]. São Paulo, 2008, n.75, pp.115-141. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/lfn/75/07507.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2019.

GULLOTTA, Andrea. O gulag e a literatura de gulag: um balanço das pesquisas. *Estudos Avançados*. vol.31 no.91 São Paulo Sep./Dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000300041#fn2. Acesso em: 09 jun. 2019.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (CICV). *Treaties, States Parties and Commentaries* Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/vwTreatiesHistoricalByCountry.xsp>. Acesso em 15 out. 2020.

LANGHOLTZ, Harvey J. *Uma Introdução ao Sistema das Nações Unidas: Orientações para Servir em uma Missão de Campo da ONU*. 3. ed. Williamsburg, EUA: Instituto para treinamento em operações de paz, 2012.

MACDONELL, Sir Johen; MASON, Edward. *Great Jurists of the World*. Londres: Little Brown, 1914.

MARMELSTEIN, George. *Curso de direitos fundamentais*. São Paulo: Atlas, 2008.

NAÇÕES UNIDAS. *Informação geral*. Disponível em: <https://www.un.org/es/sections/about-un/overview/index.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PALMA, Najla Nassif. *Direito Internacional Humanitário e Direito Penal Internacional*. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2008.

PEGORARO, Olinto. *Ética e justiça*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PEGORARO. *Ética dos maiores mestres através da história*. Petrópolis: Vozes, 2006.

PÉRONNET, Michel. *Revolução Francesa em 50 palavras-chaves*. Tradução de Rita Braga. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PIOVESAN, Flávia (coord.). *Código de direito internacional dos direitos humanos anotado*. São Paulo: DPJ, 2008.

PIOVESAN. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

PIOVESAN. *Direitos humanos e o direito constitucional*. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2014.

SONDHAUS, Lawrence. *A primeira guerra mundial: história completa*. Tradução Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2013.

SWINARSKI, Christopher. *Introdução ao direito internacional humanitário*. Porto Alegre: CICV, 1997.

VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. Ed. atual. e ampl. São Paulo: Scipione, 2002.

WEIS, Carlos. *Direitos Humanos Contemporâneos*. São Paulo: Malheiros, 1999.



A participação de uma equipe interdisciplinar de mulheres empregadas como multiplicadoras do poder combate da guerra assimétrica

Luiz Claudio Cardoso de Castro¹

Resumo

A pesquisa na Arte da Guerra tem por objetivo realizar uma abordagem cronológica da história da autoridade e competência ao papel desempenhado pela mulher devido à responsabilidade que assume frente à sociedade, frente à instituição na qual trabalha e, principalmente a sua participação no cenário de guerra assimétrica como multiplicadora do poder de combate frente as equipes interdisciplinares. A seguir, apresenta o emprego da mulher entre diversas especialidades ao longo da História Militar Terrestre do Brasil, participando em missões de paz e de guerra, proporcionando uma doutrina específica de acordo com o processo de ensino, de emprego e modernização da Força.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade, Autoridade, Competência.

Abstract

Research in the Art of War aims to take a chronological approach to the history of authority and competence to the role played by women due to the responsibility they assume towards society, towards the institution in which they work and, mainly, their

¹ Capitão QAO R1 do Exército Brasileiro, bacharel em História pela Universidade Veiga de Almeida e pós-graduação em Docência no Ensino Superior pela Estácio de Sá. Possui o Estágio de Preparação para Missão de Paz (CCOPAB) e foi instrutor do Estágio de Jornalismo e Assessoria de Imprensa em Área de Conflitos (EJAIAC /CCOPAB). Participou em 2005 do 3º Contingente da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Foi Comandante de Pelotão de Operações de Paz na Escuela del Suboficiales del Ejercito del Uruguay e participou do Estágio de Instrutores no CAECO-PAZ na Argentina. Durante 3 anos foi adjunto da Assessoria Cultural da AMAN.

participation in the asymmetric war scenario as a multiplier of combat power against interdisciplinary teams. Next, it presents the employment of women among different specialties throughout the Terrestrial Military History of Brazil, participating in peace and war missions, providing a specific doctrine according to the teaching, employment and modernization process of the Force.

Keywords: Interdisciplinary, Authority, Competence

1. Introdução

Caro leitor, abordaremos um assunto relevante e de muito interesse no contexto da História Militar Terrestre do Brasil. O presente artigo realizou uma linha de pensamento baseado em fatos históricos, que revelam sobre a participação de equipes interdisciplinares de mulheres que foram em determinadas situações empregadas como multiplicadoras do poder de combate, em períodos pontuais da história militar.

Muito embora no século XIX não existisse um Exército Brasileiro como hoje é concebido, e mesmo que não fizessem parte do processo de tomada de decisão, ocupando postos de comando, as mulheres possuíam um papel relevante nos bastidores da guerra, ainda que não tivessem participação na história política e administrativa do país isso não diminui a sua importância do papel que iriam desempenhar nas fileiras do Exército.

Diante deste cenário é possível perceber que as mulheres atuaram de maneira marcante, cumprindo missões de apoio aos combatentes em diversas áreas interdisciplinares no campo de batalha, proporcionando bem-estar e um mínimo de conforto em meio àquele caótico ambiente. No teatro de uma guerra, podemos destacar a atuação das mulheres nas seguintes áreas interdisciplinares: trabalhos manuais, apoio no preparo da alimentação, lavagem de uniformes, montagem de barracas nos acampamentos, alimentação dos animais nos pastos naturais próximos aos estacionamentos, apoio ao serviço de saúde atuando como enfermeiras, incluindo o controle de feridos e o controle da administração de relatos sobre as atividades gerais da guerra.

Na série de estudos que se inicia neste contexto histórico, viajaremos no tempo, contando fatos da história militar terrestre que afirmam a presença da mulher como multiplicadoras no poder de combate do Brasil e também no exterior, e principalmente da aplicação interdisciplinar do emprego das mulheres, através de uma ordem cronológica, com vasta produção literária e acadêmica, com enfoques diferenciados sobre a atuação da mulher em nossa Instituição.

2. A Mulher da Independência do Brasil

Iniciaremos contando uma história militar de grande representatividade para a época, a participação de Maria Quitéria de Jesus, uma mulher decidida a enfrentar os desafios da guerra, sendo inserida no contexto político e tornando-se uma multiplicadora no poder de combate da Guerra da Independência do Brasil. A Independência

do Brasil foi relacionada com a vinda em 1808 da Família Real, sob liderança do Príncipe Regente D. João, por ter sido obrigado por Napoleão a transferir-se para o Rio de Janeiro e estabelecer o governo do reino de Portugal. Entre 1808 a 1821, como sede de governo por cerca de 13 anos, com o evento da Revolução do Porto em Portugal em 1821 e a imposição de uma Constituição, jurada pelo agora Dom João VI, foi obrigado a retornar para Portugal e deixar o seu filho, o príncipe D. Pedro como regente do Brasil.

Em fins do ano 1821, era inevitável a marcha para a emancipação e posteriormente a independência do Brasil. Quando D. Pedro decidiu ficar, uma série de eventos contribuíram para o ato mais importante para a nossa história. Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro decidido e emocionado, apoiado por representações de várias partes do país, declarou: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico”. É importante salientar que esta decisão motivou inúmeras pessoas humildes da nova Nação soberana a serem voluntárias na consolidação desta Independência que seria o próximo ato.

Depois das restrições da Corte de Portugal, D. Pedro leu os documentos em relação a situação do Brasil e nas margens do Ipiranga, numa atitude inesperada, arrancou do uniforme o laço português, desembainhou a espada e proferiu o brado: “Independência ou Morte”, que se tornaria histórico e uma guerra pela independência estaria por vir.

Assim, durante a consolidação do Brasil independente, havia uma resistência de algumas províncias de grande respaldo político e militar de Portugal. A província da Bahia seria o teatro de uma guerra sangrenta pelas mãos do autoritário do Brigadeiro Inácio Luis Madeira de Mello contra o ato de independência e não reconhecimento por parte de Portugal.

Na vila de Cachoeira, em 25 de julho de 1822, cria-se uma Junta Conciliadora da Defesa, uma reação nacionalista, um movimento de mobilização de milicianos e voluntários. Surgi neste momento da história a primeira mulher, Maria Quitéria de Jesus, que se alista no Batalhão de Voluntários, estacionado na vila com a finalidade de reunir o máximo de voluntários para a guerra. Nascida no interior da Bahia, emocionada pela causa da Independência, abandonou a fazenda em que morava com a sua família e, sob o manto de uma identidade masculina, vestindo-se como um homem, alistou-se no Batalhão de Voluntários do Príncipe, contrariando todos os preceitos da época em relação ao papel da mulher na sociedade patriarcal. Em fins de 1822 pela sua bravura e coragem, à frente de um grupo de soldados, realizou uma ação de combate no impedimento do desembarque adversário na foz do rio Paraguai.

Nesta ação determinada e corajosa, foi reconhecida pela sua conduta e sendo alçada a 1ª (primeira) mulher cadete pelo general Pedro Labatut, atuando diretamente no Regimento de Artilharia na frente de Batalha. Após a guerra, foi condecorada com a Imperial Ordem do Cruzeiro pelo Imperador Pedro I do Brasil, que também lhe concedeu um soldo vitalício de alferes. É reconhecida por ser a primeira mulher a assentar praça numa unidade militar das Forças Armadas Brasileiras (Figura 1).

3. As Vivandeiras na Guerra dos Heróis

Os documentos apresentam relatos esparsos da história sobre este Exército invisível das Vivandeiras². Mesmo com a inserção da primeira mulher a assentar praça numa unidade militar, Maria Quitéria de Jesus, verificamos um silêncio na história militar terrestre do Brasil, que comprometeria, ainda neste período, os valores do sistema patriarcal brasileiro que não permitiam a participação de equipes de mulheres na frente de guerra.

Mas, podemos assinalar no quadro geral da evolução da arte militar, as primeiras mulheres atuando na Guerra do Paraguai, um grande desafio desta participação no conflito de grandes proporções, que fora travado pelo Brasil em aliança com a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai de Francisco Solano López. A invasão, pelo sul da província brasileira de Mato Grosso, desencadeou o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul – “A Guerra da Tríplice Aliança”.

Estamos nos anos de 1865 a 1870, e neste período da história contemporânea foram empregados processos de combate inovadores no sentido de moldar normas práticas de conduta nas operações. Homens e mulheres enfrentariam as agruras da guerra, destacando esta unidade importante, principalmente pela presença da mulher nos campos de batalha. Em 1865, a Guerra travada na região da Bacia do rio da Prata, assinala a participação da mulher em situações de apoio logístico e operacional, pela sua inserção nos batalhões de voluntários que atuaram na frente de batalha (figura 2).

As Vivandeiras, como eram chamadas, também proporcionaram atividades interdisciplinares e comerciais entre os soldados, com o privilégio de negociar com frutas e víveres, e todos os tipos de trabalhos manuais de apoio aos companheiros que estavam na frente de batalha, e muitas vezes pegaram em armas para defenderem seus interesses, pelo seu espaço e pela sua sobrevivência, formando com muita relevância a formação estrutural da família no contexto de uma guerra. Devemos considerar, inicialmente, uma construção de um caráter nitidamente militar. Cada mulher na arte da guerra desenvolveu a sua própria independência, eram corajosas, determinadas em seus objetivos, contribuindo para aquele momento insano da guerra. Visconde de Taunay³ relata em seu diário na Retirada da Laguna: “(...) o saque desenfreado a que se entregavam os mascates e os acompanhadores do exército também, reclamando as mulheres o seu quinhão”.

Embora não conheçamos com profundidade a atuação dessas mulheres guerreiras, que vivenciaram momentos críticos na frente de batalha, como brasileiras, as Vivandeiras deixaram um exemplo de camaradagem e uma lacuna para ser pesquisada na História Militar Terrestre do Brasil.

2 2 Mulheres da sociedade do Séc XIX patriarcal, ignoraram esta situação, foram independentes em suas atitudes, determinadas, corajosas e seguiam as tropas numa guerra desprovida de sentimentos.

3 Engenheiro Militar, professor, político, historiador, romancista, teatrólogo, biógrafo, etnólogo e memorialista, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, 22 de fevereiro de 1843. Recebeu ordem de mobilização, ainda como aluno da Escola de Engenharia Militar, para participar da Guerra do Paraguai em 1865, sendo incorporado à expedição de Mato Grosso como ajudante da comissão de engenheiros.

Figura 1 - Retrato póstumo de Maria Quitéria de Jesus



Domenico Failutti

Figura 2 - Mulheres com o uniforme de guerra da época



Fotos do arquivo do Prof. Júlio César Fidélis Soares.

4. As Enfermeiras da Segunda Guerra Mundial

Trataremos do emprego da mulher militar brasileira no conflito que foi desencadeado no Teatro de Operações da Europa, mais precisamente nos campos de batalha da Itália. Em destaque as principais ideias que evidenciaram o emprego da Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial, compreendido de 1939 a 1945.

Em 1943, em plena guerra declarada, as mulheres oficialmente ingressaram no Exército Brasileiro, fazendo parte da nossa estrutura do corpo de saúde do Exército⁴ para o atendimento da organização, seleção e logística empregada. Durante todo o processo foram enviadas 73 enfermeiras, 67 delas enfermeiras hospitalares e 6 especialistas em transporte aéreo. Elas serviram em quatro diferentes hospitais do exército norte-americano, todas voluntárias para a missão e foram as primeiras mulheres a ingressar no serviço ativo das forças armadas brasileiras (Figuras 5 e 6).

Neste contexto, vamos entender como foram os preparativos do Brasil para guerra e a participação direta da mulher na 2ª Guerra Mundial, que desencadearam alguns fatos marcantes para o envio de mulheres a um conflito de grandes proporções.

Fez-se necessária a mobilização de enfermeiras para a FEB, apesar do Exército já possuir cabos e sargentos enfermeiros em seus quadros, que eram formados pela Escola de Saúde do Exército desde 1921, houve uma orientação norte-americana para a criação e envio de um corpo feminino de enfermagem. Em primeiro momento, buscou o apoio do Dr.^a Laís Netto dos Reys, diretora da Escola Anna Nery, a fim de que se viabilizasse a participação de alunas oriundas desta instituição no Serviço de Saúde da FEB, entretanto, a adesão almejada não foi efetivada.

Então, o Exército Brasileiro implementou a adesão de voluntárias, gerando um forte apelo patriótico, que se mostrou presente na propaganda veiculada nos órgãos de comunicações da época, que anunciava a possibilidade de ingresso para a mulher em um cenário eminentemente masculino. Podemos ressaltar uma situação parecida com as primeiras mulheres no passado que vivenciaram circunstâncias de inserção da mulher no meio militar. Após a convocação, foi realizada a seleção das que iriam participar do Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército.

Durante o curso, que foi organizado em diversos estados brasileiros, as enfermeiras passaram por um intenso treinamento militar a fim de prepará-las para as situações de guerra. Vale ressaltar que muitas foram as dificuldades que tiveram de ser enfrentadas por aquelas mulheres no curso, a seguir: “Eram dadas aulas em vários lugares do Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, Hospital Central do Exército, Cruz Vermelha, Forte São João.” Este processo de formação proporcionou ao corpo feminino um importante conhecimento, gerando atitudes e habilidades para enfrentar um cenário de guerra ainda não conhecido por uma mulher brasileira.

Por terem composto um grupo pioneiro dentro do Exército Brasileiro, a parti-

4 O Corpo de Saúde do Exército Brasileiro foi incorporado à Força Expedicionária Brasileira (FEB), órgão criado pelo presidente Getúlio Vargas, com a finalidade de apoiar os pracinhas na Guerra.

cipação feminina nos hospitais nos campos da Itália e no apoio de transporte aéreo foi precisamente, fator preponderante nas questões que envolviam o “esforço de guerra”. Quanto ao papel das mulheres, verificamos uma interdisciplinaridade na área da saúde, que veio a contribuir no emprego militar futuro do Exército Brasileiro em diversas atividades que compõe o cenário de uma guerra. Após o término da 2ª Guerra Mundial, assim como o restante da FEB, as enfermeiras, em sua maioria foram condecoradas, ganharam o posto de oficial e licenciadas do serviço ativo militar.

Figura 5 - Foto ilustra o Comandante da FEB em forma com as mulheres enfermeiras da 2ª GM.



Figura 6 – Foto ilustra o desfile das enfermeiras na capital da República do Brasil.



5. O Legado

Após a 2ª Guerra Mundial e o licenciamento das mulheres do serviço ativo do Exército, mergulhamos no tempo do esquecimento da participação de mulheres em atividades complementares de importância para o Exército Brasileiro. Somente em 1992, depois de um longo período de 47 anos, o Exército Brasileiro fundou a Escola de Administração do Exército (Salvador - BA) matriculando a primeira turma de 49 mulheres, mediante a realização de concurso público, iniciando assim, a interdisciplinaridade das diversas carreiras que compõe o cenário da Guerra Contemporânea.

Em 1996, Maria Quitéria de Jesus, a Paladina de Independência, foi reconhecida, nas fileiras do Exército, como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro (QCO). O Exército instituiu o Serviço Militar Feminino Voluntário para Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias e Enfermeiras de nível superior (MFDV) neste mesmo ano. Naquela oportunidade, incorporou a primeira turma de 290 mulheres voluntárias para prestarem o serviço militar na área de saúde. Essa incorporação ocorreu em todas as doze Regiões Militares do País.

Em 1997, o Instituto Militar de Engenharia - IME (Rio de Janeiro - RJ), matriculou a primeira turma de 10 mulheres alunas, a serem incluídas no Quadro de Engenheiros Militares (QEM). A Escola de Saúde do Exército - EsSEx (Rio de Janeiro -RJ) matriculou e formou, no mesmo ano, a primeira turma de oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior, no Quadro de Saúde do Exército.

No ano de 1998, o Exército instituiu o Estágio de Serviço Técnico, para profissionais de nível superior que não sejam da área de saúde. Naquela oportunidade, incorporou a primeira turma de 519 mulheres advogadas, administradoras de empresas, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, entre outras áreas de ciências humanas e exatas, atendendo às necessidades de Oficial Técnico Temporário (OTT) da Instituição.

Em 2001 a Escola de Saúde do Exército Brasileiro, permitiu a inscrição de mulheres para participar do concurso público para o preenchimento das primeiras mulheres no Curso de Sargento de Saúde, sendo a primeira turma a funcionar em 2002.

6. Mulheres: multiplicadoras do poder de combate

Durante esta pesquisa, pôde-se observar que a participação da mulher vem sendo marcante em nossa Instituição e uma realidade na construção do binômio Homem combatente e a Mulher combatente, atuando também na interdisciplinaridade e complementando áreas importantes do teatro de operações da guerra convencional ou do enfrentamento atual da guerra assimétrica.

Assim, pode-se apresentar o emprego por finalidade da interdisciplinaridade em conjunto com as Armas e Quadros em Operações de Paz da ONU e também empregadas em operações militares como multiplicadoras de combate da guerra assimétrica. A assimetria da guerra está condicionada a área de emprego, certas situa-

ções táticas, a intensidade do conflito e as forças convencionais e irregulares. Então, o combate assimétrico de baixa e média intensidade é baseado na população em geral e requer uma coleta de informação eficaz, dados que levam o planejamento a desenvolver a credibilidade operacional e uma melhor proteção da Força. Nesse tipo de guerra podem ser empregadas equipes femininas de engajamento no contexto operacional na área de atuação. Esse emprego é planejado taticamente, com a finalidade de intervir nas populações civis, especificamente nas mulheres, crianças e idosos, com a missão de proteger, conduzindo a um estado de tensão menor com a entrada da tropa de combate, evitando maiores danos à população civil e evitando os efeitos colaterais decorrentes da ação e com isso, contribuindo para a conquista de credibilidade para a ação que foi desencadeada.

Esta sugestão do emprego interdisciplinar veio da visão tática empregada pelo Estados Unidos na Guerra do Iraque e Afeganistão, embora: “Mulheres militares nos Estados Unidos não podem pertencer a unidades de combate por terra segundo regras estritas estabelecidas pelo Pentágono há mais de uma década e só podem servir em navios de guerra e em ataques aéreos. Mas o Afeganistão e o Iraque, onde a ausência de uma linha de frente mais evidente fez com que muitas mulheres militares fossem diretamente para a linha de fogo, tornou-se terreno de batalha para soldados mulheres” (Jocelyne Zablit WASHINGTON, 6 Mar (AFP). Podemos verificar uma guerra assimétrica sendo apresentada para o Exército americano em circunstâncias bem diferentes da 2ª Guerra Mundial e da Guerra do Vietnã, um emprego diferenciado no nível tático e estratégico, demonstrando situações peculiares do teatro de operações, tendo a necessidade do emprego da interdisciplinaridade de equipes de soldados mulheres atuando na frente de combate. Segundo experiência real e frequente da capitã da reserva da marinha, Lori Manning, que lidera mulheres em projetos militares no Instituto de Pesquisa e Educação da Mulher, perto de Washington, disse a AFP: “A guerra no Iraque marca uma nova fase para mulheres no exército”. “Essas duas guerras, se nada mais fizeram, mostraram que mulheres podem ser eficientes no combate por terra,”.

De acordo com estas atuações em guerras assimétricas, destacamos uma intenção de emprego acontecendo neste momento, proporcionando uma aplicação diferenciada da ação de equipes de mulheres em guerras não convencionais: “se o Exército americano afirmar que honra sua política quanto às soldados mulheres - de não integrá-las diretamente nos combates -, as ações da guerrilha no Iraque, ao lado da falta de tropas treinadas e um número crescente de mulheres em posições superiores, queimaram os limites tradicionais entre a linha entre combate e funções de apoio”. Afirmo a capitã Lori Manning.

Figura 7: Crianças afegãs conversam com integrantes de uma equipe feminina de engajamento do Exército Americano, durante uma operação de combate da Força-tarefa Viper Dagger, em Janak Kalay, Província de Kandahar, Afeganistão, 04 Jan 12.



Figura 8: O emprego de equipes femininas de engajamento do Exército Americano vem facilitando a coleta de informações, Mullayan, Província de Kandahar, Afeganistão, 01 Nov 11.



Em relação ao nosso Exército Brasileiro, a participação dessas equipes femininas será conduzida de acordo com o planejamento da ordem de operações e deve sempre procurar buscar a melhoria da atividade de inteligência tática e de protocolos de segurança na área de atuações das equipes de combate. Esse tipo de trabalho pode se constituir em uma das missões da doutrina de emprego das equipes interdisciplinares femininas. Nos dias atuais deparamos com nações em situações de extrema adversidade social, na total miséria e sem nenhuma possibilidade de acesso à educação e a uma vida digna como pessoa na sociedade de seu país.

Assim, serão destacadas as atividades interdisciplinares que poderão vir a integrar tanto o planejamento estratégico quanto o tático nas operações de combate, nas missões de operações de paz ou no emprego das pequenas frações em operações contra forças irregulares em ambiente urbano e interagências⁵ por meio do desenvolvimento das competências e habilidades das profissionais que integram o Exército Brasileiro.

De acordo com o planejamento e área de atuação podemos empregar equipes femininas interdisciplinares de profissionais combatente e complementares na busca do apoio da população civil, inteligência e assessoramento peculiares ao centro de comando em relação ao comportamento das pessoas no interior da área de operações. O cenário de uma guerra reflete o nosso emprego imediato de equipes femininas de engajamento e no preparo técnico especializado dessas mazelas da área de operações:

Área de **Psicologia** quanto ao objeto de estudo do planejamento operacional, uma profissional capacitada na Psicologia Social Psicológica pode ser inserida nas equipes de intervenção, com a missão de coletar dados da população para explicar os sentimentos, pensamentos e comportamentos do indivíduo na presença da ação real e tem como foco o estudo da experiência social que o indivíduo adquire a partir de sua participação nos diferentes grupos, podendo desenvolver um equilíbrio pacificador, depois de uma ação de uma equipe tática violenta com os quais convive no momento da intervenção.

Área de **Idiomas**, se torna necessário e prioritário após uma intervenção militar, um apoio de uma profissional que domina o idioma local da operação, faz uma diferença na interpretação simultânea ou tradução, assim sendo, a interpretação possibilita ao Comando e Controle da Missão, o entendimento da população civil ou qualquer outra forma de comunicação verbal em determinado idioma, que deve ser simultaneamente traduzidos para o nosso idioma, através de equipamentos especiais, e também na coletânea de dados e informes de interesse da inteligência na área de operações.

Apoio de **Assistentes Sociais** se torna um equilíbrio a força de intervenção e a população local, atuando nas expressões das questões sociais, nas políticas sociais públicas, privadas e nas organizações não governamentais (ONGs), importante para

⁵ Tipo de ambiente de certa forma inédito na história da humanidade, no qual vários órgãos governamentais, Forças Militares e representantes de distintos segmentos da sociedade passaram a interagir com maior frequência em momentos de crise ou em fases importantes da vida nacional. A esse “novo ambiente” convencionou-se chamar de “ambiente interagências”.

o Centro de Comando e Controle avaliar futuras intervenções na área de operações.

Área da **Biblioteconomia** requer uma profissional capacitada e especializada na área da inteligência para ser empregada na área de Operação, que tem como missão atuar nas bibliotecas buscando uma ferramenta importante no entendimento da cultura daquele povo, através de algumas ações planejadas descritas que podem ser empregadas:

- Analisar como os usuários utilizam a coleção e demais serviços;
- Análise da cultura local por meio das manifestações culturais, literatura, teatro etc.;
- Descrever cada item da coleção em um registro de catalogação;
- Manter equipamentos de reprodução para todas as gravações de áudio e vídeo, incluindo formatos obsoletos para o conteúdo que não está disponível em formatos mais recentes;
- Planejar e administrar (ferramentas que aproximam a comunidade) aulas, seminários, concertos, grupos de leitura, noites de jogos e outros programas, de acordo com o planejamento de conquista de corações e mentes;
- Trabalhar dentro da comunidade para promover a biblioteca e seus serviços;
- Técnicas de absorção assistemáticas (não possui sistema, totalmente desorganizado) – explora o comportamento, a forma de organização e as técnicas de registro.

A profissional especializada em **Comunicação Social e em Relações Públicas** cujo objeto tradicional de estudo são os meios de comunicação de massa (atuando antes e depois na área de intervenção), principalmente o jornalismo ou imprensa e a comunicação organizacional (publicidade, propaganda, relações públicas e comunicação de marketing) de empresas e de organizações governamentais ou não-governamentais. Uma ferramenta importante para o Centro de Comando e Controle com a finalidade de explorar suas intenções na população para a conquista dos corações e mentes.

Quanto ao papel do **Serviço de Saúde** (medicina, odontologia, enfermagem, e suas especialidades de acordo com as necessidades de emprego) já consolidadas em diversas operações do Exército Brasileiro, se faz necessário uma capacitação específica de acordo com o emprego e o estudo de situação da área que será apoiada, que tem por finalidade auxiliar o planejamento operacional das equipes a ser empregado para a manutenção da população civil, pelo atendimento às necessidades de sustento e sanitárias e apoio direto também para Força de Intervenção (Figura 9 e 10).

Figura 9: Foto do acervo do Instituto Igarapé (Equipe do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro atuando em Missão de Paz no Haiti e a atuação militar brasileira no país caribenho é moldada, também, pela crescente participação feminina nas tropas.



Figura 10: Foto do acervo do Duna Press Jornal e Magazine (Foto da atuação da Capitã de Fragata Carla Monteiro de Castro Araújo, da Marinha do Brasil durante a Missão de Estabilização Multidimensional Integrada das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA) e vai receber o Prêmio de Defensoras Militares da Igualdade de Gênero da ONU 2019.



A História militar é a área da História na qual se estuda o desenvolvimento das atividades militares durante as missões que o Exército está sendo empregado atualmente. O historiador militar especialista no assunto tem a tarefa de analisar se há documentos ou outras evidências físicas que garantam sua comprovação histórico-científica, sendo assim, as equipes interdisciplinares vão alimentar os bancos de dados de fatos relevantes da missão em geral. Inserir uma equipe de militares qualificados com experiência operacional, é a garantia da sobrevivência da nossa própria história em missões no Brasil e no exterior, com a finalidade de escrever a história do emprego do Exército para o aprendizado dos futuros oficiais e praças.

As áreas interdisciplinares a serem destacadas para o emprego de equipes femininas, dependerá sempre da missão e do contexto geopolítico. Embora o Exército possua mulheres em todas as áreas complementares, faltava a área bélica de emprego direto na frente de combate, uma preocupação que no passado temiam a presença das mulheres no front, por preceitos e valores do sistema patriarcal brasileiro que não permitiam a participação de equipes de mulheres na frente de guerra, e hoje temos uma diferença no emprego da mulher. Seguindo esta cronologia, a partir de 2018, o Exército Brasileiro autorizou o ingresso definitivo da primeira turma de mulheres “cadetes”, na Linha Bélica da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sendo permitido o ingresso através de concurso público para o Serviço de Intendência e Quadro de Material Bélico.

No presente momento, o Exército Brasileiro está trabalhando na formação da primeira turma de Oficiais Femininas que no futuro próximo, estarão em condições de comandar uma equipe integrada e interdisciplinar, em suas áreas de competências que as tornem mais efetivas em determinadas situações de combate, após uma intervenção em uma área predeterminada. Estas equipes poderão atuar na condução de missões de segurança de área, em apoio às tropas de intervenção no desdobramento e de contingência, de estabilização, de cooperação com órgãos locais, de controle da população civil, de apoio ao serviço de saúde, de inteligência tática e em outras de interesse do Comando da Operação.

Conclusão

O emprego destas equipes femininas interdisciplinares, requer uma Doutrina específica de acordo com o processo de ensino, de emprego e modernização da Força para o enfrentamento de guerras assimétricas, operações de Paz da ONU, operações de defesa da Pátria e garantia da lei da ordem. Por essas razões, pode-se dizer que o Exército Brasileiro possui um potencial humano, Homens e Mulheres, comprometidos e capacitados para o cumprimento de qualquer missão com os desafios de uma conjuntura mundial que deverá prolongar-se por muitos anos e que se caracteriza pela incerteza. Devemos estar sempre preparados, motivados e fiéis aos nossos valores, ao nosso legado histórico, identificado com a Nação, respeitado e amado pelo seu povo e a serviço do Estado Brasileiro soberano.

REFERÊNCIAS

- TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. "A retirada da Laguna".
- RAMIRES, Carlos Augusto Teixeira e HAMANN, Eduarda Passarelli. A participação do Brasil na MINUSTAH: percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Edição especial - Coletânea de artigos do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e INSTITUTO IGARAPÉ. 2004-2017
- FOLEY, Connor. A missão das nações unidas na República Democrática do Congo. Agosto/ 2015. Repositório de arquivos do CCOPAB.
- HAMANN, Eduarda Passarelli, Garbino Henrique e Folly Maiara. Confiança em Desenvolvimento: O Brasil e os projetos de impacto rápido. ARTIGO ESTRATÉGICO 24 (Abril 2017)
- HAMANN, Eduarda Passarelli. A Força de uma Trajetória: O Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015). NOTA ESTRATÉGICA 19. Outubro de 2015.
- CAVALCANTI, C. A. M. Os 10 anos de MINUSTAH e o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Rio de Janeiro. 2014.
- DOCTRINA MILITAR TERRESTRE / EME – Janeiro e Março. 2013.
- TEREZA, MARIA G. D. ST 17/Instituições, representações sociais de gênero e conflitos sociais.
- CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. Biblioteca do Exército. 1980.
- SANTOS, Francisco Ruas. "A Arte da Guerra". Biblioteca do Exército. 1998.
- GARBINO, H. S. T "Projetos de impacto rápido: credibilidade, segurança, inteligência e desenvolvimento" (2011). Portal de Educação. Disponível em: <www.ensino.eb.br/portaledu/conteúdo/artigo_9712.pdf>
- _____ História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Brasília- DF; SERVIÇO GEOGRÁFICO DA FUNDAÇÃO IBGE. 1972.
- PERNIDJI, Joseph e Maurício. "Homens e Mulheres na Guerra do Paraguai"
- KAWAGUTI, L. A República Negra: Histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti. São Paulo. Editora Globo. 2006.
- MILITARY REVIEW. Setembro e Outubro de 2013.
- MILITARY REVIEW. Janeiro e Fevereiro de 2016.
- MILITARY REVIEW. Segundo semestre de 2017.
- PERROT, Michele. As mulheres e os silêncios da História. Bauru, São Paulo: EDUSC. 2005.
- SOARES, Júlio César Fidélis. Artigos e Fotos da época da Guerra do Paraguai.

CORDOLINO, Pedro F. Azevedo. “História Militar”. Biblioteca do Exército. 1998.
REVISTA SANGUE NOVO – Ano 2, Junho de 2003.
RODRIGO A. S. Uma abordagem de principais temas. Repositório de arquivos do
CCOPAB. 2015.
FRAGOSO, Augusto Tasso. História da Guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai.



Resende e a Escola Militar

Alexandre Neves Lemos Esteves¹

Resumo

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) iniciou suas atividades na cidade de Resende, no ano de 1944. O estabelecimento de ensino existe desde o ano de 1811, passou por algumas sedes e naquele momento histórico estava se concretizando uma importante mudança do bairro do Realengo, no Rio de Janeiro, para o interior fluminense. O evento caracterizou-se pela concretização de um projeto de excelência, empreendido na sua gênese pelo então Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, comandante do Realengo entre os anos de 1931 a 1934. O artigo que ora se apresenta pretende detalhar a ideia, o projeto e o processo dessa importante mudança e os reflexos atuais de tão estudada e ponderada escolha – a da cidade de Resende - RJ como uma sede definitiva e de excelência.

Palavras-chave: Escola Militar; Resende; Educação Militar.

Abstract

The “Academia Militar das Agulhas Negras” (AMAN) started its activities in the city of Resende, in 1944. The educational establishment has existed since the year 1811, passed through some headquarters and at that historic moment an important change was taking place from the neighborhood of Realengo, in Rio de Janeiro, to the interior of Rio de Janeiro. The event was characterized by the realization of a project of

¹ É oficial superior do Exército Brasileiro (Ministério da Defesa), atualmente no posto de Coronel da Reserva. Possui formação acadêmica militar e licenciatura civil. Na área de Defesa, é Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, 1993), concluiu o Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO -RJ) (2003) e concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior pela Escola de Comando e Estado-Maior, (ECEME - 2010). Tem experiência na área de Defesa, atuando principalmente nos temas de COMUNICAÇÃO SOCIAL e GESTÃO DE PESSOAL. Na área civil possui pós-graduação em Política e Estratégia pela Universidade Pan-Americana (PR)(2005) e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil. É professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018.

excellence, undertaken in its genesis by the then Colonel José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque, commander of Realengo between the years 1931 to 1934. The article presented here intends to detail the idea, the project and the process of this important change and the current reflexes of so studied and considered choice - that of the city of Resende - RJ as a definitive and excellence headquarters.

Keywords: Military school; Resende; Military Education.

1 Introdução

A Academia Real Militar iniciou suas atividades no Rio de Janeiro, na casa do Trem, em 1811. Essa escola destinada a formar oficiais para o Exército sofreu muitas transformações ao longo dos Séculos XIX e XX. As mudanças envolveram o rol de disciplinas ministradas, a mentalidade e o tempo de formação, as especialidades atribuídas aos discentes ao final do curso, as denominações, as características dos instrutores e professores, o pensamento doutrinário militar e também as sedes do estabelecimento de ensino. De uma forma geral foram quatro sedes até a instalação no Bairro do Realengo, no Rio de Janeiro. Nesse quartel, no ano de 1931, em meio à instabilidade pelo qual passava a República, assume o comando o Coronel José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque. Esse oficial empreendeu um duplo objetivo de melhorias na formação do oficial – reformas amplas na Escola Militar do Realengo e a seleção de uma nova sede, em outra cidade, seguindo uma série de princípios de excelência para o projeto de construção e dentro de um novo modelo de conduta para nortear o culto aos valores e tradições na formação do Oficial (AMAN, 2011).

Resende foi selecionada depois de uma viagem do Coronel José Pessôa à cidade e o desejo de transferir a Escola Militar contou com grande colaboração das lideranças municipais, quer seja nos poderes constituídos, quer seja na comunidade. As expressões jornalísticas da época em que foram feitas as visitas a Resende, para estudos e verificações da viabilidade do projeto de construção da escola, tem um tom de incentivo aos cidadãos locais para que apoiassem a concretização do empreendimento². Também atribuem à existência da futura Academia parte de investimentos que o município precisava para se reerguer social e economicamente, após um período de estagnação produzido pela perda de importância do cultivo do café – o grão teve períodos áureos em meados do Séc XIX, mas perdeu muito a importância com o final do Império e a expansão da cultura para outras áreas mais produtivas.

A Escola Militar de Resende, que sofreu nova denominação em 1951 e passou a se chamar Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, está em plena atividade a mais de 75 anos e não há no momento qualquer linha de planejamento estratégico no Exército Brasileiro que possa contemplar uma nova mudança de sede. Na contramão dessa ideia, no final da década de 1980 a AMAN passou por um conjunto de ampliações sem precedentes e vem ganhando novas instalações na atualidade, como foi a inauguração em 2016 de um centro de simulação.

2 BRAILE NETO, Pedro. Almanaque do “O Municipal”. Resende: Papelaria São José, 1944.

1 Desenvolvimento

A trajetória histórica da formação dos Oficiais da Força Terrestre do Brasil já possui mais de dois séculos. Sua gênese se deu com a chegada da Família Real em 1808. Naquela ocasião, entre muitas providências que se fizeram no Rio de Janeiro, a corte de Dom João decidiu pela implantação de uma escola para a formação militar de oficiais. Criou-se então a Academia Real Militar, funcionando em 1811 na Casa do Trem e no ano seguinte no Largo do São Francisco. A partir daí o estabelecimento de ensino foi se transformando ao longo dos anos.

As transformações nas quais a escola se envolveu estiveram relacionadas às políticas de ensino, ao rol de disciplinas, aos avanços das tecnologias e principalmente em relação ao momento histórico que se vivia. Foi dessa forma que a localização do aquartelamento saiu do Largo do São Francisco para a Praia Vermelha, depois para a Porto Alegre, voltou para o Rio de Janeiro no Bairro do Realengo e finalmente, em 1944, seria inaugurada a Escola Militar de Resende.

As motivações da transferência da formação militar, de um bairro da capital da república para a cidade interiorana de Resende, estão em sua maioria ligadas ao ideal do então Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Comandante da Escola Militar do Realengo no início da década de 1930. Ao assumir o comando da formação de Oficiais, o Coronel José Pessoa procurou conhecer todos os aspectos do ambiente da Escola. Passaria então às reflexões que iriam confrontar o diagnóstico que elaborou frente aos ideais de mudança que pretendia, constatando estar diante de uma “empresa difícil”. Assim ele chamou a tarefa dupla que era a de melhorar a formação no Realengo ao mesmo tempo em que se preocupava com um projeto para tirar o estabelecimento de ensino do Rio de Janeiro e levá-lo para um local mais adequado – segundo alguns critérios que ele mesmo elaborou.

Assim, nos primeiros meses do Comando no Realengo, suas ações de reformas deveriam ser alvo de “esforço concentrado”. Elas se dividiam em três aspectos – o moral, o físico e o social. Na parte moral, a adoção de um rigoroso código de conduta dos Cadetes, com reflexos diretos para a área disciplinar, foi uma das primeiras medidas. Para o Coronel José Pessoa, a disciplina era um “pilar” imprescindível para o jovem em formação em um ambiente de ensino militar. Além disso, procurou “desenvolver no aluno, conceitos de honra e valor militares, refundindo-lhes critérios de disciplina que conduziam à mística do oficialato” (FILHO, 2019).

As preocupações de José Pessoa com a qualidade do ser humano que ele entregaria ao Exército Brasileiro, já como Oficial e após a sua formação, permeava vários aspectos. Dessa forma, preocupou-se também com as boas condições de saúde física e mental dos Cadetes, acrescentando rotina de exercícios físicos, práticas de esportes e equitação. Também esteve preocupado com o bem-estar dos Cadetes. Determinou mudanças significativas para a melhoria dos locais de alojamentos, dos refeitórios, dos equipamentos e lugares adequados para a prática de esportes e exercícios e tudo o que se refletisse em boas condições de ambiente para que os Cadetes realizassem um ótimo curso (CÂMARA, 2011, p. 122-6).

Mas as reformas mais significativas foram as que permeavam o culto às tradi-

ções e aos valores militares. Dessa forma, o modelo escolhido por José Pessôa foi o a figura de Luis Alves de Lima e Silva – o Duque de Caxias. Houve assim as mudanças nos uniformes, a criação do Brasão da Escola, o resgate do Título de Cadete e a instituição do “Espadim de Caxias” que deveria ser portado por todo jovem aluno. Foram símbolos e representações que, adotados na década de 1930, estão em vigor até o dia de hoje (CÂMARA, 2011, p. 82-113).

Já consolidado os primeiros passos, passaria o Coronel José Pessôa a procurar um novo local para a concretização do seu ideal – a sede da formação dos Oficiais fora da Capital da República e inserida em um novo modelo totalmente ajustado às suas intenções e premissas.

O Coronel José Pessôa solicitou para as autoridades superiores na sua linha de comando que fosse constituída uma comissão para escolher a nova sede da Escola Militar. Paralelamente, no âmbito interno do Realengo foi constituída outra, de menores proporções, montada sob sua direção e tendo alguns poucos Oficiais na composição – grupo que foi chamado de “Pequena Cruzada”. Esse grupo passaria a realizar viagens para se inteirar das linhas de ação, ou seja, das locais ditos “candidatos”. Algumas cidades foram levantadas previamente – Petrópolis, Teresópolis, São João Del Rey. As áreas onde hoje se encontra a Universidade Rural, no município de Seropédica; áreas no Estado de São Paulo e de Minas Gerais aumentavam as possibilidades (CÂMARA, 2011, p. 146-7).

Aconteceu então que a entrada do município de Resende no rol das cidades candidatas se deu quase que circunstancialmente. Na década de 1930, as estradas no Brasil eram muito precárias e os veículos superavam longas distâncias com alguma dificuldade. O Coronel José Pessôa, em viagem pelo interior do Estado do Rio de Janeiro junto com sua comissão, em Fevereiro de 1931, acabou parando na estrada por motivo de pane em um dos carros. Nessa oportunidade se deu o encontro dele com o senhor Barreto Costa, morador de Resende e diretor do horto florestal de lá. Ele acabou levando José Pessôa para se hospedar naquela cidade. Dessa forma é que Resende entrou como mais uma possibilidade no estudo da pequena comissão. A estada do Comandante do Realengo em Resende foi suficiente para que ele a elegeisse como a cidade onde a sua nova Escola Militar seria construída (CÂMARA, 2011, p.148-9).

A cidade de Resende, no início da década de 1930 ainda sentia os efeitos econômicos do deslocamento da atividade cafeeira para o Estado de São Paulo. Fazendas que antes lucravam muito com o cultivo, beneficiamento e exportação do café, estavam à míngua. Em consequência, muitos efeitos eram sentidos nas cidades, com diminuição da população, fechamento de comércios e retração econômica. A região passaria então a investir em novos empreendimentos na atividade primária da economia – como a pecuária e o plantio de cana de açúcar.

Resende na década de 1930 era pacata e de pequena população. Inclusive, em décadas anteriores a “agonia cafeeira” tinha produzido o êxodo de pessoas para municípios onde a produção do grão crescia. Na tinha a presença de nenhuma instituição de vulto, a não ser as pequenas autarquias. O município passava por um período em que somente a ferrovia recém-implantada trouxe algum progresso. Ficava o município muito ávido por novidades e novas perspectivas de desenvolvimento.

Assim, a visita do Coronel José Pessôa, em 1931, não passaria despercebida. Assim escreveu um articulista do jornal “A Opinião”.

Em virtude da deliberação do Governo, de transferir para o interior a Escola de Guerra, estiveram domingo nesta cidade o Comandante da Escola, Coronel José Pessôa e seu ajudante de ordens Capitão Travassos. Percorreram o “Horto Florestal” cujo departamento da união mereceu as atenções dos ilustres hóspedes para localizar aquele estabelecimento de instrução militar. Aguarda-se a visita do Ministro da Guerra, que se prende ao mesmo objetivo (A Opinião, 1931).

Nota-se aqui a preocupação do editor sobre o futuro do projeto. Ele observa que o próprio Ministro foi aguardado para uma visita posterior “que se prende ao mesmo objetivo”. A nota do jornal, 21 de fevereiro de 1931, aproximadamente uma semana após sua visita do Coronel José Pessôa não se parece com as matérias posteriores, publicadas no mesmo periódico e também no “Tymburibá”. Ao longo de várias semanas foram divulgadas outras matérias jornalísticas e todas nos fazem pensar, pelo seu conteúdo, que a vontade de todos era de que o projeto do Coronel Pessoa deveria se concretizar.

É possível se supor que houve debates e que algumas pessoas apontaram os pontos negativos sobre o município receber uma construção de vulto, com grande população temporária e a necessidade de Resende poder manter o suprimento de todas as suas necessidades. Outros pontos podem ter sido levantados sobre a segurança da cidade com um número elevado de “forasteiros” chegando para o trabalho nas obras de construção da escola militar. Mas esses pensamentos não se traduziram em matérias jornalísticas. Na verdade, os editores e os articulistas pareciam clamar pela aprovação do projeto de construção esperando que no futuro a realidade da existência de uma instituição de ensino superior no município fosse positiva para o progresso e o desenvolvimento. Assim é que podemos constatar em alguns trechos de matérias dos jornais da década de 1930.

Em “A Escola de Guerra”, publicado no dia 27 de Fevereiro de 1931, no periódico “Tymburibá” é dito:

Sabia-se cogitar o governo deslocar do Rio a Escola de Guerra, instalando os “Cadetes” em região rural saudável e apta a estabelecimento dessa natureza. Assim pensava também o atual Comandante da Escola, confiado hoje a militar competente, apaixonado pelos misteres de sua classe e marcada figura no exército moderno, o Coronel José Pessôa. Nesse sentido, há dias projetou visitar Resende. Fez-se de rumo a cidade por via da rodovia “Riachuelo – Resende”, o automóvel cobriu cerca de 12 quilômetros, depois... = é deprimente assinalar – a impraticabilidade da Riachuelo fez os excursionistas arripiarem carreira e Resende perderia a oportunidade de ter estabelecimento que equivaleria a ressurreição de sua vida material e intelectual. Co-

nhecendo do caso, o Dr Barreto Costa, diretor do “Horto Florestal”, de Campos Elíseos, procurou o Comandante Pessôa e o pôs ao corrente de nossas possibilidades; disse do clima, da água, das condições topográficas de Resende; enumerou vantagens, mostrou dados estatísticos, confiou-lhe os estudos da cachoeira da Fumaça, esclareceu o soldado, orientou o cientista, interesseo técnico, logrou enfim, que o Comandante Pessôa, acompanhado por seu Ajudante de ordens, o Capitão Travassos, visitou o Horto, percorreu terras vizinhas, veio a cidade, esteve em contato com seus dirigentes, colheu informes, recebendo a melhor impressão. É assim possível que tenhamos em Campos Elíseos, a Escola de Guerra, tradicional e briosa Escola Militar onde os moços se aparelham para a vida rude da caserna, Escola que tem sido o laboratório do brio nacional, celeiro das reservas da energia moral da nacionalidade patricia. Que os bons protejam esta terra na hora em que vivemos, libertando-a do marasmo em que se estiola para os dias trepidantes de progresso e trabalho (SODRÉ, 1931).

O periódico “A Opinião” faz suas especulações, agora com artigo intitulado “Nova Era”, já em 28 de março de 1931, mais de um mês após a visita do Coronel José Pessôa.

Os rumores produzidos por notícias alviçareiras, que se propagam com veemência, despertaram Resende, que há muito mergulhada numa modorra que lhe afrouxava o ânimo, apagando-lhe mesmo as esperanças de um futuro promissor. E como um enfermo debilitado que após as refregas de uma enfermidade pertinaz procura avidamente um poderoso tônico para restaurar suas forças, também a cidade se agita em incontidos anseios para refazer-se. Acenam-lhe além da indústria e da possibilidade de localização de importante estabelecimento federal em seu seio, que injetará o soro da vida, ainda outros pequenos melhoramentos que aqueles de positiva eficiência se congregarão. Divulga-se nas suas linhas gerais que a Escola de Guerra, o importante estabelecimento federal a que nos referimos, na iminência de ser localizada em nossa cidade, não representa simplesmente uma parcela desses influxos benéficos que trarão o desafogo a premência que nos assoberba, e sim o todo, porque seja onde for que se verifique sua localização, importará no descortinamento de uma nova era, com surtos de vida para o lugar a que for conferido esse prêmio. Ouvindo o toque de sentido Resende despertou, com razão, de sua profunda modorra, pois marcará o seu renascimento a mudança para aqui do grande estabelecimento federal cuja manutenção para o Governo importa em algumas centenas de contos de reis mensais. Resendenses, firmemos um pacto de honra, cogitemos o conagraçamento de todos os espíritos sem participação de credos políticos e incorporem na le-

gião dos que trabalham infatigavelmente para a realização desse grande acontecimento (NOVA Era, 1931).

Os textos demonstram um sentido de esperança de que uma vez instalada a Escola Militar de Resende seria um portal de progresso e desenvolvimento, uma referência para o município e por que não dizer um modelo de superação de uma recessão municipal advinda da diminuição das atividades cafeeiras.

Resende ainda seria muito visitada pela comissão chefiada pelo Coronel José Pessôa. Mas por conta de injunções ligadas ao projeto e a necessidade de estudos mais detalhados sobre o custo de construção, o sonho do Comandante da Escola Militar do Realengo seria suspenso. Retornado anos depois, o empreendimento para a construção veio com grande impulso. Por meio de um concurso, o arquiteto Raul Penna Firme teve o projeto eleito como o que iria refletir os ideais do Coronel José Pessôa.

Ainda em 1938 o próprio Presidente Getúlio Vargas lançaria a pedra fundamental da Escola Militar de Resende e seis anos depois voltaria à cidade de Resende para a sua inauguração. Uma comissão construtora seria formada e se instalaria no local conhecido como Chácara das Sementes do Horto Florestal em Resende. O arquiteto Raul Penna Firme a integrava e naquele local seriam tomadas as providências finais para a fase seguinte, que seria a das construções propriamente ditas (CÂMARA, 2011).

O projeto de construção da Nova Escola Militar tinha agora uma identidade própria. Não foi desprezado nenhum trabalho do então Coronel José Pessôa, quando Comandante da Escola Militar do Realengo. No entanto, os métodos de 1931 não estavam mais sendo usados de 1937 em diante. - “Era o empirismo de 1931, no que se refere ao plano de construção da Academia Militar, dando lugar ao funcionalismo de uma organização de engenharia...”. que o trabalho de José Pessôa havia sido concluído, como “idealizador, pregador e sementeiro” (CÂMARA, p. 179).

Em julho de 1939, os trabalhos de construção da Escola Militar de Resende se iniciaram. Dias antes, em 29 de junho, o Presidente Getúlio Vargas compareceu à Fazenda Alambari, nos limites do município de Resende para a solenidade de lançamento da pedra fundamental de construção. As obras duraram mais de quatro anos e exigiu grande planejamento da comissão criada para esse fim (CÂMARA, p. 180-8). José Pessôa acompanhava tudo, apesar de não estar diretamente ligado aos trabalhos. Dava sugestões de melhorias e de observação dos projetos.

Com a EMR construída e pronta para o início das atividades, faltava ser definido como seria a transição entre as duas escolas. Optou-se pelo funcionamento concomitante no ano de 1944. Em abril haveria uma solenidade de entrada dos novos Cadetes na Escola Militar de Resende e o primeiro ano da formação ocuparia as novas instalações. Ao mesmo tempo, o decreto nº 6.012 marcaria para a data de 31 de Dezembro de 1944 a extinção da Escola Militar do Realengo. Naquele ano os Cadetes do Realengo ainda permaneceram no Rio de Janeiro.

O ano de 1944 seria o primeiro das atividades na Escola Militar, mas o vulto do ano de 1945 seria maior, devido à chegada dos restantes dos Cadetes do extinto

Realengo, bem como de um número muito maior de professores e instrutores. A Escola Militar de Resende seguiria seu curso recebendo, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, instrutores que foram Oficiais integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) (CÂMARA, 2011).

O evento de inauguração da Escola Militar de Resende tem seu relato muito característico no meio militar. Mas interessa saber, também, como ele apareceu no meio civil, na sociedade resendense. Em 1944, o município de Resende comemorou seu bicentenário. Essa contagem referiu-se a data de criação do primeiro povoado, por obra Simão da Cunha Gago³ e não da elevação à categoria de Vila, ocorrida em 1801. O fato é que esse bicentenário foi comemorado e relatado pela imprensa local, sob a liderança de Pedro Braille Neto, escrevendo um Almanaque muito bem organizado e editado, que contou com a colaboração de muitos escritores e intelectuais da cidade bem como de transcrições de importantes matérias dos jornais “A Lira” e principalmente de “O Municipal”.

O Almanaque do bicentenário dedica capítulos especiais a matérias sobre as distribuições administrativas de Resende, sobre o Parque Nacional de Itatiaia, sobre a Igreja Matriz, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Resende (APMIR), sobre as atividades pecuárias e agrícolas, entremeadas por vários “boxes” com dados estatísticos do município naquele ano de 1944. Mas destaca-se na coleção de conteúdos apresentados nesse almanaque, as ricas matérias e valiosas fotos sobre a Academia Militar, na época inaugurada como Escola Militar de Resende⁴.

O Almanaque do Bicentenário, ao falar da Escola Militar de Resende, também junta informações a respeito do estudo que se propõe sobre como a AMAN foi recebida em Resende. Destarte, é importante adiantar que o tom jornalístico contido faz referências elogiosas sobre a Escola e traça uma aura de orgulho em torno da realidade que se apresentava aos resendenses - a inauguração da Escola Militar.

Nas palavras transcritas do Jornal “O municipal”, contidas no Almanaque do “O Municipal” – 1944, Resende no seu ducentésimo ano de existência:

Privilegiados foram os poucos brasileiros que puderam estar na cerimônia de entrega das chaves da Escola Militar de Resende, pelo General AFFONSECA, ao Coronel. TRAVASSOS, na tarde de 11 do corrente. Cerimônia que, talvez, nunca mais se repetirá na História da Pátria e, particularmente na história de Exército Brasileiro, manteve suspensos quantos tiveram a felicidade e a honra de assistir ao histórico acontecimento. Enfim, Resende

3 Simão da Cunha Gago foi bandeirante paulista conhecido, cujos feitos estão ligados à travessia da Serra da Mantiqueira e a fundação de povoados no Vale do Paraíba, entre eles o de Campo Alegre da Paraíba Nova, que transformou-se em Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova e finalmente Resende. FUNDAÇÃO Casa da Cultura Macedo Miranda. RESENDE Passado e Presente. Idea Espaço. Resende, 2015. p. 20-21

4 A grafia do nome da cidade é realizada com “z” ou com “s” dependendo da abordagem histórica que se quer fazer. O próprio almanaque do “O Municipal” dedica um capítulo inteiro sobre essa questão, em tom de polêmica. Ressalte-se que as placas de inauguração da AMAN estão escritas com a denominação “Escola Militar de Resende”.

está, desde aquele momento, vivendo nova, absolutamente nova vida, com a integração, no seu meio social, dos primeiros jovens que aqui aportaram para se fazerem soldados e comandantes dos defensores do sagrado solo do Brasil. Pode-se mesmo afirmar sem medo de erro ter passado Resende para o ramo das mais importantes cidades do Brasil, senão pelo seu tamanho material, mas pelo nível educacional que passará a representar daqui para o futuro BRAILE NETO, p.41).

Destaca também o Jornal “A Lira”, na edição do dia 16 de março de 1944:

“Resende assistiu, na tarde de sábado, na esplanada Eurico Dutra, sensacional cerimônia cívico-militar pela primeira vez realizada no Brasil e, talvez, só muito remotamente, reproduzida no país. O ineditismo da solenidade, sua alta expressão militar, assinalando o ressurgimento desta porção brasileira (BRAILE NETO, p.41).

Essa publicação traz também os testemunhos de diversas autoridades civis e militares por ocasião dos eventos de inauguração e da primeira entrega de espadins em solo resendense. Mas os militares também participaram da elaboração. O Coronel Mário Travassos foi Comandante da Escola Militar de Resende, de 1º de março a 10 de novembro de 1944 e a pedido do editor chefe do Almanaque do Bicentenário, deu seu testemunho do por meio de carta dedicada especialmente àquela publicação. Ressaltou toda a História que envolveu a mudança de sede para Resende e as razões da escolha do município. Realizou também os agradecimentos às autoridades municipais, desde a justa homenagem pela recepção da empreitada, realizada desde o governo do Prefeito Manuel Taurino do Carmo, até a consecução do projeto e inauguração, quando o município tinha a chefia do executivo nas mãos do senhor Octacílio de Freitas Assumpção (EXECUTIVO MUNICIPAL, 2013).

Muitos são os indícios de que a AMAN foi bem recebida. Há o testemunho de eventos simples, mas altamente significativos para a comunidade militar. No aniversário da Escola Militar, comemorado em 23 de abril de 1944 Dona Emília Santa Rosa, “a mais idosa senhora resendense, com cento e três anos, secundada por Dona Graciema Cotrim e outras senhoras da sociedade local entregam o estandarte do Corpo de Cadetes em cerimônia realizada dentro da AMAN (PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE, 2001). O significativo pavilhão é peça nobre dentro do simbolismo da Escola Militar. Recebê-lo das mãos de resendenses confere a integração que os Cadetes já tinham com a cidade desde os seus primeiros anos. A partir de então, a Escola passa a integra-se cada vez mais com a cidade.

As consequências da presença da Escola Militar de Resende, a partir de 1944, para o município transcendem as relações de apreço e amizade da sociedade local com a comunidade da Escola. Inicialmente é importante dizer que a vinda da EMR trouxe, com sua estrutura de instalações destinadas ao ensino, outras edificações que complementavam o complexo da instituição.

Novos bairros foram construídos, aumentando a malha urbana da cidade. Junto à entrada da escola foi construído o “Independência”. Suas casas foram destinadas a Oficiais Superiores (Majores, Tenente-Coronéis e Coronéis) e seus familiares. Completando o complexo de residências, desenhando arruamentos em uma grande elevação, o bairro Monte Castelo destinava-se a residências de Oficiais intermediários (Capitães) e subalternos (Tenentes), praças (Subtenentes e Sargentos) e funcionários civis (AMAN, 2011, p.52).

Mais tarde houve complementos de edificações para suportar o efetivo crescente da Escola Militar, Na continuação da grande esplanada defronte a EMR, logo após se transpor a linha férrea e já no bairro dos Campos Elíseos, também foi construído o Edifício Benjamim Constant, destinado a Oficiais de postos mais baixos. Da mesma forma, já em anos posteriores foi construído o Bairro Guararapes, entre o Independência e o Monte Castelo. De uma forma geral, para os habitantes de Resende esse conjunto de bairros ficou conhecido como Vila Militar (AMAN, 2011, p.52).

Ney Dantas destaca o clima pitoresco desses bairros e a integração de seus moradores com o restante da cidade em seu livro “Resendenses por Amor”. Ele mostra proximidade da Vila Militar com o bairro dos Campos Elíseos, que possui a Estação do Trem “Aguilhas Negras” e número considerável de estabelecimentos comerciais.

Os cadetes e toda a comunidade recém-chegada da Escola Militar de Resende, entre as suas várias necessidades pessoais, precisavam de espaço físico e ambiente para professar a sua religião. Esse foi um ponto, entre outros, de aproximação do resendense com o público ligado à Escola. A cidade de Resende possuía, na década de 1940, diversas paróquias católicas. Com a construção da AMAN, houve um aumento do número de fiéis, a construção de novos templos, no bairro Independência e no Monte Castelo, e a presença de um sacerdote do Exército – o Capelão Militar.

Entre os católicos, um grupo de Cadetes se destacou pelas ações de filantropia realizadas no próprio município de Resende. Trata-se da Conferência Vicentina de São Maurício, instituição existente desde 1917, quando foi fundada na Escola Militar do Realengo. Eles contribuíram para formar uma pequena vila, com casas simples, que poderiam ser ofertadas a pessoas necessitadas.

A comunidade evangélica também cresceria com a formação da Associação dos Cadetes Evangélicos (ACE), fato que se deu em 1949 e das relações deles com as comunidades evangélicas de diversas denominações no município de Resende.

O próprio ano de 1944, que marcou o início das atividades da Escola Militar de Resende, também foi o da fundação da Cruzada dos Militares Espíritas (CME), que segundo o que consta no site da instituição “objetiva especificamente atuar nas Forças Armadas e nas Forças Auxiliares, procurando congregar, sob sua bandeira, os militares que professam o Espiritismo”. Os Cadetes e membro da comunidade da Escola Militar de Resende encontravam ambiente para professar a sua crença no Centro Espírita Flora de Araújo.

O professor da Academia Militar das Agulhas Negras, Coronel Ney Paulo Panizzutti, escreveu uma publicação que relata a História do município de Resende e por consequência, da AMAN. O livro “Resende – Cidade Sesquicentenária” foi

relançado como parte dos eventos das comemorações dos duzentos anos da AMAN, em 2011. Em uma parte dessa publicação, o autor enfatiza a questão do entrosamento que houve entre a Escola Militar de Resende e as escolas da cidade. De fato, segundo o que rememoram Ney Dantas e os colaboradores de seu livro de memórias, com a chegada da Escola Militar de Resende e os seus inúmeros professores, houve contribuição destes para sanar o problema da falta de docentes no município de Resende. Os Comandantes da Escola Militar de Resende, em especial o General Souza Dantas⁵, sensibilizavam-se com a questão e autorizavam que os professores da EMR lecionassem fora de seus muros. Um exemplo de beneficiado dessa cooperação foi o Colégio Dom Bosco.

Dantas (2013) em seu livro de memórias narra os vários aspectos que praticamente conferiam ao Ginásio no Dom Bosco o status de colégio militarizado, com inspetores de conduta, uniforme diferenciado, professores militares e um rígido código disciplinar.

Na cidade de Resende há duas escolas que estão ligadas à construção da EMR. O Colégio Olavo Bilac, que fica em bairro vizinho ao da EMR e o Colégio Aníbal Benévolo, no bairro Monte Castelo (bairro formado com a construção da Escola), são contemporâneos ao início das atividades na Escola Militar de Resende e tinham ligações estreitas com a sua administração. Segundo Ney Dantas a maioria das crianças da Vila Militar estudava nesses dois colégios na fase do então 1º Grau Escolar, depois entravam na fase do “ginásio” no Colégio Dom Bosco. O autor de “Resendenses por Amor” ainda observa que deste Colégio, devido ao seu elevado padrão de ensino, muitos dos jovens que lá estudavam conseguiam aprovação nos mais concorridos concursos e vestibulares.

O Município de Resende, antes da chegada da EMR, tinha planos recatados de crescimento da malha urbana. É que a cidade já tinha vivido uma retração populacional, por conta do declínio da atividade cafeeira, fato acontecido poucas décadas antes, já em fins do Século XIX. A vinda da Escola Militar, devido às suas grandes dimensões de área construída e elevado tamanho dos terrenos destinado à instrução militar, trouxe impactos na ocupação do espaço geográfico da cidade e chamou a atenção das autoridades locais para uma eventual necessidade de replanejamento do Plano Diretor (PANIZZUTTI, 2011, p 63).

Aconteceu então que a construção da Escola Militar de Resende envolveu uma grande comissão de obras, com vários Oficiais de áreas técnicas como Engenharia e Arquitetura, Subtenentes e Sargentos técnicos em topografia, construções e áreas afins. Essa grande comissão era presidida pelo General Engenheiro Militar Luiz de Sá Affonseca. Dessa forma, houve uma parceria entre a comissão e o município e o planejamento do crescimento da cidade teve a colaboração dos militares. Essa comissão planejou avenidas, praças, pavimentação de ruas, ajardinamentos de praças e a construção de um aeroporto, “ampliando o Aeroclube de Resende”. Além disso, a Comissão também ajudou na reconstrução da Igreja Matriz, que tinha sido

5 Há hoje no município de Resende uma Escola Estadual com o nome do General Comandante da AMAN no período de 27 de dezembro de 1944 a 23 de novembro de 1946.

parcialmente destruída por um incêndio em 1945 (PANIZZUTTI, 2011).

O projeto da construção da EMR, já em suas fases iniciais de execução e construção, teve atenção especial sobre a questão do tratamento de água. Dessa forma, houve o planejamento de uma autossuficiência em água potável para a Escola Militar e para os novos bairros construídos (os da vila militar). A partir de uma grande barragem construída no interior do campo de instrução da Escola Militar, passando por extenso encanamento e chegando até uma estação de tratamento, a água chegava ao seu destino planejado e ainda havia excedente para beneficiar alguns bairros de Resende - como o bairro Paraíso, que ficava adjacente à área da EMR, bairro residencial; o bairro Alambari, também residencial, muito próximo ao bairro Independência e áreas do bairro Campos Elíseos, bairro central na cidade de Resende e que fica posicionado defronte à EMR, com comércios e prédios públicos (PANIZZUTTI, 2011).

Para evitar a poluição do Rio Alambari, curso d'água que corta a área da Escola Militar, foi construída uma estação de tratamento de esgoto. Este aparato ficou com o destaque de ser, na década de 1940, pioneiro na cidade e na região (PANIZZUTTI, 2011).

A Escola Militar de Resende, ao se instalar na cidade, acrescentou alguns espaços culturais ao município de Resende. Alguns eventos, realizados pelos próprios Cadetes também se constituíam em oportunidades culturais que poderiam ser aproveitadas pelos moradores da cidade de Resende. A construção previu um grande auditório com cerca de mil e trezentos lugares. Esse espaço ainda tem estruturas destinadas a montagem de peças teatrais, com coxias, teto de varas, fosso, camarins e outros recursos técnicos.

Constata-se, por meio de consultas ao acervo das Revistas da Escola Militar da década de 1940 e 1950 (a partir de 1951 já “Revista Agulhas Negras”), que era comum nos primeiros anos da Escola Militar de Resende, que os Cadetes montassem peças de teatro no ambiente acadêmico. Esses eventos eram proporcionados por meio da Sociedade Acadêmica Militar (SAM) ou convidando companhias teatrais do interior do Estado ou das capitais Rio de Janeiro e São Paulo.

Esse mesmo auditório, logo no início das atividades da Escola em Resende, tinha salas de projeções, com sessões de cinema em dias destinados ao público interno e outras abertas à população da cidade. Era rotina, nos fins de semana das décadas de 1940 e 1950, grandes públicos presente no “Cinema Acadêmico”, além da família militar.

Ainda na área cultural, a Biblioteca da Escola reuniu em Resende grande acervo de obras de arte e de livros considerados raros, ambiente sempre franqueado ao público e ao pessoal da EMR. A existência dessa biblioteca na cidade aumentou as possibilidades de pesquisa e acesso a obras literárias para todas as pessoas do município.

Na parte esportiva, um complexo de instalações foi construído em Resende. Houve a edificação de um estádio com campo de futebol e pista de atletismo; um ginásio de esportes, com quadra polivalente e espaços destinados a lutas e outras atividades físicas. Um conjunto de piscinas seria implantado, pouco tempo depois. Essas instalações aumentaram em muito a disponibilidade existente na cidade de

Resende. Apesar de destinarem-se às atividades da Escola Militar, foram instalações que puderam ser usadas no passado por grupos esportivos da cidade, como o Resende Futebol Clube, em atividades de treinamento e, por vezes, em jogos amistosos (DANTAS, 2013).

A complexa estrutura da Escola Militar de Resende também possuía uma pequena comunidade rural – a Granja Santa Maria. Ela fornecia leite, carne, ovos e itens vegetais (frutas, legumes e verduras) tanto para a Escola, quanto para os moradores da Vila Militar. Segundo Panizzuti (2011), era comum também que os resendenses usufríssem dessa produção de hortifrutigranjeiros.

Sobre logradouros e outras referências, Resende reservou ao longo da História várias homenagens à Escola Militar de Resende (até 1951) ou à Academia Militar das Agulhas Negras. Há na cidade a “Avenida General Affonseca”, ilustre oficial engenheiro militar, Chefe da Comissão de Construção da Escola Militar de Resende. O idealizador da AMAN, Marechal José Pessoa é homenageado com uma rua e dá nome ao Conselho de Ensino do Município. Mais recentemente, em bairro que também faz referência a batalha vencida pela Força Expedicionária Brasileira, em luta na Itália, o Bairro Montese, honra um Cadete morto em acidente durante manobras militares – Rua Cadete Edson.

Todos esses aspectos demonstram a integração e certo rol de benefícios que foram trazidos para a cidade a partir do funcionamento da Escola Militar de Resende, impactando os moradores com maior ou menor intensidade.

Resende é uma cidade integrada com a Academia Militar das Agulhas Negras há pelo menos 76 anos, se considerarmos a inauguração e a abertura dos portões em 1944. Desde a chegada da Comissão de Obras, no ano de 1938, a sociedade resendense convive com pessoas de fora do município e que até hoje aqui chegam para labutar junto a um dos estabelecimentos de ensino mais importantes do Exército Brasileiro.

A cidade fluminense parece ter sido a escolha certa do então Coronel José Pessoa em 1931. A instalação em Resende já é a mais longeva de todas as sedes e não há sinais de que pareça, nem mesmo numa projeção de futuro de longo prazo, que vá sair do município para outra sede. Na verdade, a cada dia as raízes, os valores e as tradições do Exército Brasileiro demonstram que a localização da sede da formação do Oficial da linha bélica do Exército é definitiva. Ela resolveu a maioria dos problemas que as outras sedes tinham, como falta de espaço para os treinamentos, instalações incompatíveis com as necessidades do sistema de internato necessário ao Cadete, proximidade com influências políticas nocivas (como foi o caso da localização na então capital Rio de Janeiro), ambiente favorável a prática de esportes e outros fatores.

O projeto da construção da Academia foi muito bem elaborado. Na atualidade, novas instalações da Academia Militar das Agulhas Negras já ampliada, integram-se plenamente aos espaços construídos e finalizados no ano de 1944. O que se vê por todo o espaço dessas edificações é conservação e preservação. A área útil da atual AMAN mostra-se adequada para a realização de exercícios militares de grande envergadura, não só envolvendo os Cursos da Academia, mas também tropas de todo o Exército – como é o caso da realização da Manobra Escolar – exercício que envolve

unidades militares e estabelecimentos de ensino subordinados ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

Resende beneficiou-se da existência da Escola Militar a partir de 1944. A cidade precisou reconfigurar seu plano diretor; o comércio, os serviços e o sistema de educação precisaram ser ampliados; novos empregos indiretos surgiram em função da EMR e a integração dos munícipes e a população ligada à Escola Militar foi cada vez mais ampliada com o passar dos anos. A Escola Militar de Resende impactou o município de forma positiva a partir dos trabalhos de sua construção e depois com os anos que se seguiram ao de 1944 – ano da inauguração. Houve uma ampliação da malha urbana; um aumento dos membros das comunidades religiosas, com evangélicos católicos e espíritas; aumentou a dinâmica das instituições de ensino da cidade, com novos alunos e professores; a organização do planejamento do crescimento da cidade foi modificada para melhor com contribuição dos técnicos presentes na construção da EMR; houve mais oportunidades culturais para os resendenses com o Cinema Acadêmico, com a realização de eventos culturais e com a presença de ambientes como biblioteca e museu e o comércio beneficiou-se com o aumento da população da cidade, refletindo em mais clientes e maior demanda por serviços. Esses são alguns aspectos que podem demonstrar de forma direta como a vinda da EMR para Resende trouxe mudanças para o município. Logicamente que houve e ainda há inúmeras influências indiretas.

Mais recentemente, fruto da posição privilegiada que se constitui o vale do Rio Paraíba do Sul, Resende ganhou impulso econômico com a instalação de farto parque industrial. A AMAN não perdeu, entretanto, a sua importância junto ao município que a ele permanece integrada e com laços de amizade cada vez mais estreitados.

3 Conclusão

O empreendimento da transferência da sede da formação dos Oficiais do Realengo para a cidade de Resende foi bem sucedido. Atualmente, o tempo de sede em Resende é o maior entre todos os locais que o estabelecimento de ensino ocupou. Isso revela a escolha bem feita pelo Coronel José Pessoa, com visão de futuro e pensamento estratégico. Hoje a AMAN dispõe de um campo de instrução que proporciona o preparo para a guerra em muito boas condições, devido às suas dimensões e a natureza das áreas vizinhas. Assim, serve aos Cadetes e às tropas diversas do Exército Brasileiro que para Resende se dirigem com a finalidade de realizar manobras militares, exercícios de adestramento militar, de tiro etc.

A Cidade de Resende beneficiou-se com a presença da AMAN a partir de 1944. O Estabelecimento de Ensino trouxe com ele o progresso que a cidade tanto necessitava, no momento em que passava por delicada fase de transição da atividade econômica. A Academia também enriqueceu a cultura com seus espaços de bibliotecas, cinema e museus, todos acessíveis aos moradores. A educação ganhou incremento por meio de parcerias com professores da AMAN. Escolas adotaram padrões de ensino militarizados - como foi o caso do Colégio Dom Bosco. Até o

plano diretor municipal foi revitalizado em função da realidade que foi a presença da Academia.

No campo psicossocial os ganhos foram semelhantes. Resende cresceu com novos bairros, novos integrantes da comunidade, demandas maiores em serviços e oportunidades de trabalho. Os círculos religiosos ganharam novos fiéis e serviram de oportunidades para o entrosamento entre os resendenses e os moradores das vilas militares. Famílias se formaram e ainda se formam fruto do casamento de Oficiais com moças da cidade, criando uma sinergia social salutar.

Quis o Coronel José Pessoa, então Comandante da Escola Militar do Realengo, concretizar um ideal futuro, ele se deu com a construção da Academia em Resende. Mais ainda, ela passou a funcionar, a partir de 1944 dentro dos padrões que ele selecionou como indispensáveis para os jovens Cadetes. Isso só foi possível graças às transformações empreendidas no Realengo, criando o Corpo de Cadetes, a mística do título e do Espadim e as tradições de valores militares ligados ao Duque de Caxias.

Referências

AMAN. Academia Militar das Agulhas Negras. Academia Militar: Dois Séculos Formando Oficiais para o Exército. Resende: Ipsis - Gráfica e Editora, 2011.

CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessôa: A Força de um Ideal . 2ª rev. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2011

DANTAS, Ney. Resendenses por AMOR. 1ª. ed. Resende: Edição do Autor, 2013

FILHO, José Messias de Brito. AMAN: 75 anos integrada a Resende. Revista Sangue Novo. Resende – RJ

A ESCOLA de Guerra. A Opinião, Resende, 07 mar. 1931. Editorial, p.1

CARVALHO, Noel de. Justa Preferência. Tymburibá, Resende, 20 mar. 1931. Editorial, p.1.

EXECUTIVO MUNICIPAL. Um Século de História – 1913-2013. Resende, 2013

BRAILE NETO, Pedro. Almanaque do “O Municipal”. Resende: Papelaria São José, 1944.

NOVA Era. A Opinião, Resende, 28 de mar. 1931. Editorial, p.1.

O QUE vai pela Escola. A Lira, Resende, 02 ago. 1945. p.1.

PANIZZUTTI, Nei Paulo. Resende – cidade sesquicentenária. Resende, 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE. Resende 200 anos. CAT Publicidade. Resende, 2001

SODRÉ, Alfredo. A Escola de Guerra. Tymburibá, Resende RJ, 27 fev. 1931

Consulte as normas e condições vigentes. Sujeito a análise cadastral.

Crédito Imobiliário Digital

A casa própria com as melhores condições

Financiamento com juros baixos, rápida liberação e outros benefícios para a construção e a aquisição de imóvel, terreno e material de construção.



FHE **POUPEX**

poupe x . c o m . b r

